



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Susane Santos Barros

**POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E O
MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO**

**Salvador
2010**

SUSANE SANTOS BARROS

**POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E O
MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

ORIENTADOR: PROF. DR. OTHON JAMBEIRO

**Salvador
2010**

B277 Barros, Susane Santos.

Políticas de comunicação da produção científica da Universidade Federal da Bahia e o movimento de acesso livre à informação [recurso eletrônico] / Susane Santos Barros. – 2010.

1 CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol.

Orientador: Prof. Dr. Othon Jambeiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2010.

1. Universidade Federal da Bahia – Pesquisa. 2. Comunicação na ciência. 3. Política de comunicação. 4. Pesquisa – Finanças. 5. Brasil. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 6. CNPq. I. Jambeiro, Othon. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. III. Título.

CDD 501.4 – 22. ed.

SUSANE SANTOS BARROS

**POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E O MOVIMENTO DE ACESSO
LIVRE À INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação, defendida e aprovada em 09 de agosto de 2010, pela banca examinadora constituída pelos professores:


DR. OTHON JAMBEIRO – ORIENTADOR – ICI/FACOM – UFBA


DR. RUBENS RIBEIRO GONÇALVES DA SILVA – ICI – UFBA


DR.ª CAIO MÁRIO CASTRO DE CASTILHO – IF – UFBA

A Camille e a Juliana, pelos estímulos constantes a toda e qualquer realização profissional e pelo sentido que proporcionam à minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço não somente aos que contribuíram com a realização desta etapa, mas também àqueles que, em muitos momentos, apresentaram obstáculos. Refiro-me especialmente a minha vizinhança barulhenta, que fez com que minha capacidade de concentração aumentasse muito.

Devo especial gratidão a meu orientador, sempre tão paciente e sensível às minhas limitações. Um abraço afetuoso por todo o incentivo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa. Também devo agradecer à Prof^a Henriette Gomes, por tantos e tão ricos ensinamentos em metodologia da pesquisa. Abraços apertados aos colegas do mestrado, com os quais tive oportunidade de trocar muitas ideias e me divertir aprendendo.

Aos colegas do GepiccPós, meu muito obrigada pelas importantes contribuições e pelo aprendizado nos diversos temas abordados em nossos encontros.

Aos amigos do G8, meu carinho de sempre, pelas confabulações, pelos resultados de nossas saidinhas, sempre estimulantes e produtivas...

Aos amigos que estiveram acompanhando cada descoberta, cada ligação, especialmente pela força, sempre bem recebida, nos momentos de desânimo. Em especial a Jussara e a Flávia, pelo constante apoio e pela troca de material, de ideias e tudo mais.

A minha família, agradeço pela compreensão e também pelo apoio. A minha irmã Mariane, que me ajudou com a pesquisa. A minha mãe um agradecimento especial, pela atenção nesse período e por cuidar das meninas sempre que precisei.

E, finalmente, ao meu companheiro, certamente de outras encarnações, a quem tanto respeito, admiro e amo. Agradeço por todo o incentivo, pela preocupação constante em me proporcionar momentos de higiene mental, por todas as concessões, pela compreensão e, principalmente, porque foi, além de tudo, um verdadeiro pai.

A informação é a seiva da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e não haveria conhecimento. Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula, e sobretudo, se circula livremente.

Le Coadic (2004, p. 26)

BARROS, Susane Santos. **Políticas de comunicação da produção científica da Universidade Federal da Bahia e o Movimento de Acesso Livre à Informação**. 182 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

RESUMO

A comunicação científica é uma atividade intrínseca ao papel das universidades e a internet é um canal que tem sido cada vez mais utilizado para a disponibilização de conteúdos por elas produzidos, tornando ainda mais importante a criação de políticas que orientem suas comunidades a darem visibilidade a sua produção. Esta pesquisa buscou identificar e analisar as políticas e práticas estabelecidas pela UFBA para a divulgação de sua produção científica e verificar como a instituição e seus pesquisadores se posicionam em relação ao acesso livre à informação científica. Para sua execução foram associados três métodos de investigação: o estudo de caso, a pesquisa documental e o *survey* ou levantamento. As técnicas de coleta utilizadas foram observação indireta, entrevistas e aplicação de questionários. Anotações cursivas, questionários e roteiros de entrevistas foram os instrumentos de coleta definidos para a pesquisa. Os resultados demonstram a inexistência de uma política voltada para a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas na UFBA. No entanto, a Instituição dispõe de diversos documentos que apresentam a questão de forma bastante fragmentada e de instâncias responsáveis pela pesquisa e pela pós-graduação que atuam com limitações no estabelecimento de diretrizes. Os esforços localizados de elaboração de uma política de comunicação não receberam o devido tratamento. A pesquisa apresenta ainda evidências de relações de dependência entre as políticas da universidade e as políticas dos órgãos de fomento e de avaliação, por seus critérios valorizarem quantitativamente a produção dos docentes-pesquisadores. Estes últimos mostram-se mais abertos em relação ao acesso livre à informação científica do que os membros da PRPPG, da Câmara de Pós-Graduação e do Conselho Editorial da Edufba. Conclui-se que não há compreensão do real objetivo da Câmara e da necessidade de formulação de políticas claras sobre a questão e que os pesquisadores reconhecem que os recursos eletrônicos apresentam vantagens para a divulgação de sua produção. Apesar da percepção de que o grau de confiabilidade em relação a esse canal ainda é baixo, vislumbra-se uma tendência de aumento de sua utilização nos próximos anos, mesmo considerando o comportamento de diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Comunicação científica. Universidade Federal da Bahia. Políticas de comunicação da produção científica – UFBA. Critérios de avaliação da produção científica – CAPES e CNPq. Acesso livre à informação científica.

BARROS, Susane Santos. **Communication policies for scientific production at Universidade Federal da Bahia and Open Access to Scientific Information**. 182 f. 2010. Master Dissertation – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

ABSTRACT

Scientific communication is an intrinsic activity to universities and the internet is a rising channel through which they have been releasing scientific content to the public. internet has also been pressing universities to improve policies for their faculties to get more visibility to their academic production. This dissertation is based in a research that tried to identify and analyze: firstly, policies and practices of the Federal University of Bahia (UFBA) to diffuse its scientific production; and secondly, to know how the institution and its researchers see the Movement for Scientific Information Open Access. Three research methods were associated to realize this work: case study, document analysis and survey. Data collection included: indirect observation; interviews and application of questionnaires with researchers, university police-makers and some of its high executives; identification and analysis of regulatory acts from UFBA, CAPES (government agency for higher education) and CNPq (government agency for Scientific and Technological Development). The results showed the non-existence of a policy for the diffusion of scientific information produced in UFBA. Some of its legal acts deal with this question, but in a fragmented way. There are evidences of attempts to define a policy for this kind of diffusion, but they were frustrated by inaction. Data analysis demonstrated that there is a relation of dependence between the few identified evidences of UFBA's policies and the policies of CAPES and CNPq for graduate programs and independent researchers to publish their intellectual production. It was also found that researchers showed themselves more open-minded to freeing scientific information than the high officials involved with research policy-making and editorial production in UFBA. In the specific case of the UFBA's Board for Research and Graduate Programs its members showed to be unconscious of their real mission and of the need of policies for the diffusion of the university's scientific production. Researchers admit that the internet is an advantage for the diffusion of their production but they are uncertain concerning the audience of open access journals. One could feel, however, a trend to improve the use of these media in the near future.

Key-words: Scientific Communication. Federal University of Bahia. Communication Policies for Scientific Production – UFBA. Criteria for the evaluation of scientific production – CAPES and CNPq. Open Access to Scientific Information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ESQUEMAS

- | | |
|---|----|
| 1 - Modelo de comunicação científica de Garvey e Griffith | 47 |
| 2 - Modelo de comunicação científica atualizado por Hurd | 49 |

GRÁFICOS

- | | |
|---|-----|
| 1 - Conhecimento e importância atribuída ao Movimento de Acesso Livre à Informação Científica | 160 |
|---|-----|

QUADROS

- | | |
|---|-----|
| 1 - Evolução do número de títulos publicados e exemplares vendidos | 114 |
| 2 - Relação de Periódicos Científicos da UFBA | 117 |
| 3 - Critérios dos Comitês de Área da CAPES no triênio 2004-2006 | 129 |
| 4 - Identificação e vínculos dos Comitês de Assessoramento do CNPq | 133 |
| 5 - Recorrência dos aspectos observados dentre os critérios dos Comitês de Assessoramento do CNPq | 136 |
| 6 - Quantidade de programas de Pós-graduação da UFBA por área | 141 |

LISTA DE TABELAS

1 - Distribuição de bolsas e programas de pós-graduação no Brasil	131
2 - Veículos mais utilizados pelos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFBA	142
3 - Distribuição dos pesquisadores-bolsistas de PQ da UFBA, segundo categoria e gênero	151
4 - Distribuição dos pesquisadores-bolsistas de PQ da UFBA, segundo categoria/nível e titulação	152
5 - Distribuição dos pesquisadores segundo categoria/nível e número de orientações em andamento	153
6 - Distribuição dos pesquisadores segundo categoria/nível e número de orientações concluídas	153
7 - Distribuição da amostra por área	153
8 - Conhecimento do Movimento	154
9 - Importância atribuída ao Movimento	154
10 - Utilização de periódicos de acesso aberto como fonte de consulta prioritária	155
11 - Utilização prioritária de periódicos de acesso aberto para publicação	156
12 - Nível de importância x critérios de seleção de periódicos para publicação	157
13 - Distribuição da produção científica publicada em periódicos segundo área e modelos de negócio	158
14 - Distribuição da produção científica publicada em periódicos segundo categoria e modelos de negócio	159

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ALPSP	Association of Learned and Professional Society Publishers
APCN	Aplicativo de Propostas de Cursos Novos
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
C&T	Ciência & Tecnologia
CADCT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CEA	Comissão de Energia Atômica
CED	Centro Editorial e Didático
CFE	Conselho Federal de Educação
CIADD	Comissão Institucional de Avaliação do Desempenho Docente
CIENAM	Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente
CINDOC	Centro de Informação e Documentação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CSIC	Consejo Superior de Investigaciones Científicas
CTC	Comitê Técnico Científico
DESu	Diretoria de Ensino Superior
EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
FAPDF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
FAPEG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul
FAPES	Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo

FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FAPESP	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAPESPA	Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GED	Gratificação de Estímulo à Docência
GEPICC	Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Cultura e Comunicações
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBSN	International Blog Serial Number
IC	Iniciação Científica
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
INCT	Programa de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPEA	Instituto de Política Econômica Aplicada
IRC	International Research Council
ISI	Institute for Scientific Information
ISSN	International Standard Serial Number
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
NACA	National Advisory Committee for Aeronautics
NCSTRL	Networked Computer Science Technical Reference Library
NDLTD	Networked Digital Library of Thesis and Dissertations
NRD	Núcleo de Referência Docente
OAI	Open Archives Initiative
OAI-PMH	Open Archives Initiative – Protocol Metadata Harvesting
ONU	Organização das Nações Unidas
PADCT	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PICD	Programa Institucional de Capacitação Docente
PIDL	Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro
PIT	Programa Individual de Trabalho
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDNR	Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROPLAD	Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PTD	Plano de Trabalho do Departamento
REUNI	Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
RIT	Relatório Individual de Trabalho
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
RSS	Really Simple Syndication
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SIDOC	Sistema de Informações sobre a Produção Docente
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SOC	Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores
SOFTEX	Programa Nacional de Software para Exportação
SUPAC	Superintendência Acadêmica
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFSC	Universidade Federal da Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USAID	United State Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	19
1.1	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO BRASIL	20
1.1.1	Contexto Histórico e Contemporâneo das Agências Brasileiras	21
1.1.1.1	<i>Período Desenvolvimentista</i>	23
1.1.1.2	<i>CAPES e CNPq: divisores de águas no processo de institucionalização da pesquisa brasileira</i>	26
1.1.1.3	<i>Regime Militar</i>	30
1.1.1.4	<i>Nova República aos dias atuais</i>	35
2	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: DAS CARTAS AOS BLOGS	43
2.1	ASPECTOS HISTÓRICOS	43
2.2	ASPECTOS TEÓRICOS	45
2.2.1	Comunicação e Divulgação Científica: Conceitos Convergentes?	49
2.2.2	Comunicação científica e web social	52
2.3	ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS	57
2.3.1	Indústria de Comunicação Científica	59
2.3.2	Movimento de Acesso Livre à Informação Científica	66
3	PROCESSO DE FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA	71
3.1	ORIGENS DO DESEJO DA PESQUISA	71
3.2	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA	72
3.2.1	Delineamento da Pesquisa	73
3.2.1.1	<i>Procedimentos de coleta dos dados</i>	74
3.2.1.2	<i>Procedimentos de tratamento e análise dos dados</i>	76
4	POLÍTICAS E PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	78
4.1	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	79
4.2	REGULAMENTOS	86
4.3	EVENTOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	110
4.4	A EDITORA	113
4.5	PUBLICAÇÕES OFICIAIS	115

5	AGÊNCIAS NACIONAIS E ESTADUAIS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E POLÍTICAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	120
5.1	FAPESB	122
5.2	CAPES	125
5.3	CNPq	132
5.4	POLÍTICAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	140
6	MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE NO AMBIENTE DE PESQUISA DA UFBA	150
6.1	USO DE PERIÓDICOS DE ACESSO ABERTO PELOS PESQUISADORES	150
6.2	CONHECIMENTO E IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA AO MOVIMENTO PELOS MEMBROS DA PRPPG, DA CÂMARA DE PÓS-GRADUAÇÃO E CONSELHEIROS DA EDUFBA	160
7	CONCLUSÃO	165
	REFERÊNCIAS	169

INTRODUÇÃO

A comunicação científica é imprescindível ao processo de geração de novos conhecimentos e, conseqüentemente, ao desenvolvimento científico e tecnológico. As universidades, além de promover a capacitação profissional, são também responsáveis por desenvolver pesquisas. Considerando que a maior parte das pesquisas brasileiras é nelas realizada, que, por conseguinte, a comunicação científica é uma atividade intrínseca a seu papel e que a internet é um canal que tem sido cada vez mais utilizado para a disponibilização de conteúdos por elas produzidos, é necessário que estejam atentas para a criação de políticas que orientem suas comunidades a darem visibilidade a sua produção.

Muitas pesquisas sobre a Universidade Federal da Bahia (UFBA) já foram realizadas. Em 2006, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA, Sônia Vieira defendeu a dissertação intitulada *Revistas Científicas: estudo de visibilidade das revistas publicadas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)* que teve como interesse central conhecer a visibilidade das revistas científicas publicadas por suas unidades e órgãos. Essa pesquisa recomendava a necessidade do estabelecimento de uma política de aprimoramento da produção científica com base na análise de revistas científicas editadas na instituição, pois detectou que elas não atingem os padrões de qualidade editorial nacional e internacional para serem indexadas em bases de dados.

Após refletir sobre seus resultados e tendo acesso ao Webometrics Ranking of World Universities, o *ranking* mundial de divulgação da produção científica na *web* de Instituições de Ensino Superior (IES), produzido pelo laboratório Cybermetrics, do Centro de Informação e Documentação (CINDOC), do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), percebeu-se a necessidade de identificar e analisar as políticas que orientam a comunidade científica da UFBA, no que tange à comunicação de seus resultados de pesquisa (CSIC, 2009). Entendendo que a indexação de revistas em bases de dados pode garantir a qualidade, mas que não é a única forma de possibilitar que sua produção alcance maior visibilidade, esta pesquisa apresenta contribuições sobre alternativas e subsídios para a elaboração de uma política como essa.

Segundo o CSIC (2007), a Universidade de Stanford, o Instituto de Tecnologia de Massachussets e a Universidade de Harvard lideram este *ranking*. Mundialmente, o Brasil está representado pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A Universidade Federal da Bahia (UFBA) ocupa a 843ª posição na classificação do Cybermetrics e o 11º lugar em âmbito nacional, mesmo tendo sido fundada na década de 1940 e possuindo 103 cursos de pós-graduação *strictu sensu* e 530 grupos de pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), conforme o documento *Apresentação do Memorial de Gestão 2002-2010* (UFBA, 2010).

Essa colocação no *ranking* nacional e mundial parece decorrer de, pelo menos, dois fatores: primeiro, do fato de estar ainda num processo de consolidação da maioria de seus grupos de pesquisa; segundo, da ausência de políticas explícitas voltadas para a divulgação de sua produção científica.

O constante desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tem provocado mudanças significativas no sistema de comunicação científica. Tanto seu processo quanto seus produtos passam por alterações que reduzem o tempo de preparação dos trabalhos assim como o de publicação. Nesse contexto, com o objetivo de facilitar o acesso à informação científica, surge a *Open Archives Initiative* (OAI), que está apoiada por padrões e protocolos, visando a interoperabilidade entre sistemas. A OAI instigou o surgimento do Movimento de Acesso Livre à Informação Científica e muitos países têm aderido ao movimento por meio de declarações e manifestos. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão responsável pela informação científica no país, apoia fortemente o Movimento (IBICT, 2005).

Além das transformações proporcionadas pelo uso de TIC e particularmente da internet, o modelo tradicional de comunicação científica está sendo revisto sob a ótica do modelo *Open Archives*, que se revela como uma alternativa para a democratização do acesso à produção científica. No entanto, este novo modelo que está sendo proposto para a comunicação científica, ainda que mantenha sua base tradicional, tem dividido opiniões entre pesquisadores e instituições. Esta conjuntura nos levou a questionar sobre as políticas e práticas estabelecidas pela UFBA para a divulgação de sua produção científica e sobre como a instituição e seus pesquisadores se posicionam em relação ao acesso livre à informação científica.

Assim, como objetivos, a pesquisa buscou:

- identificar as políticas e práticas de comunicação da produção científica da UFBA;
- averiguar as relações entre as políticas das agências nacionais de pesquisa e de pós-graduação, especificamente CAPES e CNPq, e as políticas da instituição no que se refere à comunicação da produção científica;
- verificar como a instituição e seus pesquisadores se posicionam em relação ao acesso livre à informação científica.

Esta pesquisa caracterizou-se pela associação de três métodos de investigação: o estudo de caso, a pesquisa documental e o *survey* ou levantamento. Para a pesquisa documental, utilizando como marco histórico a Reforma Universitária de 1968, foram levantados documentos da UFBA, da CAPES e do CNPq que fazem referência à comunicação da produção científica. A técnica de coleta utilizada foi a observação indireta; como instrumento de coleta foram realizadas anotações cursivas.

Num outro momento foram aplicados questionários a uma amostra, buscando saber se conhecia o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica e se utilizava periódicos de acesso aberto. Essa amostra foi composta por pesquisadores da UFBA com as seguintes características: bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, das categorias Sênior e 1, distribuídos entre os níveis A, B, C e D. Buscando confrontar as respostas obtidas nos questionários, realizou-se um levantamento na Plataforma Lattes do total de artigos produzidos pelos pesquisadores da amostra e, em seguida, buscou-se identificar se os títulos de periódicos utilizados por eles, para a publicação dos resultados de suas pesquisas, são de acesso aberto. A observação sistemática foi definida como técnica de coleta desta etapa. Por último, os membros da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e da Câmara de Pós-Graduação e do Conselho Editorial da EDUFBA foram entrevistados.

O assunto será exposto ordenada e pormenorizadamente nas seções seguintes. Assim, a segunda seção deste trabalho faz uma abordagem histórica e cronológica do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. Somente após a Primeira Guerra Mundial – motivação principal para o desenvolvimento científico e tecnológico – o Brasil começa a se preocupar com sua modernização para acompanhar os desafios do mundo pós-guerra. Foram identificadas as principais

instituições de pesquisa do país, criadas desde o início do século XX, e suas trajetórias. Também foram levantados alguns fatos importantes relacionados a essas instituições, compreendendo que suas atividades são geradoras de políticas que orientam a comunicação da produção científica brasileira.

Uma revisão de literatura sobre comunicação científica é abordada na terceira seção, enfatizando aspectos políticos. Nela são contemplados alguns modelos de comunicação científica, os canais que surgiram ao longo do tempo e questões sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica. As discussões em torno dele abarcam as mudanças promovidas no sistema de comunicação científica, apontando para as possibilidades de subversão da lógica econômica de sua indústria e para uma convergência entre comunicação e divulgação científica. Vários autores apoiaram as reflexões realizadas no decorrer da pesquisa e subsidiaram a análise dos dados coletados.

A quarta seção é dedicada aos métodos utilizados, às estratégias metodológicas da pesquisa, às técnicas e instrumentos, bem como a seu delineamento, aos procedimentos de coleta e à análise dos dados. As seções subsequentes apresentam e discutem os achados da pesquisa e as conclusões.

Os resultados demonstram a inexistência de uma política explícita voltada para a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas na UFBA. No entanto, a Instituição dispõe de diversos documentos que apresentam a questão de forma bastante fragmentada e de instâncias responsáveis pela pesquisa e pela pós-graduação que atuam com limitações no estabelecimento de diretrizes. Além disso, foram localizados esforços de elaboração de uma política de comunicação que parecem não terem sido tratados com a devida atenção.

A pesquisa apresenta evidências de relações de dependência entre as políticas da universidade e as políticas dos órgãos de fomento e de avaliação, por seus critérios valorizarem quantitativamente a produção dos docentes-pesquisadores. Estes últimos mostram-se mais abertos em relação ao acesso livre à informação científica do que os membros da PRPPG, da Câmara de Pós-Graduação e do Conselho Editorial da Eufba.

1 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Este capítulo tem como objetivo demonstrar em que contexto se desenvolve a pesquisa científica no Brasil¹. Percebe-se que a partir da Segunda Guerra Mundial – evento que desencadeou avanços tecnológicos significativos e proporcionou transformações nas relações entre o Estado, a universidade e a sociedade – em todo o mundo ocorreu um aumento progressivo de valorização do conhecimento científico.

A importância do investimento em Ciência & Tecnologia (C&T) foi demonstrada e reafirmada na primeira metade do século XX, mas, ainda após a Primeira Guerra Mundial, o Estado financiava a pesquisa científica com parcimônia. No entanto, após a Segunda Guerra, a participação do Estado passou a ser bem mais incisiva, já que esse fator poderia torná-lo mais competitivo. Segundo Motoyama e colaboradores (2002, p. 657), “[...] esses empreendimentos evidenciaram as novas tendências para organizar, produzir e gerir C&T: forte apoio estatal, grandes projetos executados coletivamente por ampla gama de profissionais e estreita interação com o sistema produtivo”.

Analisando o caso das universidades norte-americanas, Waters (2006) elucida que o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Científico, instituído em 1941, comandou as universidades de Colúmbia, Princeton, Chicago e Califórnia, orientando seus estudos sobre o átomo com a finalidade de desenvolver armas de destruição em massa. Para o autor, este foi o momento de perversão das universidades, pois seus recursos aumentaram vertiginosamente.

Esses recursos, entretanto, não passaram a circular somente nas universidades. Aos poucos os Estados passaram a investir também em conselhos nacionais de pesquisa para gerenciar a atividade científica em seus territórios. Conforme Motoyama (2002), antes da Segunda Guerra alguns países já haviam criado conselhos nacionais de pesquisa, a exemplo do Canadá, em 1916. O Reino Unido e os Estados Unidos também foram pioneiros no investimento em instituições dessa natureza. A França reorganizou seu antigo sistema e criou o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

¹ Nesta seção, as seguintes fontes fundamentaram prioritariamente a exposição: Motoyama (2002), Motoyama e colaboradores (2000, 2002) e Ferreira e Moreira (2002).

Os Estados Unidos, preocupados com o desenvolvimento da pesquisa básica, criaram um órgão com a finalidade de apoiá-la: a National Science Foundation. Surgiram também iniciativas em âmbito internacional: o International Research Council (IRC), constituído por órgãos tradicionais como a Royal Society, da Inglaterra, e as academias científicas de Paris, de Bruxelas, do Canadá e dos Estados Unidos; e a International Association of Academies, liga que reunia Alemanha e países aliados (MOTOYAMA, 2002). O Brasil, embora num ritmo menos acelerado, acompanhou esse processo que culminou com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

1.1 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO BRASIL

A evolução da C&T recebeu, de certa forma, contribuições do Brasil Colônia, apesar de não serem feitas vinculações e referências a esse período como parte do processo de desenvolvimento científico e tecnológico. Os índios que aqui habitavam desenvolveram diversas técnicas e artefatos antes mesmo das naus portuguesas desembarcarem. O próprio “achamento” do Brasil e as tentativas de rompimento de monopólio com os árabes sobre as mercadorias orientais, pelos portugueses, representaram grande avanço no conhecimento nesse período da história. Para essas empreitadas, conhecimentos de Oceanografia, Cosmografia, Matemática, Física, Astronomia, Cartografia, Meteorologia, Engenharia etc. foram necessários. Somente o fato de os portugueses saberem da existência de um novo mundo influenciou o conhecimento sobre uma dada realidade (MOTOYAMA et al., 2000, 2002).

Embora o Brasil tenha tido esse contato inicial com os portugueses, pioneiros no domínio das técnicas de navegação e na expansão marítima, por muitos anos as atividades de C&T não encontraram terreno fértil para se desenvolverem no país, já que não havia nem interesse por parte da metrópole, nem cultura que as acolhessem. São apontados pelo menos três fatores que impossibilitaram o desenvolvimento dessas atividades no Brasil Colônia: a colonização, a economia primário-exportadora e a sociedade escravocrata (MOTOYAMA, 2002).

Durante os três séculos de dominação lusitana, foram escassas as investigações – a exemplo dos trabalhos de Bartolomeu de Gusmão e de José Bonifácio de Andrada e Silva – bem como as ações de estímulo ao desenvolvimento da colônia. A proibição de instalação de tipografias é um exemplo. Outro fator que representou efetivo atraso no desenvolvimento científico do país foi a tardia implantação de nossas instituições de ensino superior, ocorrida somente após a chegada da Família Real. Com isso, a colônia não conseguiu acompanhar o ritmo do “circuito principal” da C&T (MOTOYAMA, 2002). Mesmo após a independência esse quadro não mudou, pois sua estrutura socioeconômica permaneceu praticamente a mesma. O número de escolas superiores, porém, quadruplicou entre fins do Império e início da República velha: saltou de 6 para 24.

Somente a partir dos primeiros anos do século XX a C&T passou a ter maior inserção na sociedade, sobretudo na região Sudeste, por conta do desenvolvimento das lavouras de café, que forneceram aporte para a modernização e industrialização do país. Nesse momento foram criados institutos de pesquisa como o Butantan e o Oswaldo Cruz e também a Universidade de São Paulo, tão importantes na institucionalização da C&T e na formação de uma comunidade científica no Brasil. Foi em meio a esses acontecimentos que surgiram as primeiras propostas de criação de um órgão de apoio às atividades de pesquisa. Todavia, “[...] a tradição prático-imediatista e retórico-literária – herdada do passado colonial e monárquico –, aliada ao tipo de modernização e industrialização adotado, não favorecia sua concretização” (MOTOYAMA, 2002, p. 21).

1.1.1 Contexto Histórico e Contemporâneo das Agências Brasileiras

Considerando que a ideia de se criar uma instituição para apoiar o desenvolvimento científico no Brasil nasceu na década de 1920, como consequência de discussões de integrantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC) em torno da Primeira Guerra Mundial, toma-se por base esse período para demonstrar, com maior profundidade, o contexto em que se deu a institucionalização da ciência no país.

O cenário mundial em que se inseria o Brasil, no final da década de 1920, denunciava seu atraso em relação a outras nações, pelo fato de sua economia ser

basicamente agrícola e depender das exportações. Nessa época, 90% do valor total das exportações realizadas pelo país era representado por oito produtos: café, açúcar, cacau, algodão, mate, tabaco, borracha, couro e peles (ABREU, 1986 apud JAMBEIRO et al., 2004).

Para Domingos Neto (2004, p. 2) nesse período “[...] o conhecimento do território, o inventário das riquezas naturais passíveis de exploração econômica, o combate a pragas na agricultura, a modernização das grandes cidades e o controle de endemias [...]” eram questões tratadas prioritariamente por especialistas da área de saúde, engenheiros, mineralogistas entre outros. Outros especialistas, como antropólogos, juristas e economistas, ocuparam-se de “[...] desvendar os traços da identidade nacional, as especificidades do Estado brasileiro, o funcionamento das instituições e os obstáculos ao desenvolvimento” (DOMINGOS NETO, 2004, p. 2).

No início do século XX as pesquisas eram realizadas em institutos, serviços e museus federais ou estaduais e havia pouca coesão entre os membros dessas instituições. Os financiamentos estatais para o trabalho científico nessa época eram escassos, mas havia algumas alternativas que minimizavam o problema da imprevisibilidade de recursos (SCHWARTZMAN, 1979).

Uma delas era a autonomia orçamentária. Institutos como o Oswaldo Cruz comercializavam vacinas veterinárias produzidas em seus laboratórios, cujas patentes eram doadas pelos descobridores, para que fosse possível criar um fundo livre do controle burocrático. Com a criação do programa de centralização administrativa do Estado Novo, no entanto, o Instituto passou a depender exclusivamente das verbas federais.

Outra alternativa, menos atraente, era o apoio de alguns industriais, que Schwartzman (1979) denomina mecenas científico, a exemplo de Guilherme Guinle e, de forma menos sistemática, Assis Chateaubriand. O apoio advindo deles não era livre de interesses próprios, pois era marcado pelo que se pode chamar de relação de prestação de serviços. Um exemplo do estabelecimento desse tipo de relação ocorreu em 1906, quando Carlos Chagas foi contratado por Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle, diretores das Docas de Santos, para elaborar e executar um plano para combater a malária numa região em que estavam construindo uma usina hidrelétrica. Desde então, a colaboração entre empresários e cientistas brasileiros continuou, de forma institucionalizada. Com este propósito, em 1923 foi criada a Fundação Gaffrée Guinle.

Os anos que antecederam a criação das agências nacionais de pesquisa foram marcados por uma conjuntura internacional adversa em razão da crise de 1929 e da posterior depressão econômica que afetou o Brasil. Até a década de 1950, Getúlio Vargas (1930-1945) com o Estado Novo, José Linhares (1945-1946), Eurico Dutra (1946-1951) e novamente Vargas passaram pela presidência da República.

1.1.1.1 Período Desenvolvimentista

A Revolução de 1930, sob a liderança de Vargas, teve papel fundamental na história do país, não apenas pelo crescimento econômico e pela modernização que se alcançou. Esse movimento contribuiu para a construção de um novo Estado nacional unificado, no sentido mais real da expressão, por possuir “[...] uma ideologia nacionalista dedicada à construção de um capitalismo urbano-industrial, num país defendido contra influências estrangeiras, e voltado para sua própria cultura e seus valores tradicionais” (JAMBEIRO et al., 2004, p. 14). Foi esse movimento que lançou as bases do Estado brasileiro contemporâneo, modificando, inclusive, as relações entre o cidadão, o governo e a sociedade. Caracterizavam também a nova ideologia “[...] a constituição de uma sociedade corporativa, a ênfase na objetividade tecnocrata, e o autoritário-paternalístico tratamento dos conflitos sociais” (JAMBEIRO et al., 2004, p. 11).

Já nesse período, além do sistema de ensino superior possuir uma centena de instituições – mesmo que isoladas, profissionalizantes e sem integração com a pesquisa científica (FERREIRA; MOREIRA, 2002) –, começava a nascer uma consciência no Brasil de quão importante era investir em pesquisa científica. Em 1931, a criação de um conselho de pesquisas foi formalmente sugerida pela Academia ao governo, estimulada com a criação do Conselho Nacional de Educação, nesse mesmo ano, resultado de ações do governo Vargas para dotar o país de instrumentos para sua modernização (MOTOYAMA et al., 2002). Em 1936 Vargas encaminhou ao Congresso uma proposta para a criação de um conselho que objetivasse conceber um moderno sistema de pesquisas para aumentar a produção agrícola. No entanto, não obteve sucesso (CNPq, [200-?]a).

Ainda em meados da década de 1930 foram criadas as primeiras universidades institucionalizadas, buscando responder às necessidades de modernização do país, por meio da criação de um modelo holístico, que associasse ensino e pesquisa. É o caso da Universidade de São Paulo, criada em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935, mas extinta em 1939. Durante o primeiro governo de Vargas outros acontecimentos impulsionaram o desenvolvimento econômico. A redução das exportações de café, bem como o consequente êxodo rural, foram fatores preponderantes para que o processo de industrialização do país se acelerasse. Acrescenta-se a esse panorama o diferenciado estilo de Vargas em relação aos presidentes da República Velha – que não obstante a divergência de opiniões sobre os rumos do país quanto a sua vocação, agrícola ou industrial – de forma oportunista² conseguiu, por exemplo, apoio norte-americano para instalar, em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional, de grande importância para o desenvolvimento industrial. Era grande a preocupação com a modernização do país. Já em 1945, como apontam Del Priore e Venâncio (2003, p. 320, grifos dos autores),

[...] pela primeira vez, a produção fabril brasileira ultrapassava a agrícola como principal atividade da economia. Nesse mesmo período, também assistimos ao surgimento da *indústria de base*, ou seja, aquela dedicada à produção de máquinas e ferramentas pesadas, à siderurgia, à metalurgia e à indústria química.

Como parte do projeto político-econômico de Vargas, foram identificados intelectuais favoráveis ao clima de renovação de ideias, originadas no Movimento Modernista de 1920, dispostos a colaborar na elaboração de projetos de planejamento do Estado, sobretudo na área econômica, pois eles

[...] valorizavam a análise científica, proporcionada pelas nascentes ciências sociais, como uma forma de melhor conhecer e explicar o funcionamento de nossa sociedade. Graças a essa última tendência, assistimos – em uma sociedade que praticamente dispunha apenas de cursos superiores de medicina, direito e engenharia – ao surgimento de uma geração de sociólogos, economistas e administradores. (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2003, p. 323).

A intervenção estatal getulista produziu efeitos nas esferas econômica, política e social. A ampliação de vagas e a unificação de conteúdos de disciplinas do

² Atento ao clima tenso que antecedia a Segunda Guerra, Vargas se articulava para conseguir vantagens em troca de apoio.

ensino secundário e universitário, além da criação de cursos profissionalizantes foram algumas das mudanças na área da educação, que representaram o esforço na implantação do projeto de modernização do país. Elas ocorreram sob a gestão de Gustavo Capanema e foram planejadas e implementadas ao lado de intelectuais como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Heitor Villa-Lobos. De acordo com Jambeiro e colaboradores (2004, p. 15): “[...] após o final da Segunda Guerra Mundial e a queda do regime ditatorial de Vargas, os efeitos desse esforço continuaram repercutindo, notadamente no desenvolvimento industrial.”

Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que uma estrutura de suporte à pesquisa científica começou a ser estabelecida no país. Contribuiu para acelerar esse processo o fato de a bomba atômica ter se mostrado uma ferramenta perigosa e poderosa. A atenção ao campo da física nuclear destacou-se com a fundação do Conselho Nacional de Pesquisas, em 1951. Sua subordinação à Presidência da República demonstra quão estratégica era a questão no pós-guerra. Além disso, o país, nesse período, contava com um presidente mais sensível à questão: Eurico Gaspar Dutra teve uma trajetória ligada ao exército e foi Ministro da Guerra por dez anos até ser exonerado do cargo para concorrer à eleição presidencial de 1945.

Em 1946, novamente por intermédio da ABC, o engenheiro e almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, representante do país na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), apresentou ao governo a proposta de criação de um conselho nacional de pesquisa. Somente em 1948, porém, é que esse projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados. Dois fatores justificavam a criação de um conselho dessa natureza: o estabelecimento de formas institucionais de financiamento e a organização dos cientistas numa comunidade (SCHWARTZMAN, 1979).

Instituída em 1948 com o objetivo de defender o avanço científico e tecnológico, bem como o desenvolvimento educacional e cultural no país, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) assumiu um importante papel no que tange à organização dos cientistas.

Em 1949, uma comissão foi nomeada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra para apresentar o projeto de lei sobre o estabelecimento do Conselho Nacional de Pesquisas, mas somente em 15 de janeiro de 1951 foi sancionada a Lei n. 1.310 (BRASIL, 1951), de criação do Conselho. Antes, porém, contava-se com o Centro

Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), criados em 1949 e 1950, respectivamente.

Domingos Neto (2004, p. 3) aponta que a criação do CNPq respondeu a

[...] uma confluência de vontades: a da comunidade científica excitada pelas revelações da Guerra, carente de reconhecimento e amparo material; a dos militares, ansiosos por um instrumento sem o qual estaria congelada a assimetria dos meios de defesa, o engenho nuclear; a de letrados urbanos de variados matizes ideológicos interessados na superação da economia agro-exportadora e da dependência externa; a de industriais necessitados de novas tecnologias e, finalmente, a de governantes em busca de legitimidade por meio de acenos ao padrão moderno.

Apesar de instituído como o principal órgão de fomento à pesquisa no país, sua atuação durante a primeira década não foi suficiente para a consolidação do apoio ao desenvolvimento da ciência. Durante toda a segunda metade do século XX, o órgão passou por diversos períodos de instabilidade, devido, sobretudo, à dificuldade de delimitar suas próprias atribuições. Além disso, não havia consenso quanto à importância do investimento em pesquisas para o crescimento do país. Motoyama e outros (2002) acreditam que não atingia a casa do milhar o número de pesquisadores brasileiros na década de 1950, pois havia poucos institutos de pesquisa.

1.1.1.2 CAPES e CNPq: divisores de águas no processo de institucionalização da pesquisa brasileira

Pela importância e complexidade, tanto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) quanto o CNPq não podem ter suas trajetórias desvinculadas do contexto sociopolítico. No início da década de 1950, não somente elas, mas outras instituições³ foram criadas com a finalidade de equipar o Brasil com uma estrutura capaz de regular diversas áreas e atividades e executar políticas que atendessem ao projeto do segundo governo de Vargas de modernizar o país e torná-lo independente.

A CAPES, criada pelo Decreto n. 29.741 de 1951 (CAPES, [200-?]), como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, vinculada

³ A exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual BNDES) e da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), atual Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), primeira faculdade de Administração da América Latina.

diretamente à Presidência da República, teve como idealizador Anísio Teixeira, referência na área de Educação no Brasil. Como seu primeiro dirigente, este educador foi responsável pela formulação da política institucional da agência, que inicialmente priorizou uma articulação com o setor público e a indústria, a fim de suprir as demandas por profissionais especializados. Segundo Ferreira e Moreira (2002, p. 296), a CAPES “Foi criada num momento em que persistia a tendência a um modelo de ensino superior baseado em escolas profissionais que abrigavam cerca de 50 mil alunos, nas quais a pós-graduação *stricto sensu* era praticamente inexistente”.

A atuação de Anísio Teixeira compreendeu: a implantação do Programa Universitário, a contratação de professores estrangeiros visitantes, o estímulo a atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, apoio a eventos científicos e concessão de bolsas de estudos (CAPES, [200-?]). Ainda na primeira década de sua existência, a CAPES criou centros regionais de treinamento, localizados principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também em Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Foram realizados ainda os primeiros levantamentos de faculdades e universidades no Brasil e sobre a atuação de cada uma delas bem como de seus professores (FERREIRA; MOREIRA, 2002). Anísio Teixeira dirigiu o órgão por 12 anos, mas, com o movimento político-militar de 1964, foi exonerado do cargo.

O CNPq, antigo Conselho Nacional de Pesquisas, foi criado em 15 de janeiro de 1951, como autarquia subordinada diretamente à Presidência da República e oficializado pela Lei n. 1.310, com o objetivo de “[...] promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento” (BRASIL, 1951, p. 1). No início de sua atuação, porém, dedicou-se com mais ênfase ao apoio a pesquisas na área de energia nuclear, em razão das preocupações do Estado com a segurança e soberania nacional durante a Guerra Fria.

Evidências do foco nas questões nucleares podem ser encontradas na própria lei de criação do órgão, nos artigos 3º, 4º e 5º – nos quais se definiram materiais apropriados para aproveitar a energia atômica e proibiu-se a exportação de minérios, determinando-se pena para o infrator da proibição –, assim como estabeleceu-se o controle das atividades relacionadas ao aproveitamento de energia nuclear, dentre outras questões.

Mesmo com a proibição da exportação de minérios, a intenção de transformar o Brasil num país autônomo e moderno desaguou na *Política de Compensações*

*Específicas*⁴, que permitia a cessão de material atômico em troca de acesso à tecnologia nuclear (DOMINGOS NETO, 2004; MOTOYAMA et al., 2002). O Contra-Almirante Álvaro Alberto da Mota Silva, que já integrava a Comissão de Energia Atômica (CEA) e vinha se empenhando na criação de um conselho há algum tempo, foi nomeado o primeiro presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

O Almirante Álvaro defendia a política nacionalista e autônoma, no que se refere aos recursos naturais brasileiros no setor atômico. Foi persistente na tentativa de capacitação nuclear, porque acreditava que esse era o caminho para que o país saísse da condição de subdesenvolvido. Apesar de já se cogitar a aplicação pacífica da energia atômica, com a Guerra Fria, nem os Estados Unidos, nem a União Soviética colaborariam com a política brasileira nesse setor. Posteriormente, duas comissões⁵ foram criadas, retirando do CNPq a incumbência de cuidar do programa atômico (MOTOYAMA et al., 2002).

A despeito de grande parte dos esforços do Almirante Álvaro terem se concentrado na área nuclear, durante o período em que presidiu o CNPq, foram organizados o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Também foram institucionalizados vários tipos de bolsas no país, como as de Iniciação Científica, de Pesquisador Assistente, de Estágio para Desenvolvimento Técnico, entre outras, e no exterior a de Especialização e de Aperfeiçoamento Técnico (MOTOYAMA et al., 2002).

Mesmo com toda a dedicação do Almirante Álvaro, seu sucessor, José Alberto Baptista Pereira, teve uma postura diferente no tocante à área nuclear, porque, ao governo Café Filho, interessava a aproximação com os Estados Unidos. Destarte, ocorreu, em 1955, a adesão do Brasil ao programa Átomos da Paz, dos Estados Unidos, que, enfim, permitia a outros países o acesso à tecnologia nuclear. Nesse período, como resultado da falta de verbas, reduziu-se a oferta de bolsas do

⁴ Essa proposta foi apresentada em 1946, na Comissão de Energia Atômica (CEA), da Organização das Nações Unidas (ONU), por Álvaro Alberto, criador do CNPq, contra a proposta de expropriação universal das minas de urânio e tório, para que fossem controladas por um órgão internacional. Como a proposta de expropriação foi apoiada principalmente por países detentores de reservas de tório e urânio, o Brasil conseguiu fazer com que fosse aprovada uma emenda que desobrigava qualquer país de aceitar a expropriação.

⁵ No âmbito do Ministério das Relações Exteriores, foi criada, em 1952, a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos. A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) foi criada em 1956, vinculada à Presidência da República.

exterior e os valores das bolsas no país. Para isso, foram adotados, segundo Motoyama e outros (2002), critérios mais rigorosos para selecionar os candidatos.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek, foi nomeado para assumir a presidência do CNPq o tenente-coronel-aviador Aldo Weber Vieira da Rosa. Ficou por pouco tempo, em razão de um acidente, e indicou para o cargo João Christovão Cardoso, seu vice-presidente. Destacam-se como aspectos gerais da C&T no Brasil, entre 1956 e 1961, a criação do plano de metas, em que várias áreas foram contempladas, e a proposta de criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

No âmbito do CNPq, a falta de verbas era ainda maior nesse período, já que havia perdido suas atribuições na área nuclear para o CNEN. Ainda assim, foi adquirido em condomínio (entre o CNPq, o Ministério da Guerra, a Companhia Siderúrgica Nacional e a Universidade Católica) o primeiro computador eletrônico. Também foi feita uma proposta para criar o setor de ciências sociais no CNPq nessa época. Para enfrentar a redução de recursos, algumas parcerias importantes foram empreendidas, mas, conforme Motoyama e outros (2002, p. 674), “[...] apesar dos esforços do CNPq em contribuir com as ações do governo JK, este, no seu desenvolvimentismo apressado, não tinha paciência de esperar os resultados das pesquisas nem de investir no futuro”.

É oportuno registrar, entretanto, que, no final do governo JK, a despeito da criação de várias universidades federais, o pretendido modelo holístico da era Vargas para agregar ensino e pesquisa ainda não havia sido alcançado, de forma que a federalização das instituições de ensino superior constituiu-se num processo de cooptação dessas escolas. Contudo, nesse momento, o Brasil recebeu estudantes e professores que retornaram do exterior, nos quais o governo havia investido, fornecendo bolsas integrais anuais, para que participassem da implantação dos primeiros cursos de mestrado e doutorado no país, o que ocorreu a partir de meados da década de 1960. Esses mesmos estudantes e professores também se tornaram líderes intelectuais da comunidade científica nacional a partir dessa década.

Com Jânio Quadros na presidência, nos anos iniciais da década de 1960, surgiu um movimento forte que buscava reformar e modernizar o ensino superior. Estudantes, professores e pesquisadores foram atores centrais desse movimento, sobretudo aqueles que tiveram a oportunidade de estudar no exterior, que buscavam integrar ensino e pesquisa. Durante o curto período em que Jânio Quadros foi

presidente, Octacílio Cunha foi designado para o cargo de presidente do CNPq. A fundação da Universidade de Brasília e a concretização da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) são alguns dos fatos marcantes do período. Octacílio elaborou o Plano Quinquenal por solicitação de Jânio e, entre suas premissas, uma foi particularmente relevante para estimular a comunicação científica: o apoio a publicações e a programação de simpósios e congressos. Destaca-se também a instituição das bolsas de pós-graduação. No entanto, com a renúncia de Jânio e o conturbado quadro político, muitas propostas não foram implementadas (MOTOYAMA et al., 2002).

De 1962 a 1964, Athos da Silveira Ramos foi nomeado pelo sucessor de Jânio, João Goulart, para assumir a presidência do órgão. A atuação do então presidente era perspicaz na identificação de oportunidades quanto à captação de recursos. Durante sua gestão, como parte da reforma administrativa, foi proposta, pelo Almirante Ernani do Amaral Peixoto, a vinculação do CNPq ao Ministério da Educação e Saúde. A proposta foi fortemente rechaçada e veio à tona, novamente, a proposta de criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, para ampliar a atuação do órgão, sobretudo na formulação e execução de uma política científica e tecnológica. Um fato importante a se destacar foi a realização de seminários pelo país em busca de apoio da iniciativa privada para o investimento em inovação tecnológica. Todavia, passadas mais de quatro décadas, é possível afirmar que ações como essa ainda se fazem necessárias (MOTOYAMA et al., 2002).

1.1.1.3 Regime Militar

Durante o Regime Militar, ao contrário do que se pode imaginar, houve empenho na promoção de C&T. Motoyama e colaboradores (2002, p. 677) defendem que “[...] nenhum governo brasileiro encarou com tanta seriedade a questão da investigação científica e tecnológica como esse dos militares”. Mesmo considerando os prejuízos, como o Ato Institucional n. 5 (AI-5)⁶ – que estabeleceu

⁶ O AI-5 possibilitou que cientistas e intelectuais de esquerda fossem cassados e perseguidos. Posteriormente, foi realizada a Operação Retorno para atrair os cientistas brasileiros que estavam atuando no exterior.

um clima de desconfiança desfavorável às ações de desenvolvimento que se pretendia – e a desmobilização do movimento pela reforma universitária – quando as atividades dos professores passaram a ser controladas repressivamente –, muitos foram os benefícios: a ideia de uma política de C&T aparece explícita no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED); a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para financiar projetos prioritários; o estabelecimento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Foi apresentado também o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974).

A CAPES, a despeito de sua extinção ter sido cogitada, foi transformada em coordenação e passou a assumir novas funções, pois se vislumbrou no órgão um ponto de apoio para vincular a educação ao desenvolvimento econômico, uma vez que o governo investiu implantando um sistema de fomento. A ideia era que o ensino superior desempenhasse papel estratégico no sistema de C&T. E, mediante várias ações, a CAPES passou a ser vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, ligada, por meio da Diretoria de Ensino Superior (DESu), à política de educação superior no país. Com a exoneração de Anísio Teixeira, foi indicada para o cargo Suzana Gonçalves que, apesar de não ter experiência em trabalhos administrativos, deu continuidade aos projetos iniciados por Anísio, dirigindo a agência por dois anos. Em sua gestão, debates sobre a ampliação da carga horária dos professores universitários e o regime de dedicação exclusiva foram iniciados. Até esse momento, porém, a CAPES não possuía um quadro de funcionários próprios (FERREIRA; MOREIRA, 2002).

No CNPq, seu presidente Antônio Moreira Couceiro posicionava-se contra a criação de um Ministério de Ciência e Tecnologia. Nesse período, o presidente Castello Branco⁷ apoiava Couceiro, mesmo com críticas à atuação do órgão. Contudo, não obstante sua atitude de atualizar e enviar para o Congresso uma nova legislação para o CNPq, foi solicitada a extinção do órgão pela Comissão de Educação e Cultura e a criação de uma Fundação Nacional de Ciências e de uma Fundação Nacional de Tecnologia, vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde. A solicitação não foi atendida e o órgão foi mantido sob o dispositivo legal n. 4.533,

⁷ Seu apoio a Couceiro certamente estava relacionado ao conhecimento da situação do órgão, que, apesar de ter seus orçamentos aprovados, não recebia os créditos. Como os deputados desconheciam esse fato, acusavam o órgão de ter altos orçamentos, de gastar excessivamente, de possuir muitos funcionários e privilegiar os pesquisadores da Guanabara (MOTOYAMA, 2002).

ficando responsável pela formulação da política científica e tecnológica do país (MOTOYAMA et al., 2002).

Para a elaboração de um Plano Quinquenal, Couceiro contou com a participação de pesquisadores, estabeleceu metas de curto e longo prazos, nas quais pode-se perceber novamente uma preocupação com a integração dos órgãos de pesquisa com o setor privado. Importante destacar que, para administrar o aumento previsto da oferta de bolsas, Couceiro defendia que a formação deveria ocorrer nos melhores centros do país, de forma concentrada. Assim, o órgão realizou levantamentos com o objetivo de selecionar os centros de excelência, porque era grande a preocupação com a formação de pessoal. Segundo Ferreira e Moreira (2002), nessa mesma época, o *Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária* destacava vários aspectos do sistema de ensino e também recomendava a instalação de Centros Regionais de Pós-Graduação em universidades que já tivessem determinadas áreas desenvolvidas no que se refere a professores qualificados para a pós-graduação.

Consoante Ferreira e Moreira (2002), também no final da década de 1960, com a Lei n. 5.540/68, os cursos de pós-graduação passaram a ser regulamentados. O Parecer n. 977/65, que teve como relator o professor Newton Sucupira, foi a base dessa lei, pois conceituou os cursos de pós-graduação em dois tipos (*stricto sensu* e *lato sensu*). Para esses autores, essa lei, além de ter fortalecido o papel legal do Conselho Federal de Educação (CFE), de regulamentar e supervisionar a pós-graduação *stricto sensu*, certamente influenciou no crescimento da pós-graduação, ao estabelecer que a titulação acadêmica se tornasse um dos critérios mais relevantes para ingresso e promoção na carreira docente, pois, até meados dessa década,

O título de doutor tendia a conferir mais vantagens simbólicas do que benefícios econômicos e profissionais ao seu detentor e possuía reduzido valor no campo acadêmico, em função da ausência de uma carreira acadêmica institucionalizada no país, com exceção da própria USP, cujo doutorado se incorporou à carreira docente. (FERREIRA; MOREIRA, 2002, p. 298).

Entre 1970 e 1974, o Brasil foi presidido por Emílio Garrastazu Médici e Arthur Marcarenhas Façanha foi indicado para substituir Antônio Couceiro, que se demitiu do cargo por insatisfação com as diretrizes adotadas para o setor de C&T. Nesse período, conhecido como o do “milagre brasileiro” por conta do rápido aumento do Produto Interno Bruto (PIB), ocorreu uma expansão da economia, mas a crise do

petróleo não permitiu a continuidade dessa situação. As divergências ainda existentes na equipe do governo tiveram como consequência o descompasso entre a política científica e tecnológica e a política econômica. Havia consciência de que era primordial a redução da dependência tecnológica. Durante o governo de Médici foi elaborado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). Arthur Façanha, conseguiu organizar alguns programas, resultado de discussões para a elaboração de uma proposta de criação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, que não foi aprovada (MOTOYAMA et al., 2002).

Nesse período, a CAPES teve seu papel fortalecido, pois sua estrutura foi alterada pelo Decreto n. 74.299 e passou a ter autonomia administrativa e financeira. Com isso, seu regimento interno abordava a necessidade de colaborar na política nacional de pós-graduação, de realizar atividades para capacitar pessoal de nível superior, gerir a aplicação de recursos e analisar normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação. Além disso, foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília (CAPES, [200-?]).

Com Ernesto Geisel (1974-1979), a indústria de bens de capital, de insumos básicos e de eletrônica, tornaram-se foco por sua intenção de transformar o país numa potência. Foram elaborados nesse governo o II PND, o II PBDCT e o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). O I PNPG, elaborado num momento em que havia recursos em abundância por conta do FNDCT, executado pela Finep, deixava claro que o processo de expansão da pós-graduação deveria passar a fazer parte de uma política indutiva para a construção de um parque industrial que lhe desse aporte para tornar-se um dos países do grupo restrito de potências mundiais.

O I PNPG tinha como objetivo central expandir a pós-graduação, tendo em vista a necessidade de capacitar professores das Instituições de Ensino Superior (IES). Foram estabelecidos como metas o aumento da titulação e a ampliação do número de vagas tanto para o mestrado quanto para o doutorado. Nessa linha, o Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), a contratação regular e programada de docentes pelas IES e a concessão de bolsas de tempo integral foram propostas para atender às metas estabelecidas. Para Castro (1985, p. 13): “O I PNPG, já em meados de 70, procurava corrigir alguns desvios provocados pela rápida expansão da pós-graduação [...]”

Também durante o governo de Geisel, mais especificamente entre 1976 e 1977, o sistema de acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação foi criado. Vários objetivos foram formulados e, desde que foi implantado, o sistema já passou por alterações que têm contribuído para que a sistemática da avaliação se consolide. Segundo Moraes (2006, p. 194-195):

[...] por um lado, foram introduzidos aprimoramentos nos formulários para obtenção de dados, bem como sua progressiva informatização, foram criadas as comissões de especialistas, uma para cada área de conhecimento, implementou-se a prática de visitas *in loco* aos programas; por outro, a CAPES passou a consultar as áreas de conhecimento (normalmente mediada pelas respectivas Associações Nacionais de Pós-Graduação e Pesquisa) para obter indicações de nomes para compor seus vários níveis de avaliação [...]

O CNPq, bem como outros órgãos⁸ então vinculados ao Ministério do Planejamento, que havia sido transformado em secretaria, recebeu maior atenção e o ambiente tornou-se favorável a uma aproximação entre governo, indústria e política de C&T. Foi transformado em fundação, com personalidade jurídica de direito privado, passando a denominar-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A gestão de José Dion de Melo Teles no CNPq foi marcada pela preocupação de integração do órgão com a comunidade científica em prol do desenvolvimento do país. O CNPq, conforme havia sido determinado, foi transferido para Brasília, e as agências regionais de São Paulo, Recife, Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte foram organizadas.

No governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), um terceiro PND não foi elaborado e, a despeito de terem sido formulados o III PBDCT e o II PNGP, pouca atenção foi dada à C&T, os investimentos em pesquisa diminuíram consideravelmente e as diretrizes para o setor careceram de instrumentos para serem efetivamente cumpridas. Nesse período, o país encontrava-se em meio a uma crise econômica que desencadeou retração de recursos em vários setores, inclusive para o sistema de C&T e para a pós-graduação. Segundo Ferreira e Moreira (2002), houve um esvaziamento progressivo do FNDCT e a distribuição de recursos para o sistema CAPES/CNPq/Finep ficou comprometida.

⁸ O Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

O II PNPG teve como foco a qualidade do ensino superior, mas, sobretudo, da pós-graduação. Observa-se nessa fase uma preocupação com a consolidação da avaliação da pós-graduação. A participação da comunidade científica, para auxiliar nas decisões em torno da política de pós-graduação e do próprio processo de avaliação, tornou-se um dos pontos mais importantes, pois se acreditava que essa era a melhor forma de garantir o desenvolvimento da pós-graduação.

Durante os seis anos que Figueiredo ocupou a Presidência da República, o CNPq teve dois presidentes: Maurício Matos Peixoto (1979-1980) e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1980-1985). Este último enfatizou a área tecnológica, com base no envolvimento dos Estados com os setores produtivos, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Com isso, foram criados 16 Núcleos de Inovação Tecnológica com o apoio da Secretaria de Articulação de Estados e Municípios. Além dos núcleos, Lynaldo organizou programas, ofereceu bolsas institucionais e criou importantes órgãos, a exemplo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), instrumento de divulgação científica que possibilitou a criação de uma cultura de valorização da ciência (MOTOYAMA et al., 2002).

Nos momentos finais do regime militar, regulamentado pelo Decreto n. 86.791, a CAPES passou a ser responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação. No Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, ficou encarregada de “[...] elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior” após reconhecimento como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura (CAPES, 2009, p. 3). Nesse sentido, com a criação do Programa de Acompanhamento e Avaliação estabeleceu-se maior proximidade e interação entre a CAPES e a comunidade acadêmica.

1.1.1.4 Nova República aos dias atuais

Muitas das ações planejadas durante o regime militar somente foram concretizadas no período da Nova República. Uma delas foi a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, ao qual o CNPq foi vinculado. Nessa fase, pesquisadores e políticos se articularam para que a Constituição Federal de 1988 contemplasse a instituição, por parte dos Estados, de fundações de apoio à pesquisa. Para a

CAPES, a transição para a Nova República ocorreu sem alterações. Esta foi uma fase de consolidação de suas ações no que se refere ao III PNPG (MOTOYAMA et al., 2002). Foram elaborados, nesse período, o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (PNDNR) e o I Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), correspondentes do PND e do PBDCT, respectivamente.

O III PNPG destacava o papel da universidade para o desenvolvimento nacional, já que eram seus objetivos: a consolidação e a melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação, a institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação e sua integração com o setor produtivo. Além desses objetivos, esse plano já identificava como uma lacuna a necessidade de articulação entre agências de fomento governamentais com interface na pós-graduação. Esses objetivos respondiam à acentuada preocupação com a autonomia nacional expressa no I PNDNR, pois, não havia no país,

[...] um quantitativo de cientistas suficiente para se atingir plena capacitação científica e tecnológica, tornando-se importante um progresso da formação de recursos humanos de alto nível, considerando que a sociedade e o governo pretendem a independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil [...] (BRASIL, 2004, p. 14).

Nesse contexto, destacam-se duas medidas específicas apontadas pelo III PNPG, no que tange à institucionalização da pesquisa nas universidades, que são parte da política de comunicação científica estabelecida pela CAPES: valorização da produção científica na carreira docente e atualização de bibliotecas e laboratórios.

O clima da Nova República também trouxe desafios para o CNPq José Sarney (1985-1990), então presidente da República, nomeou Roberto Figueira Santos, ex-reitor da UFBA e ex-governador da Bahia para presidir o CNPq. No curto período de sua atuação como presidente, Roberto Santos, insatisfeito com a distribuição dos recursos do órgão, elaborou um plano de ação em que adotava como prioridade projetos relacionados ao desenvolvimento de regiões carentes. Conseguiu suplementação orçamentária e tomou algumas medidas que considerava importantes, como a qualificação de pessoal de apoio técnico e o contato com empresas jornalísticas com a intenção de conscientizar tanto líderes quanto setores variados da opinião pública da importância do desenvolvimento científico e tecnológico para o futuro do país.

A atuação de Crodowaldo Pavan, sucessor de Roberto Santos, foi decisiva para a consolidação do Conselho no apoio ao desenvolvimento científico. Duas ações podem ser destacadas, além da continuidade dada aos programas em andamento: o expressivo aumento na oferta de bolsas tanto no exterior quanto no país e a criação do novo estatuto, possibilitando maior participação da comunidade científica. Pelo novo estatuto, o Conselho Deliberativo (CD) foi reconstituído, passando a ter, além dos membros natos – presidente e vice-presidente do CNPq, o secretário de planejamento e coordenação do MCT, o presidente da FINEP e o diretor-geral da CAPES –, seis cientistas, dois pesquisadores da comunidade tecnológica, um empresário brasileiro e um servidor da carreira de técnico de nível superior ou de pesquisador do CNPq. Atualmente, o CD tem praticamente a mesma constituição (MOTOYAMA et al., 2002).

Esse período foi especialmente conturbado para o MCT. Em 1987 foi extinto, por alegação de cortes nos gastos públicos. Em seu lugar, em razão das pressões da comunidade científica, criou-se uma Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia. Em 1989, o MCT foi recriado, mas, durante o governo de Fernando Collor de Melo, foi novamente transformado em Secretaria. Com o *impeachment*, a Secretaria transforma-se novamente em MCT. Em meio a tantas mudanças, ao menos o II PADCT foi elaborado.

Outra agrura vivenciada durante o governo de Collor foi a extinção da CAPES, pela Medida Provisória n. 150. Houve uma grande mobilização, liderada pelas pró-reitorias de pós-graduação de várias universidades, e a medida foi revertida a tempo de não haver tantos prejuízos. Com o apoio do Ministério da Educação (MEC), um mês após sua extinção, a CAPES foi recriada – Lei 8.028. Quase dois anos depois, foi instituída como fundação pública, passando a gozar de maior autonomia. O depoimento de Suzana Cardoso ilustra a indignação para com ações como a que ocorreu com a CAPES:

A Capes é uma agência governamental com uma performance de eficiência ao longo de sua história, não pode ser fechada ao bel-prazer do governante do dia. É triste ver quanta gente incompetente chega, por via política, a postos de comando neste país, com a capacidade de destruir o que levou tanto esforço e dedicação para ser construído. (FERREIRA; MOREIRA, 2002, p. 55).

Retomando suas atividades, no início da década de 1990, a sistemática adotada pela agência na avaliação dos programas entrou novamente na pauta, pois

a necessidade de adequar o modelo da década de 1970 às atuais necessidades era sentida pela comunidade acadêmica e também pela própria agência. Em meados da década de 1990, algumas medidas, como a realização de seminários, contratação de comissões etc., foram tomadas pela agência para analisar a situação da pós-graduação.

Com base nessas medidas, os critérios de avaliação foram modificados em profundidade: a avaliação passou a ser trienal; a unidade-base de avaliação passou a ser o programa, pois antes cada mestrado e cada doutorado era avaliado individualmente; os programas passaram a receber notas entre 1 e 7; foram estabelecidos indicadores para a situação de cada programa (corpo docente, discente, produção intelectual entre outros); definiu-se, no que se refere à avaliação, o Núcleo de Referência Docente (NRD) como um grupo de professores que sustenta e garante a qualidade do programa; os sistemas de avaliação e de fomento passaram a ser mais interligados na utilização de dados para suas ações; todos os programas com recomendação passaram a ser avaliados, desde que tivessem sido recomendados até o final do ano anterior ao da avaliação (MORAES, 2006).

Ainda no governo Collor, durante a gestão de Gerhard Jacob, o CNPq voltou a ter restrições orçamentárias e as agências regionais foram fechadas. Ainda assim e com mais de 90% dos recursos comprometidos com a concessão de bolsas, algumas realizações foram destacadas no período, a exemplo da implantação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e da organização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

A criação da RNP constituiu-se num marco para a comunicação científica entre pesquisadores brasileiros. Sua criação, que visou à construção de uma infraestrutura de rede para apoiar as atividades da comunidade acadêmica nacional, beneficia atualmente em torno de um milhão de usuários. Foi a primeira rede de acesso à internet no país, tendo sua montagem sido iniciada em 1991 e seu alcance à totalidade dos estados brasileiros ocorrido dez anos depois. As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) subordinadas ao MEC, as unidades federais de pesquisa vinculadas ao MCT, agências tanto do MEC quanto do MCT, além de outras instituições públicas e privadas que promovem o ensino e a pesquisa possuem conexão gratuita à internet (RNP, 2009).

Entre 1991 e 1993, Marcos Luiz Mares Guia assumiu a presidência do CNPq. Em sua gestão, aumentou o número de bolsas de Iniciação Científica, implementou

o Programa Nacional de Software para Exportação (SOFTEX) e o Projeto Mamirauá⁹ e introduziu a taxa de bancada, transferindo recursos das bolsas, por meios legais, para possibilitar o andamento das pesquisas, já que enfrentava dificuldades na obtenção de recursos para os auxílios (MOTOYAMA et al., 2002).

O Conselho enfrentava sérias dificuldades financeiras, quando Lindolpho de Carvalho Dias foi designado para substituir Marcos Guia. A dívida do órgão estava em US\$ 70 milhões, quando Lindolpho resolveu pedir uma concordata. Não havia como honrar os compromissos e somente com as ações do sucessor de Lindolpho, José Galízia Tundisi, foi possível ao CNPq, com o apoio das agências estaduais de fomento, saldar a dívida com os pesquisadores.

Também em sua gestão, Tundisi ocupou-se da implementação do planejamento estratégico da agência e da criação de novas instalações para o CNPq. Foi nesse período também que a agência passou por um processo de horizontalização para redução de sua compartimentalização. Foram realizadas parcerias com outros ministérios, para tornar viável o desenvolvimento de projetos de pesquisa. O esforço de estabelecer parcerias com outros ministérios, além de atender áreas prioritárias, lançou as bases dos Fundos Setoriais. Envolveram-se com a questão, em 1998, o Ministério da Saúde e o da Agricultura (MOTOYAMA et al., 2002). Ainda nesse ano, foi elaborado o III PADCT.

Quanto à CAPES, já consolidada na função de acompanhar e avaliar os cursos de pós-graduação brasileiros, após Fernando Henrique assumir a Presidência, passou por uma reestruturação. Paralelamente, percebeu-se a necessidade de um PNPG atualizado. Porém, mesmo tendo sido formuladas diversas versões de um documento e de ter havido reuniões para discussão das diretrizes entre alguns atores da comunidade científica nacional, o IV PNPG não foi publicado num documento final. Todavia esses esforços não aconteceram em vão, já que parte das diretrizes discutidas anteriormente foram adotadas pela Diretoria da CAPES: “[...] expansão do sistema, diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional de pós-graduação.” (BRASIL, 2004, p. 18).

Em 1999, Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu a direção tanto do MCT quanto a presidência do CNPq, provocando uma centralização administrativa para evitar a competição entre esses órgãos e otimizar a atuação de cada um deles. Além

⁹ Esse projeto compreendia a atuação na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, localizada na Amazônia.

disso, Bresser propôs a transformação dos institutos vinculados ao CNPq em organizações sociais, para que criassem independência e se tornassem competitivos para galgar excelência. Como resultado das ações conjuntas do CNPq com o MCT, destacam-se ainda: a internalização do Programa Nacional de Centros de Excelência (Pronex), a constituição do Programa Genoma Brasileiro – Rede Nacional de Sequenciamento de DNA – e o envolvimento com a criação dos Fundos Setoriais (MOTOYAMA et al., 2002).

Ainda em 1999 foi criado o Currículo Lattes, formulário padronizado para o registro de currículos de pesquisadores brasileiros que possibilitou a elaboração de uma base de dados, que permite a avaliação da atuação de pesquisadores, a seleção de consultores e especialistas, além da geração de estatísticas, atividades inerentes à gestão do órgão. A Plataforma Lattes é adotada atualmente pela maioria dos institutos de pesquisa, universidades e instituições de fomento no Brasil. Apoiava ainda a formulação de políticas em C&T (CNPQ, [200-?]). Segundo Domingos Neto (2004), o maior banco de dados de currículos da América Latina é do CNPq.

O período de oito anos de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi considerado um dos mais críticos para o setor de C&T e de implementação mais severa de políticas para as IFES. Segundo Smali (2005), os indicadores do período mostram os decréscimos no que tange ao investimento em C&T. A autora afirma que o investimento em IFES, no qual se realizava a maior parte das pesquisas, era de 0,9% do PIB ao final do governo de Itamar Franco e chegou a 0,6% do PIB ao final do segundo mandato de FHC, quando o ideal apontado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) era de 1,2% do PIB. A autora acrescenta ainda que, nesse mesmo período, o PIB aumentou ou ficou estável. Smali (2005, p. 40) aponta também para elementos que foram implementados com o objetivo de privatizar o ensino público superior:

[...] o congelamento das contratações por concurso; o impedimento de novas contratações de docentes e de técnicos-administrativos por concursos; o congelamento ou a diminuição, em alguns momentos, das bolsas de pós-graduação de mestrado e de doutorado; o congelamento dos salários dos Servidores Públicos Federais (SPFs) por mais de 8 anos e a derrocada das verbas de custeio das IFES.

Durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, a despeito da queda dos orçamentos do MCT e por extensão do CNPq, foi criado o Plano

Plurianual do MCT. Em 2001, foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que reuniu representantes de vários setores da sociedade – acadêmicos, empresários, administradores públicos, representantes do terceiro setor – ampliando os debates que o Livro Verde¹⁰ suscitou. Além disso, para administrar os Fundos Setoriais, foi organizado o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Também foi apresentada a Lei de Inovação Tecnológica, muito criticada pela comunidade científica, por acreditar que essa lei poderia enfraquecer as IFES.

Passaram pela presidência do CNPq, durante o governo de FHC, Evandro Mirra de Paula e Silva e Esper Abrão Cavalheiro. Dentre as várias realizações do órgão no período, destaca-se: a Ação de Consolidação de Serviços de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica, por meio de atividades como publicação de estatísticas do órgão, tratamento de informação do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, consolidação do sistema eletrônico de currículos de pesquisadores, organização de editais e formulários eletrônicos e o Programa Editorial que apoiou 84 das 137 solicitações de apoio à editoração de periódicos científicos brasileiros.

Em 2002, quando Luis Inácio Lula da Silva candidatou-se à Presidência da República, a comunidade científica apontava para “[...] a necessidade de maior investimento nas IFES, recuperação das agências financiadoras e para a retirada do projeto de Lei de Inovação Tecnológica.” (SMAILI, 2005, p. 42). As propostas do candidato atendiam a quase todas as reivindicações. Todavia, a política adotada no início do governo Lula manteve as deficiências do governo FHC, pois a centralização na política econômica estava definindo os investimentos sociais. Vivia-se “[...] uma situação de contingenciamento de recursos para a educação e também para a C&T. Só no ano de 2004, mais de 2 bilhões, relativos aos fundos setoriais, permaneceram contingenciados para ampliação de um superávit primário [...]” (SMAILI, 2005, p. 44).

Em 2004, ainda que o quadro econômico não possibilitasse tantos investimentos, foi elaborado o *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*. Esse plano, considerando o sistema educacional como elemento estratégico no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, teve como um de seus objetivos fundamentais “[...] a expansão do sistema de pós-graduação que leve a

¹⁰ Lançado em 2000 pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, é resultado de um documento elaborado pelo Grupo de Implantação do Programa, composto por representantes do MCT, do setor empresarial e acadêmico que contém metas de implementação do Programa Sociedade da Informação (TAKAHASHI, 2000).

expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para a qualificação do sistema de ensino superior do país, do sistema de ciência e tecnologia e do setor empresarial.” (BRASIL, 2004, p. 9). Ele significou uma das mudanças que começaram a ocorrer no início do governo Lula, que implantava um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. Houve um reajuste de 18% no valor das bolsas de pós-graduação e foi implementado um Plano de Capacitação de Técnicos-Administrativos. Outras mudanças no setor foram: a oferta de 1.000 novas bolsas pelo CNPq, em 2005, e a reformulação e revigoração da Lei de Inovação Tecnológica (SMALI, 2005).

Os investimentos em C&T alcançaram, em 2006, 1,06% do PIB, mas a meta é que cheguem a 1,5% do PIB em 2010 (ZAGO, 2007). Além disso, foram criadas tanto políticas públicas voltadas para a educação, como o Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), quanto para a C&T, como o Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), (BRASIL, 2008), que apresentavam novas perspectivas para a comunidade científica brasileira.

É inegável o papel da CAPES e do CNPq para o alcance do atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Seu complexo sistema de C&T, construído ao longo de quase um século, foi apoiado pela intensa participação desses órgãos e da comunidade científica. Eles enfrentaram numerosos obstáculos em suas trajetórias. No entanto, suas ações e programas produziram efeitos que nos permite considerar que um novo ciclo foi iniciado. Não obstante algumas iniciativas de pesquisa científica e tecnológica terem ocorrido durante o Império e a República Velha, somente no Período Desenvolvimentista, após a Segunda Guerra Mundial, face aos acontecimentos externos, que criaram uma consciência sobre a importância de C&T no Brasil, essas atividades constaram da agenda do governo.

Somente a partir da década de 1970 é que se percebe melhor aproveitamento de recursos na área de C&T, quando se passou a planejar as ações governamentais. Os planos nacionais de pós-graduação significaram a base da construção e consolidação do SNPG, pois produziram efeitos muito positivos com a realização de diagnósticos e elaboração de metas que, ao serem perseguidas, colocam o SNPG do Brasil como o maior e mais organizado da América Latina.

2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: DAS CARTAS AOS BLOGS

Este capítulo tem por objetivo apresentar diferentes aspectos do sistema de comunicação científica, bem como as relações entre seus atores. Busca-se também demonstrar os diversos canais de comunicação científica que surgiram ao longo da história da ciência e que atualmente estão possibilitando acesso ao público leigo.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

O compartilhamento de ideias entre pares, característico do sistema de comunicação científica, ocorre desde a Antiguidade, quando os gregos promoviam amplos debates na Academia, “[...] lugar na periferia de Atenas onde as pessoas se reuniam nos séculos V e IV a.C para debater questões filosóficas.” (MEADOWS, 1999, p. 3). Datam desse mesmo período as primeiras bibliotecas públicas e privadas na Grécia Antiga que abrigavam documentos escritos visando à troca de ideias (CÔRTEZ, 2006).

Nesse sentido Meadows (1999) destaca a atuação dos gregos na tradição de pesquisa comunicada em forma escrita e indica que, apesar de mal conservados, os manuscritos dos debates de Aristóteles destacam-se por influenciar a comunicação científica moderna, inicialmente na cultura árabe e posteriormente na Europa ocidental.

Com o surgimento da imprensa, os textos impressos se multiplicaram e o livro passou a ser utilizado também como canal de comunicação de resultados de pesquisas científicas, a exemplo do livro basilar de Copérnico – *Das Revoluções dos Corpos Celestes* – para a fundação da astronomia moderna, no ano de 1543, como colocado por Meadows (1999). Até meados do século XVII, as cartas eram o canal mais utilizado para comunicação dos resultados de pesquisa. De acordo com Figueiredo (1979), cientistas como Bacon, Copérnico, Galileu e Kepler se utilizaram desse meio de comunicação para estabelecer a troca de informações. Elas circulavam nos “colégios invisíveis”, expressão criada por Bacon, “[...] para designar

os grupos de cientistas que trocavam correspondência entre si.” (FIGUEIREDO, 1979, p. 119). A expressão, porém, segundo Mueller (1994), foi reinventada por Price ao fazer uma adaptação ao significado original atribuído por Robert Boyle: grupos de pesquisadores que, mesmo atuando em diferentes instituições, estabeleciam contato entre si.

Posteriormente, o método científico se desenvolveu e deixou de ser utilizado para a compreensão e explicação da realidade e dos fenômenos da natureza, passando a se constituir instrumento de garantia de um conhecimento neutro e objetivo. A comunidade científica recusava, dessa forma, a dedução como método principal de pesquisa e passava a exigir evidências com base em observações e experiências empíricas. Além disso, aos poucos crescia o número de cientistas e de sociedades científicas, surgindo a necessidade de amplo alcance das ideias e, assim, as correspondências deram espaço ao periódico científico.

O *Journal dês Sçavans*, publicado em 1665, é considerado o primeiro periódico científico, embora se dedicasse a publicar uma diversidade de temas com diferentes objetivos. Logo em seguida, no mesmo ano, foi publicado o *Philosophical Transactions*, editado pela Royal Society, um periódico que se limitava a publicar temas de natureza política e religiosa, valorizando estudos experimentais e, por isso, considerado o precursor do periódico científico como é hoje conhecido (MEADOWS, 1999).

No Brasil, segundo Meirelles (2009), os primeiros periódicos científicos surgiram no início do século XIX, em forma de jornais literários, que não eram tratados adequadamente, mas que foram significativos para a formação da cultura científica da época. O *Semanário de Saúde Pública*, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, a *Revista Médica Fluminense* e a *Revista Médica Brasileira* são alguns dos títulos de jornais literários reconhecidos como canais pioneiros de comunicação científica. O surgimento dos periódicos representou a agilização na comunicação dos resultados de pesquisa, significando também o auge da formalização desse processo de comunicação, pois esses veículos passaram a assumir importantes funções: estabelecimento da propriedade intelectual, preservação do conhecimento registrado e manutenção de um padrão de qualidade (MUELLER, 2000).

Nesse sentido, cabe aqui, considerando a importância da comunicação científica no processo de institucionalização da ciência, fazer referência a suas etapas, para as quais Le Coadic (2004) chama a atenção. Ele afirma que, inicialmente, os

cientistas atuavam isoladamente, sem apoio institucional; posteriormente, passou-se para uma fase de amadorismo científico, quando ocorreram as primeiras iniciativas de trabalho coletivo. No momento seguinte, surgiram as academias, importantes, sobretudo, para os estudiosos das ciências naturais e, posteriormente, as universidades. A fase seguinte foi a da ciência organizada, responsável por permitir a estruturação de “[...] um programa de desenvolvimento e formação para a pesquisa” (LE COADIC, 2004, p. 30). Por fim, o autor indica que a megaciência é uma etapa de valorização da ciência, seja pelo aumento de orçamentos, seja pela complexidade de equipamentos ou por outros fatores.

Assim, advoga-se que, à medida que a ciência vai se institucionalizando, se profissionalizando, novos meios de comunicação também vão surgindo e seu processo de comunicação vai se tornando mais rápido. Lévy (1993), numa abordagem genealógica dos meios de comunicação, que vai desde a oralidade até a hipertextualidade, considera que o progresso alcançado pela humanidade é fruto da capacidade de comunicação, inerente ao ser humano. Nesse sentido, se o homem teve, a cada importante descoberta para o progresso da humanidade, diferentes tecnologias à sua disposição, como a fala, a escrita e, recentemente, os recursos eletrônicos, é porque havia um ambiente propício para seu desenvolvimento.

Por ambiente propício, entende-se uma complexa infraestrutura composta pelo que Latour e Woolgar (1999) denominam de atores humanos e não humanos. Papel, equipamentos, laboratórios e até as instituições são considerados atores que constituem essa infraestrutura. Dela faz parte uma grande quantidade de tecnologias que vão sendo criadas e aperfeiçoadas, com base em tecnologias existentes e até mesmo originando novas tecnologias, num esforço para transferir informação.

2.2 ASPECTOS TEÓRICOS

O termo comunicação científica foi cunhado na década de 1940 pelo cientista irlandês John Desmond Bernal, autor do título *A Função Social da Ciência*, publicado no final da década de 1930 (CHRISTÓVÃO; BRAGA, 1997). Segundo Souza (2003, p. 136), a definição de Bernal para o termo foi “[...] um amplo processo de geração e transferência de informação científica”. Somente nas décadas de 1960 e 1970, no

entanto, é que estudos foram realizados com maior frequência e intensidade sobre esse tema, tendo os trabalhos de Merton, Menzel e Price, além da Guerra Fria, como inspiradores das investigações empíricas iniciais sobre comunicação científica.

A partir de 1966, um grupo de pesquisadores nos Estados Unidos, do qual William D. Garvey fazia parte, destacou-se com trabalhos nessa linha, pois objetivava “[...] sugerir uma visão preliminar da estrutura da comunicação científica.” (MUELLER, 1994, p. 313). Essa equipe se propôs a acompanhar a trajetória das comunicações oriundas de um determinado projeto na área de psicologia desde sua fase inicial até a final. Conseguiu demonstrar que eram informais, e de iniciativa do pesquisador, as primeiras comunicações derivadas da pesquisa. Além disso, numa segunda etapa a iniciativa de comunicação se intensificava buscando a publicação em periódicos e que, posteriormente, o processo de comunicação continuava em fontes secundárias, envolvendo esforços de terceiros, como os fornecidos pelos serviços de indexação e resumos.

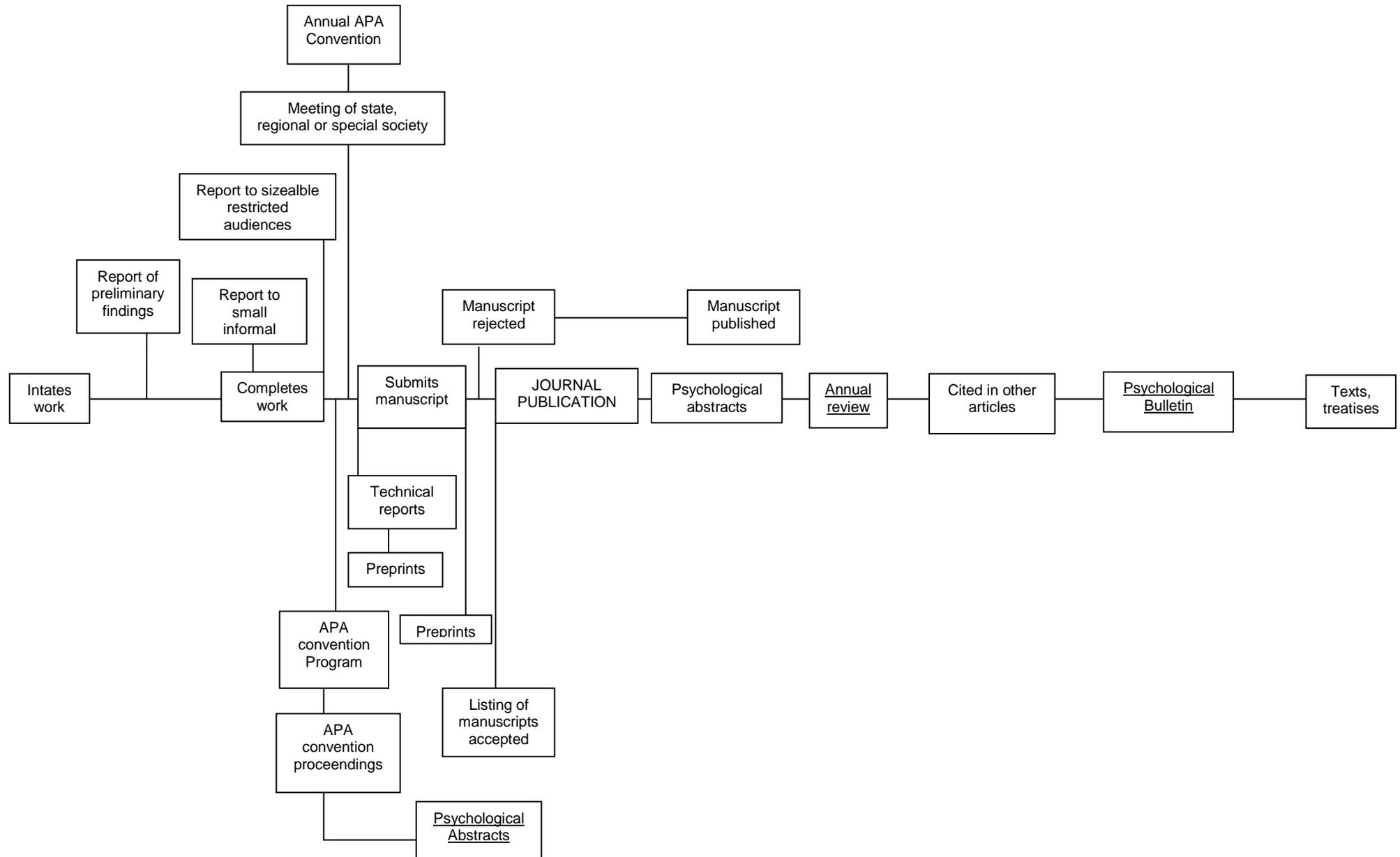
Para Garvey (1979, p. ix, tradução nossa), a definição de comunicação científica envolve

[...] o espectro total de atividades associadas com a produção, a disseminação e o uso da informação, a partir do momento em que o cientista tem a ideia para sua pesquisa, até que a informação sobre os resultados desta pesquisa seja aceita como constituinte do conhecimento científico.¹¹

Em seu estudo sobre o fluxo da informação científica, Garvey (1979) desenvolveu e propôs um modelo que foi amplamente divulgado, ajustado e transposto para outras áreas do conhecimento. Esse modelo considera cada etapa do processo de pesquisa com os respectivos canais para a comunicação de seus resultados, classificando-os em formais e informais.

O esquema 1, a seguir, expõe o modelo de comunicação científica de Garvey e Griffith.

¹¹ “[...] includes the full spectrum of activities associated with the production, dissemination, and use of information from the time the scientist gets the idea for his research until information about the results of this research is accepted as a constituent of scientific knowledge.”



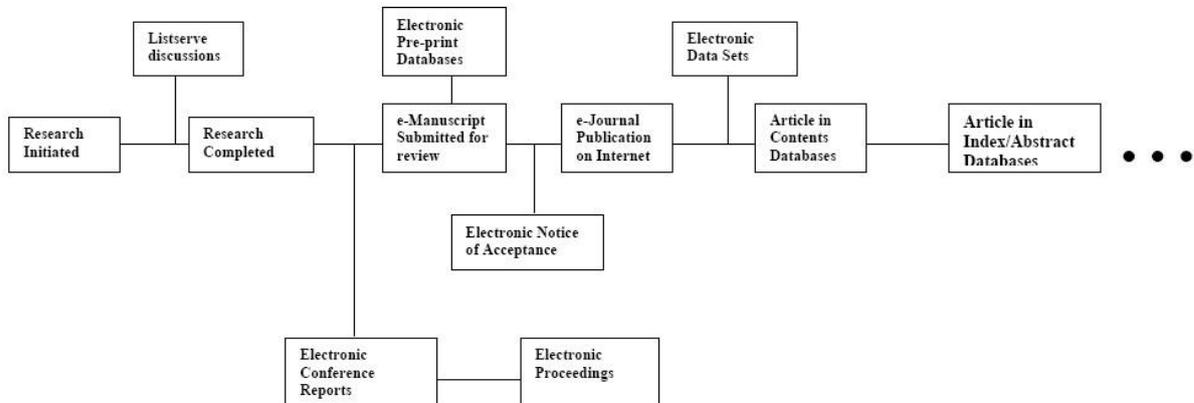
Esquema 1 – Modelo de comunicação científica de Garvey e Griffith
 Fonte: Garvey (1979, p. 134).

Embora atualmente os limites entre esses canais estejam cada vez mais tênues, algumas características persistem e os diferenciam. Os canais formais são caracterizados pela amplitude de comunicação e por maior facilidade de recuperação, uma vez que seu controle, armazenamento e preservação são mais rigorosos. Isso se deve ao fato dessa literatura ter passado por uma ação editorial e ter sido submetida à avaliação dos pares, o que lhe garante maior confiabilidade. Os informais são essencialmente voláteis, atingem um público menor, mas, segundo Leite (2006, p. 67), “[...] são responsáveis pelo compartilhamento da experiência do cientista e do conhecimento científico principalmente em sua vertente tácita [...] por proporcionarem uma maior interação [entre] os sujeitos [...]”. Assim, em geral, os canais formais são mais relacionados à comunicação escrita enquanto os informais, à comunicação oral.

O tradicional modelo de Garvey, ainda que aceito por boa parte da comunidade, há algum tempo já não representa o processo de comunicação científica, pois, no momento em que foi concebido e desenvolvido, os meios eletrônicos não se mostravam tão presentes como nos dias atuais. A literatura apresenta muitos modelos para representar o processo de comunicação científica e no início da década de 1980 percebe-se uma preocupação em se considerar o uso de TIC.

Conforme Costa (1999), Hills foi quem primeiro apresentou um modelo considerando as TIC. Em seu modelo são descritas as principais partes do processo de comunicação científica, permitindo uma identificação dos componentes diretamente envolvidos e uma análise de seus papéis. As TIC são consideradas um dos componentes do processo nesse modelo. Em fins da década de 1980, Owen e Halm também apresentaram um modelo que focalizava a estrutura do processo, formado por quatro principais funções: informação, produção, distribuição e uso. Tal como no modelo de Hill, identificaram seus componentes, classificando-os em organizações e indivíduos com as respectivas funções. O modelo considera o impacto do desenvolvimento tecnológico na transferência da informação, ou seja, as TIC não são um dos componentes, mas um fator de influência no processo (COSTA, 1999). Outro modelo, adaptado de Garvey, foi proposto por Hurd em meados da década de 1990. Esse modelo não focaliza organizações e indivíduos, aponta os canais eletrônicos para comunicar resultados de pesquisa.

O esquema 2 exibe o Modelo de comunicação científica de Garvey e Griffith atualizado por Hurd.



Esquema 2 – Modelo de comunicação científica atualizado por Hurd

Fonte: Costa (1999, p. 54).

Além de demonstrarem preocupação com a influência das TIC no processo de comunicação científica, o que esses autores apresentam em comum em seus modelos, com exceção de Hurd, é uma mudança de foco dos canais para os indivíduos e instituições envolvidos, como observado por Costa (1999). Nesse sentido, Lievrouw (1992) expõe sua crítica ao modelo de Garvey, quando aponta para sua aparente linearidade. A autora indica que, apesar da descrição do modelo de Garvey considerar a retroalimentação do processo, ele não a demonstra. Além disso, ela considera inadequadas as descrições formal e informal para o que se refere a comportamento na comunicação. Em sua concepção, a classificação dos canais de comunicação científica estabelecida no modelo de Garvey valoriza muito a produção do documento em detrimento do que ela considera mais relevante, que é o ciclo da transmissão da informação.

2.2.1 Comunicação e Divulgação Científica: Conceitos Convergentes?

Para Lievrouw (1992), o ciclo da comunicação científica é formado por três etapas subsequentes. A primeira é a da conceituação, na qual os processos

comunicacionais se dão num âmbito bastante restrito, sobretudo entre aqueles indivíduos que possuem um relacionamento harmonioso e de confiança mútua, em ocasiões informais. A segunda etapa, de documentação, compreende um processo mais bem elaborado num nível formal, envolvendo a avaliação pelos pares e considerando que existem regras a serem seguidas, como no caso de submissões de artigos para periódicos. A popularização, terceira etapa do ciclo, envolve a divulgação do conhecimento de forma ampla para o público em geral.

Essa terceira etapa propõe, de certa forma, uma extensão do modelo de Garvey, uma vez que inclui a sociedade. Para fins deste trabalho, considera-se comunicação científica como sendo a troca de ideias entre os pesquisadores com a utilização de canais formais ou informais, na qual o meio eletrônico está cada vez mais presente, possibilitando também a chegada dessas comunicações ao público leigo. Mueller (1994, p. 313) indica que, no modelo de Garvey, “Após a publicação dos conteúdos da pesquisa em artigo científico, as atividades de divulgação realizadas pelo autor, em relação a essa pesquisa, diminuem muito”. A própria conceituação de Garvey (1979, p. ix, tradução nossa) para comunicação científica demonstra uma postura restritiva, ao afirmar que são “[...] aquelas atividades de troca de informação que têm lugar principalmente entre os cientistas envolvidos em pesquisas de vanguarda.”¹

Ziman (1979, p. 137) ratifica essa visão, ao afirmar que não acredita “[...] que a necessidade de popularizar a Ciência para o público em geral seja tão grande quanto a de popularizá-la para os próprios cientistas.” Em termos práticos, Le Coadic (2004) considera que, apesar de uma das funções da comunidade científica ser garantir a divulgação do conhecimento científico ao cidadão comum e governos, é bem menos praticada. Atualmente, as atividades de popularização das pesquisas são consideradas de alta relevância, já que prestar contas à sociedade é imperativo fundamental de um sistema democrático.

Nessa perspectiva, vale citar a abordagem de Weitzel (2006) para demonstrar a evolução do processo de comunicação científica representada por modelos baseados no fluxo da informação, adotados em diferentes épocas e contextos. Percebe-se que, à medida que o tempo passa, um novo paradigma se estabelece para reduzir as restrições de acesso ao conhecimento científico. Para a autora, o

¹ “[...] those information-exchange activities which take place mainly among scientists actively involved on the research front.”

processo de comunicação científica engloba, em linhas gerais, três etapas: produção, disseminação e uso da informação científica. Em cada período, sobre uma dessas etapas, recai a ênfase do processo.

Bacon, Boyle, Oldenburg e Merton representam o modelo que enfatiza a geração do conhecimento, num período que compreende desde o século XVII até o século XX. Nessa época, um sistema de informação da ciência foi construído, bem como as bases de sua estrutura social, para promover a geração do conhecimento científico com base em evidências. É quando nasce a ciência moderna. Embora já existissem periódicos em circulação, o acesso ao conhecimento científico ainda era bastante restrito aos próprios cientistas. Não havia muita preocupação com a divulgação das pesquisas.

Com o esgotamento do modelo anterior, surge o modelo que enfatiza a disseminação. Havia deficiências nos mecanismos de disseminação do conhecimento entre os próprios cientistas, em consequência do aumento da produção bibliográfica e da fragmentação do conhecimento. Bernal e Garvey são considerados os expoentes do modelo e apresentaram propostas para aperfeiçoar os mecanismos de disseminação existentes no século passado. Entretanto o acesso ao conhecimento científico pelo público leigo não era considerado.

O modelo atual, representado por Ginsparg e Harnad, precursores do acesso livre, focaliza a promoção do acesso à informação científica em função do uso, e incorpora novos canais de comunicação, com base nas TIC, que ainda buscam legitimação. Nesse modelo, as barreiras de acesso ao conhecimento têm sido reduzidas paulatinamente atingindo inclusive o público leigo.

Retomando a terceira etapa do ciclo da comunicação científica do modelo de Lievrouw (1992), ainda que a autora pondere que nem todas as pesquisas chegam ao terceiro estágio, é preciso considerar que o atual contexto está impulsionando uma postura reflexiva da inter-relação dos conceitos de comunicação e divulgação científica. Autores como Orrico e Oliveira (2007) e Valério e Pinheiro (2008) sinalizam que se deve repensar essa inter-relação devido ao caráter transformador da informação, elemento fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Atualmente, as redes eletrônicas têm proporcionado acesso à informação científica tanto para o público especializado, quanto para o não-especializado, promovendo uma reaproximação, uma espécie de diálogo, entre os dois. Valério e

Pinheiro (2008) apontam para a participação de novos públicos no sistema de comunicação científica, por conta de um entrelaçamento nos processos da comunicação e da divulgação científica mediante as tecnologias de comunicação em rede eletrônica.

As autoras consideram que uma grande quantidade de informação científica é disponibilizada na internet por meio de “[...] correio eletrônico, salas ou grupos de discussão, ou pelos próprios periódicos científicos, ‘nascidos’ no meio virtual, ou mesmo com suas versões eletrônicas” (VALÉRIO; PINHEIRO, 2008, p. 167). Dizem ainda que os mecanismos de busca estão à disposição, para fornecer essas informações de acesso livre a quem delas necessitar.

Elas sugerem a existência de uma comunidade científica mais ampla e heterogênea que “[...] é o embrião de uma nova forma de participação que se delinea a partir das TICs, na qual a divulgação e a comunicação científica se entrelaçam no compartilhamento dos mesmos interesses” (VALÉRIO; PINHEIRO, 2008, p. 167). Não abordam a questão, no entanto, à luz das novas ferramentas de interação da chamada *web 2.0*², também denominada *web social*, já utilizadas no ambiente científico.

2.2.2 Comunicação científica e *web social*

Evidentemente, a comunidade científica constitui-se numa importante parcela da sociedade que participa do processo de construção social do conhecimento e, por isso, não está à margem das repercussões sociais da *web 2.0*. Ela não apenas sofre os impactos de uma emergente cultura participativa como fomenta mecanismos alinhados a essa cultura que lhe exigem maior esforço para disseminar sua produção científica na *web*, porque a diversidade de papéis que assume, demandados por essa cultura, se alternam constantemente. Ou seja, migra-se de

² **web 2.0** é um termo criado em 2004 pela empresa estadunidense O'Reilly Media para designar uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo como conceito a "*web* como plataforma", envolvendo *wikis*, aplicações baseadas em *folksonomia*, redes sociais e tecnologia da informação. Embora o termo tenha uma conotação de uma nova versão para a Web, ele não se refere a atualização nas suas especificações técnicas, mas a uma mudança na forma como ela é encarada por usuários e desenvolvedores, ou seja, o ambiente de interação que hoje engloba inúmeras linguagens e motivações (WIKIPEDIA, 2010).

uma posição de espectador – pessoa que recebe um conteúdo pronto, uniforme e padronizado de informação via TV e rádio, por exemplo – para participante – pessoa que procura, avalia e decide como aproveitar a informação disponível na internet.

No contexto da vida acadêmica, significa dizer que os pesquisadores estão se tornando mais independentes de periódicos e bases de dados, uma vez que a combinação de técnicas informáticas com processos de comunicação mediados por computador potencializam formas de publicação facilitadas, compartilhamento e organização de informação, além da ampliação de espaços para interação entre os pares (PRIMO, 2008).

Recursos como *blogs* e listas de discussão possibilitam também maior interação entre acadêmicos e não-acadêmicos, além de agilizar a comunicação entre pesquisadores, considerando que publicar artigos em periódicos científicos, ainda que utilizem sistemas eletrônicos de editoração, consome mais tempo, porque o processo de avaliação por pares é parte de um processo sociocultural que vem se alterando gradualmente.

Nessa perspectiva, aponta-se para este importante aspecto: a publicação de resultados em periódicos científicos pode estar perdendo seu *status* no que se refere à velocidade de disseminação de resultados de pesquisa. Preocupados com o tempo de tramitação do artigo no processo editorial, muitas revistas oferecem a *ahead of print*.³ Destarte, esta é uma alteração no fluxo informacional proposta na esfera da comunicação científica, visando otimizar o acesso aos resultados de pesquisa e atender necessidades da própria comunidade.

Ao lado dessa alteração, o processo de avaliação por pares também vem sendo modificado, pois outras práticas comunicacionais estão sendo apresentadas. O que antes era restrito aos conselhos editoriais dos periódicos científicos, passa agora a contar com pesquisadores externos, aumentando, inclusive, a ação dos colégios invisíveis. O ArXiv e-Print Archive, repositório pioneiro, é um importante mecanismo com ampla participação da comunidade científica na área de Física, Matemática e Ciência da Computação. Ele permite que a comunidade participe gerindo, gerando, disseminando e consumindo informação (WEITZEL, 2005).

Nesse contexto, o fluxo da informação científica passa a ser multiorientado e está de acordo com o novo paradigma comunicacional apontado por Cavalcanti e

³ O termo refere-se à possibilidade de leitura antecipada de artigos em determinados periódicos científicos, antes da publicação da edição que está em preparação.

Nepomuceno (2007), uma vez que muitos podem depositar seus arquivos, acessar outros arquivos, comentar etc. É nesse sentido que Weitzel (2005, p. 172) afirma que está sendo devolvido “[...] à comunidade científica o controle da produção científica de modo muito mais eficiente do que no passado, valorizando seu papel de produtor, disseminador e consumidor de informação [...]” porque as editoras comerciais têm sido intermediárias obrigatórias entre a produção científica e sua disseminação.

Assim, uma iniciativa foi proposta e desenvolveu-se de modo a facilitar a operacionalização das mudanças em curso nesse âmbito: a Open Archives Initiative, que, segundo Triska e Café (2001), tem como eixos basilares o autoarquivamento, a revisão por pares e a interoperabilidade. A iniciativa nasceu da mobilização de pesquisadores em busca de maior equilíbrio no mercado de informação e tem permitido que novas formas de publicação na internet sejam consolidadas e constituam-se como alternativas capazes de imprimir outra dinâmica ao sistema de comunicação científica, possibilitando a reprodução em ambiente digital do processo de construção coletiva, inerente à atividade de pesquisa.

Uma dessas alternativas são os repositórios⁴ de *e-prints*. Eles são um tipo de repositório digital que permite armazenar, preservar, divulgar e acessar a produção científica de pesquisadores de determinada área/tema ou instituição, sendo, por isso, classificado como temático ou institucional no que se refere ao conteúdo a ser depositado. *E-prints*, além de designar o *software* desenvolvido pela Universidade de Southampton, que permite que um tipo de repositório da OAI seja implantado, denomina também os artigos eletrônicos revisados e aceitos para publicação (*postprints*) ou os não revisados, mas já aceitos para publicação (*preprints*). Ou seja, *e-prints* compreendem tanto *preprints* quanto *postprints*. Existem ainda os *e-scripts*, que são os originais ainda não submetidos à avaliação pelos pares. Dessa forma, os repositórios de *e-prints* armazenam, preservam, divulgam e permitem o acesso a artigos em diversos estágios de formalização⁵ (*preprints*, *postprints* e *e-scripts*), agilizando o processo de comunicação científica (WEITZEL, 2005).

⁴ Tecnicamente, um repositório constitui-se por um servidor acessível em rede que armazena metadados e textos eletrônicos, gerenciado por um provedor de dados que disponibiliza esses metadados a provedores de serviços nacionais e internacionais, atendendo, dessa forma, às solicitações do Protocolo OAI-PMH – Open Archives Initiative - Protocol for Metadata Haversting –, que permite o intercâmbio de dados entre sistemas (WEITZEL, 2005).

⁵ Aponta-se para a importância de os repositórios indicarem que estágios de formalização dos artigos são aceitos e ainda os sinalizarem.

Esses repositórios vêm se estabelecendo também como espaços interativos que permitem maior transparência no processo de comunicação científica e diminuem a vigilância de ideologias ou de paradigmas teóricos, como afirma Weitzel (2005). Para Gilster (2006), os repositórios apresentam vantagens como: ampliação de audiência na avaliação dos artigos com circulação sem custo, acesso imediato, recursos de busca, além de favorecerem sobremaneira a cooperação e a internacionalização das pesquisas.

Outros espaços interativos como *wikis*, *blogs* e listas de discussão também estão surgindo e materiais, antes desconsiderados como fontes de informação confiáveis, estão sendo incorporados às práticas acadêmicas, modificando fronteiras (GILSTER, 2006). Os *blogs* se constituem num novo espaço para interação entre pares por estimularem o debate e a troca de ideias. Alcará e Curty (2008, p. 82) consideram que “[...] dada essa possibilidade e somadas as potencialidades da *web* 2.0, os *blogs* evoluíram para a condição de fonte de informação, pois deixaram de ser [...] meros diários pessoais para assumir uma nova função informativa”.

No ambiente científico há *blogs* que tratam de discussões científicas e muitos pesquisadores reconhecidos em suas áreas de atuação têm utilizado esses espaços como forma de discutir mais rapidamente com seus pares. Apesar da grande preocupação que recai sobre a qualidade dos conteúdos disponibilizados nesses espaços e, por consequência, sobre sua legitimidade, Alcará e Curty (2008, p. 89) acreditam que “[...] o *status* do *blog* como um possível canal de comunicação informal em ambiente *web* no processo de discussão da ciência já não pode ser questionado”.

A preocupação com a legitimidade de informações publicadas em *blogs* originou o International Blog Serial Number (IBSN), mecanismo criado com o objetivo de identificar *blogs*, criando para eles uma identidade como uma reação contrária ao estabelecimento do International Standard Serial Number (ISSN), como instrumento normativo padrão para *blogs*. Buscando reunir e facilitar o acesso ao conjunto de *blogs* científicos em língua portuguesa, foi criado o Anel de Blogs Científicos. A iniciativa constitui-se num portal gerenciado pelo Joomla!, *software* livre, desenvolvido pelo Laboratório de Divulgação Científica da Universidade de São Paulo (ALCARÁ; CURTY, 2008).

Outra iniciativa que tem se mostrado interessante, não apenas por conferir credibilidade, mas também por interagir com o público leigo, é o ScienceBlogs, rede

mundial que agrega atualmente mais de 70 *blogs* de ciências, vinculada a uma rede alemã e outra brasileira, totalizando mais de uma centena de *blogs*. Foi criada em agosto de 2008, com o nome de Lablogatórios. Relevante, no entanto, é chamar a atenção para o desafio para o qual a rede brasileira se coloca: “[...] discutir e popularizar Ciência em um país em desenvolvimento no qual o analfabetismo científico predomina.” (SCIENCEBLOGS, [200-?], p. 1).

Os recursos colaborativos são cada vez mais comuns entre a comunidade científica e exigem uma postura diferenciada por parte dela. Mecanismos de busca integrados, agregadores de conteúdos, consultas cronológicas, adição de *bookmarks*⁶, registro de *feeds*⁷ e *tags* têm sido cada vez mais utilizados.

Acompanhando essas mudanças, algumas universidades nos Estados Unidos estão propondo a agregação de uma medida chamada PostRank para a produção intelectual de professores. O PostRank mensura o nível de engajamento social de um conteúdo *on-line*, por meio da análise dos tipos e frequências de uma audiência em interação, o que seria, a grosso modo, um tipo de índice de citação. Escrever um *post* num *blog* ou deixar um comentário, enviar um *link* ou adicionar *bookmarkings* numa URL são exemplos de engajamento. Cinco categorias são utilizadas, baseadas na análise dos “5 Cs” de engajamento social: criando, criticando, conversando, coletando e clicando (BARRETO, [200-?]).

Uma medida como essa aponta para novas possibilidades de avaliação dos impactos das publicações, uma vez que o atual conjunto de índices bibliométricos aceitos pela comunidade científica sofre contestações. Além disso, essas categorias

⁶ Permitem a construção de cabeçalhos de assunto de forma colaborativa. Andrade e Silva (2009, p. 12) assinalam que “[...] os instrumentos arquivísticos de referência na internet também começam a apresentar funcionalidades sociais, com o objetivo não apenas de aproximar o usuário das representações existentes, mas de fazê-lo participar diretamente do processo de criação e/ou revisão dessas representações”. Ações nesse sentido são citadas pelos autores: experiências Midosa-Online (Alemanha) e Archives Hub (Reino Unido). Igualmente, os social *bookmarks* apresentam potencial para catalogação cooperativa e troca de comentários sobre os livros. Como exemplo, pode-se citar o LibraryThing; ele permite que usuários, milhares deles potencialmente, recomendem livros uns aos outros simplesmente ao verem as coleções uns dos outros. Isso também permite que eles se comuniquem assincronamente, criem *blogs* e coloquem *tags* em seus livros (MANNES, 2007). Walmsley ([200-?]) cita exemplos de bibliotecas que relacionam suas fontes de informação no Del.icio.us: Bibliothèques de l’Université Paris-Sorbonne (Paris-IV); Brimbank Libraries in Australia Buley Library, Dublin City Public Libraries, Missouri River Regional Library’s, University of Alberta, University of Michigan Health Sciences Libraries.

⁷ *Feeds – Really Simple Syndication* (RSS) é uma ferramenta que habilita os usuários a terem uma única, customizável e pessoal página da biblioteca, organizando todo o conteúdo que lhes interessa. Além disso, mantém o usuário informado sobre os novos itens da coleção, novos serviços e novos conteúdos nas bases de dados (MANNES, 2007).

para mensurar o engajamento social de conteúdos oferecem elementos que reforçam a importância da construção coletiva no meio científico.

Numa perspectiva da divulgação científica, da comunicação entre o público especializado e o não especializado, recursos como *wikis* e *blogs* permitem uma aproximação. Apesar de não considerarem as ferramentas da *web 2.0* para essa interação entre os públicos, Valério e Pinheiro (2008) falam sobre um aumento no número de revistas de divulgação científica que possuem versões eletrônicas e sites. Elas acreditam que esse fator

[...] pode ser considerado um indicador do interesse em resultados de pesquisas por leitores fora dos muros acadêmicos [...] [e indica a] existência de um público internauta curioso por informações de e sobre ciência, que se sobrepõe ao público-alvo da divulgação científica. (VALÉRIO; PINHEIRO, 2008, p. 166).

Pode-se inferir, portanto, que esses recursos podem ser uma das formas de aproximação entre os públicos da ciência, especialistas ou não. Isso permitiria não apenas um *feedback* para os cientistas sobre os resultados divulgados, mas também maior contato com questões do senso comum, fornecendo-lhes novas questões de pesquisa.

2.3 ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS

O sistema de comunicação científica é um imbricado conjunto de atividades que envolve uma gama de atores – comunidade científica, universidades, agências de pesquisa e pós-graduação, indústria de comunicação –, cuja estrutura vem sendo profundamente modificada em razão do desenvolvimento de tecnologias. Nesse sentido, Le Coadic (2004) diz que o sistema de pesquisa é bastante semelhante ao sistema econômico, podendo, inclusive, ser representado em seu esquema clássico de produção, distribuição e consumo. Ele também afirma que o

Sistema de construção dos conhecimentos, integrou-se ao desenvolvimento econômico e social a ponto de conferir às sociedades modernas suas características principais. Na sociedade atual, há integração da ciência com o sistema de produção. A industrialização passa pela ciência e a ciência passa pela industrialização. (LE COADIC, 2004, p. 26-27).

O contexto de mudanças no qual estamos inseridos teve início quando a concepção mertoniana⁸ de ciência deu espaço à prestação de contas da atividade científica. Nesta concepção, a ciência é uma instituição social, na qual se possui relativa autonomia, liberdade e pouca interferência de atores externos, o que, contudo, não a deixa imune de retaliações. Posteriormente, um novo *ethos* se constituiu e está em curso, colocando à prova os quatro imperativos institucionais que, segundo Merton ([1942]), orientam o comportamento da comunidade científica. De acordo com Ziman (1990 apud DAGNINO, 2007, p. 60), esse novo *ethos* substituiu a “[...] norma do comunalismo pela ciência proprietária; da universalidade pela ciência local; do desinteresse pela ciência autoritária; da originalidade pela ciência comissionada; e do ceticismo pela ciência ‘especializada’.”

Castiel e Sanz-Valero (2007, p. 3046), por exemplo, indicam que houve uma mudança no comportamento dos cientistas em relação à sua produção científica em forma de artigos, pois, até pouco tempo, “[...] a organização social da ciência [consistia] numa troca de reconhecimento social por informação”. Atualmente percebe-se que cada ator que compõe esse sistema participa de um jogo, cada qual defendendo seus interesses, e o fato de cada um desempenhar vários papéis torna o sistema ainda mais complexo. Nesse sentido, a crítica de Ghirdelli Júnior (2006, p. 307) sobre os papéis da CAPES ilustra a complexidade do sistema de pesquisa brasileiro, especialmente da pesquisa desenvolvida nas universidades, no que se refere à avaliação e apoio, quando afirma:

No Brasil, os órgãos de avaliação são também, em certos casos, órgãos de fomento à pesquisa. Isso complica tudo, pois a avaliação não aparece como uma mensuração – como no *ranking* americano ou europeu –, mas como uma instância com poderes econômicos em que se premia ou se pune após a mensuração.

Dessa forma, a vinculação entre avaliação e fomento estimula a competitividade em diversos níveis, entre áreas, entre regiões, entre programas, entre pesquisadores etc. Embora haja transparência no processo de avaliação, já

⁸ Baseada no entendimento de Robert King Merton ([1942]), sociólogo americano, sobre o *ethos* e o fim institucional da ciência, que são constituídos pelo que denominou imperativos institucionais: universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo. Destaca-se aqui o desinteresse porque, diferentemente do que Merton elucidou, talvez os cientistas da atualidade estejam sendo movidos cada vez mais por interesses diversos das características que ele apontava em 1942. Ao cientista eram atribuídas as seguintes características: paixão pelo conhecimento, curiosidade ociosa, preocupação altruísta pelo bem-estar da humanidade entre outras.

que é realizada pelos próprios pares, Silveira Júnior (2006) entende que existe subjetividade na análise dos critérios. Essa subjetividade, segundo o autor, permite que um curso ou programa seja reprovado em razão dos interesses dos que participam da avaliação, uma vez que os recursos aplicados pelas agências para determinada área precisará ser dividido entre uma quantidade maior de programas. Evidentemente que é necessário considerar que o crescimento e a consolidação das áreas ocorrem pela quantidade e qualidade dos cursos e programas.

Assim, buscando compreender o papel da universidade como locus de pesquisa e de produção científica, Silveira Júnior (2006) desenvolveu uma pesquisa em que analisou se há convergência entre os critérios de avaliação da CAPES e os da Pontifícia Universidade Católica de Campinas nas áreas em que a instituição oferece cursos de pós-graduação reconhecidos – Ciência da Informação, Educação, Engenharia Elétrica, Psicologia e Urbanismo.

Entendendo a importância de uma política de gestão de atividades de pesquisa e produção científica numa universidade e compreendendo que, a despeito de autônomas, devem seguir os parâmetros adotados pela CAPES, Silveira Júnior (2006) comprovou sua hipótese de que os critérios comparados divergem. Enquanto os critérios da PUC pontuam melhor a produção em periódicos, a CAPES, com base nas áreas estudadas, privilegia a produção publicada em livros. Sendo assim, esse estudo de caso permite afirmar que, embora a PUC-Campinas possua um documento que estabelece os critérios de avaliação da produção científica de seus docentes, a discordância em relação ao que a CAPES determina pode ter como resultado uma situação de conflito para seus docentes e, conseqüentemente, para o desempenho de seus programas de pós-graduação: ou são bem avaliados pela agência ou são bem avaliados pela universidade.

2.3.1 Indústria de Comunicação Científica

Embora as primeiras universidades tenham surgido na Europa durante a Idade Média, só no século XVII surgiram os primeiros periódicos. Mas, antes mesmo do aparecimento dos periódicos, logo após a invenção da imprensa, havia bibliografias especializadas. As primeiras basearam-se no *Journal dès Sçavans*, que

possuía uma seção de comunicação de resumos. Foi somente no século XIX que o ritmo acelerado de publicações provocou iniciativas de controle da literatura científica (CENDÓN, 2000).

Os grandes serviços de indexação e resumos, produzindo inicialmente índices na área de ciências básicas, porém, só surgiram entre fins do século XIX e início do século XX. Com a entrada de empresas privadas no negócio da edição de periódicos científicos, na década de 1970, as áreas de artes e ciências sociais e humanas também foram atendidas. Quando começaram, esses serviços apresentavam seus produtos em forma impressa, mas a partir da década de 1960, quando surgiram os computadores, muitos passaram a disponibilizar seus índices em bases de dados, que tiveram seu acesso facilitado pela internet na década de 1990 (CENDÓN, 2000).

Mesmo com a fragmentação do conhecimento, quase todas as áreas são atualmente contempladas por uma variedade de empresas que fornecem, distribuem e comercializam diferentes tipos de publicações, com a característica de resumir a literatura. Essas empresas podem ser de natureza comercial ou não, mas a comunidade científica lhes concedeu *status* e poder a tal ponto que, atualmente, pode-se dizer que o sistema de comunicação científica é por elas controlado.

Mesmo no caso de empresas privadas, o *modus operandi* dessas editoras está apoiado, ainda que indiretamente, em recursos públicos. Em muitos países, como no Brasil, as pesquisas são financiadas com este tipo de recurso em todas as etapas do sistema: desde a elaboração dos primeiros documentos – projetos, relatórios, trabalhos enviados para eventos –, passando pelo financiamento no processo de revisão por pares, em geral não remunerado pelas editoras, até a aquisição de periódicos pelas bibliotecas (WEITZEL, 2005).

Um aspecto a ser considerado na atuação dessas editoras é o alto custo dos periódicos por elas publicados, dificultando o acesso a pesquisadores de países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, bem como à produção científica mundial mais recente e valorizada. Esse aspecto, que desencadeia a concentração de conhecimento no Hemisfério Norte, compõe o que Kuramoto (2007) denomina exclusão cognitiva. Outro aspecto se refere à dificuldade encontrada por pesquisadores de países em desenvolvimento para publicar os resultados de suas investigações nos títulos mais renomados e valorizados em suas respectivas áreas, ditos de corrente principal. Esse último aspecto é resultado de fatores como o

aumento da demanda, pois produtividade é um critério exigido por agências de fomento e instituições de pesquisa em vários países do mundo. Nesse sentido, Sanchez Tarragó (2007, p. 4) complementa afirmando que

[...] algunas políticas científicas nacionales que estimulan solo la publicación en las denominadas revistas de alto factor de impacto, através de incentivos de promoción de carrera y estímulos económicos, están contribuyendo también a dañar las propias iniciativas locales de comunicación científica.

A autora aponta para uma modificação no sistema de recompensa, pois acredita que o atual modelo de comunicação científica pode tornar-se mais justo e benéfico para a sociedade à medida que o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica for promovido.

Sobre a questão da dificuldade que pesquisadores de países periféricos encontram para publicar em periódicos de corrente principal, é importante dizer que quanto maior o número de bases⁹ nas quais um periódico esteja indexado, mais elevado é seu *status*. Com o aumento exponencial da produção científica, estimulada por critérios quantitativos de produtividade, avaliados especialmente por órgãos de fomento, gerando o fenômeno do “publicacionismo”, as bases passam a ser vistas também como filtros. Isso faz com que os editores desses periódicos tenham um leque cada vez maior de artigos para selecionar, dificultando assim a publicação de artigos de países periféricos.

As bases de dados, bem como os periódicos indexados conferem internacionalização à produção científica, um dos critérios mais relevantes no que se refere à apreciação de mérito científico. Além disso, impulsionam o desenvolvimento científico e tecnológico, evitando a duplicação de esforços e favorecendo a cooperação entre a comunidade científica. Contudo a totalidade da produção científica de qualquer país não é e não poderia ser internacionalizada, porque a política das bases de dados não compreende a indexação de muitos periódicos em cada área do conhecimento, e sim de um grupo considerado representativo. (FIORIN, 2007).

Nesse sentido, há uma competição entre os periódicos para fazerem parte das consagradas bases. Ser uma das fontes de pesquisa de uma base significa que

⁹ As bases de dados se constituem em importantes fontes de informação e oferecem acesso a referências bibliográficas, resumos e também aos textos completos, com o intuito de subsidiar a pesquisa bibliográfica (ROWLEY, 2002).

o periódico atende a critérios de qualidade, o que lhe garante prestígio. Esse prestígio é sustentado por diversos indicadores. Dentre eles, o índice de citação que, contabilizado, gera o fator de impacto e é o mais utilizado como elemento de avaliação dos periódicos para inserção nas bases.

O periódico, independente de seu suporte como principal mercadoria desse complexo e imbricado sistema, encontra-se numa condição de legitimação¹⁰. Em suporte eletrônico, em pouco tempo, esse veículo atraiu pesquisadores dos diversos campos. A partir do momento que uma quantidade maior de pessoas passou a dominar as TIC, suas principais características – possibilitar a democratização, a transparência e principalmente a velocidade pela redução no tempo entre a conclusão da pesquisa e a divulgação dos resultados – passaram a ser mais valorizadas.

Questiona-se, porém, o motivo dos periódicos eletrônicos que utilizam o modelo acesso aberto ainda não serem considerados legitimados após quase duas décadas de seu surgimento, mesmo após diversos estudos terem comprovado que textos publicados em meio eletrônico, sobretudo em periódicos de acesso aberto, são mais citados (ALPSP, 2005 apud COSTA, 2006; HARNAD; BRODY, 2004; THE THOMSON CORPORATION, 2004).

Esse ponto sobre a legitimação de periódicos científicos de acesso aberto é algo que tende a se estabilizar. Três aspectos indicam essa tendência: o primeiro refere-se ao surgimento de novos modelos de negócio atualmente, buscando adaptação ao acesso aberto, já que se vive uma fase de transição; o segundo está relacionado ao tempo de vida útil das informações, que é cada vez menor e faz com que o tempo entre a publicação dos resultados e o retorno dos pares se reduza, podendo prejudicar a visibilidade das pesquisas; o terceiro diz respeito ao aumento da credibilidade do que é publicado em periódicos de acesso aberto, pois esses veículos vão se aprimorando, buscam ser indexados em bases etc. e tornam-se cada vez mais respeitados pela comunidade científica, a exemplo do Scielo, iniciativa que vem sendo recompensada nesse sentido, ainda que em âmbito restrito.

¹⁰ Sobre os conceitos de legitimação e legitimidade, Mueller (2006, p. 28) afirma que a eles são associados outros como: “[...] poder, autoridade, consenso, crenças, normas e leis, conformidade, estabilidade, controle social, desvio, repressão.”

Nesse contexto, pesquisas vêm sendo realizadas sobre o uso e a credibilidade de periódicos e repositórios de acesso aberto. Uma investigação realizada por Ferreira, Marchiori e Cristofoli (2009), que teve como população pesquisadores-autores das comunidades científicas de Comunicação e Ciência da Informação, aborda os fatores motivacionais dessas comunidades para publicação de sua produção em revistas e repositórios de acesso aberto. Três pontos destacados parecem importantes em relação à pesquisa aqui desenvolvida. Um deles diz respeito aos fatores considerados mais importantes em relação à qualidade de uma revista. A pesquisa revelou que tanto pesquisadores da área de Comunicação quanto da Ciência da Informação indicam a facilidade para o acesso eletrônico, seguido de indexação em bases de dados e existência de um conselho editorial como os fatores que podem representar a qualidade das revistas. Sobre a questão, os autores concluem que, embora a facilidade tenha sido apontada como o critério mais relevante, aspectos tradicionais do sistema de recompensa são também indicados como importantes.

Outro ponto abordado na pesquisa envolve as razões para publicar em revistas científicas/repositórios de acesso aberto. A pesquisa demonstrou que essas comunidades se mostram dispostas a aderir ao Movimento de Acesso Livre à Informação Científica. Para os pesquisadores da área de Comunicação, os pontos mais citados são: aumento da possibilidade de consulta e uso dos trabalhos e importância de se apoiar a iniciativa do acesso aberto. A comunidade de Ciência da Informação, além de apontar o aumento da possibilidade de consulta e uso dos trabalhos, considerou a disponibilização mais rápida para o público em relação a outros canais e as exigências dos órgãos de avaliação e fomento, embora, segundo os respondentes, esses órgãos não valorizem nem sejam exigentes neste aspecto.

As razões para não publicar em revistas científicas/repositórios de acesso aberto – terceiro ponto destacado da pesquisa de Ferreira, Marchiori e Cristofoli (2009) – apontadas pelos pesquisadores das Ciências da Comunicação são, em primeiro lugar, a carência de uma política explícita no país para revistas/repositórios de acesso aberto, seguida da preferência de publicar em revistas consagradas, a despeito de, na época do estudo, só haver um periódico brasileiro da área indexado no Scielo e com fator de impacto zero. Embora os autores tenham considerado entre as opções a baixa qualidade de revistas/repositórios de acesso aberto, em relação a

outros canais de divulgação acadêmico-científico tradicionais, este item foi pouco citado pelos respondentes das duas áreas.

Os autores concluem indicando que a dimensão motivadora central para publicação em revistas/repositórios de acesso aberto está ancorada na responsabilidade social do pesquisador, considerando o agente humano no processo de comunicação científica. Dessa forma, não perceberam diferenças significativas entre as razões para publicação em revistas tradicionais ou nas de acesso aberto por autores pesquisadores das áreas estudadas.

Outro estudo, realizado por Swan e Brown (2004), demonstrou o valor que os pesquisadores atribuem ao fator de impacto, quando afirmam preocupar-se com a limitação do potencial de impacto de seus trabalhos e a conseqüente redução de chances de obtenção de financiamento. Grande parte dos respondentes da pesquisa (69%) achava que periódicos de acesso aberto em suas áreas tinham baixo impacto e a mesma proporção achava que periódicos de acesso aberto em suas áreas tinham menor prestígio.

O fator de impacto é um indicador que confere credibilidade e prestígio, e está conseqüentemente associado à qualidade. Então, para garantir prestígio, além de atender aos requisitos de qualidade, esses periódicos que adotam o modelo acesso aberto precisam buscar alto fator de impacto e estar indexados em bases de dados. Esse indicador tem também como produto *rankings* não só de autores e periódicos, mas também de instituições, de países etc. e, muitas vezes, passam a ser instrumentos nos quais os administradores se apoiam em suas análises da relação custo-efetividade dos investimentos em pesquisa, como coloca Waters (2006).

Um bom exemplo de como isso ocorre é o *ranking*¹¹ mundial de divulgação de produção científica na *web* de IES. Elaborado anualmente pelo laboratório Cybermetrics, do Cindoc, vinculado ao CSIC, o *ranking* considera, segundo Marques (2007, p. 26), “[...] o volume, a visibilidade e o impacto do conteúdo científico abrigado nos domínios da Web de cada universidade.” A Universidade de Stanford, o Instituto de Tecnologia de Massachussets e a Universidade de Harvard lideram este *ranking*. A boa colocação dessas instituições deve-se à manutenção dada a seus domínios na *web*, ou seja, suas páginas são mais facilmente identificadas,

¹¹ A metodologia desse *ranking* envolve a ponderação dos seguintes fatores: quantidade de páginas da instituição identificadas por quatro ferramentas de busca; número de *links* externos que remetem à página da universidade; número de arquivos disponíveis em word, pdf, *power point* e *postscript*; número de artigos científicos disponíveis para acesso aberto.

possuem um grande número de *links* externos que se remetem a elas, além de disponibilizarem mais artigos científicos em acesso aberto.

Mundialmente, o Brasil está representado pela Universidade de São Paulo, que ocupa a 38ª posição, e pela Universidade Estadual de Campinas, na 115ª posição. Em âmbito nacional, elas ocupam o primeiro e o segundo lugares, respectivamente. A Unicamp, por exemplo, determinou a padronização de referências à instituição em páginas pessoais e nos trabalhos de seus docentes. A criação de páginas pessoais é valorizada pela Instituição, que tem se esforçado em possibilitar maior visibilidade e acessibilidade a elas com a intenção de identificar novas parcerias e oportunidades nas redes temáticas virtuais (MARQUES, 2007). Outra instituição que se destaca é a Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC), que, além de ter sido a primeira universidade brasileira a disponibilizar todas as teses em formato pdf na *web*, desde o início do funcionamento da internet, teve páginas de grupos e laboratórios vinculados à instituição.

A UFBA, ao contrário, ocupa a 422ª posição na classificação do Cybermetrics, está em 19º lugar entre as universidades da América Latina e em 12º lugar em âmbito nacional (CSIC, 2009). A colocação insatisfatória da UFBA no *ranking* nacional e mundial parece decorrer de pelo menos dois fatores: primeiro, do fato de estar ainda num processo de consolidação da maioria de seus grupos de pesquisa e, em consequência disso, poucos terem *homepages* bem como seus pesquisadores e docentes; segundo, da ausência de políticas explícitas voltadas para a questão, como tem a Unicamp. É necessário, porém, relativizar a importância desses *rankings*, pois são instrumentos que consideram apenas alguns aspectos das instituições, não se caracterizando como aporte suficiente para que estas apenas os tomem como base para suas decisões.

Considerando esse panorama, a lógica econômica do sistema de comunicação científica, ancorado nos pilares da indústria de comunicação científica, constitui-se numa barreira para a legitimação tanto de periódicos eletrônicos que utilizam o modelo acesso aberto quanto de outros mecanismos, como bibliotecas digitais e repositórios. No entanto, a utilização desse modelo constitui-se numa alternativa para que a UFBA, assim como outras instituições, possa divulgar, com mais eficiência, sua produção científica.

Percebe-se, então, desde o surgimento do periódico científico, que há um movimento social que busca ampliar e facilitar o acesso à informação. O esforço em

se produzir bibliografias especializadas é um bom exemplo desse movimento, mesmo considerando a cobrança pelo acesso estabelecida pelas editoras comerciais. Ao longo do tempo, esse movimento foi se fortalecendo, de forma que, com as TIC e o desenvolvimento das redes eletrônicas de comunicação, a indústria de comunicação perdeu espaço na intermediação entre a produção e a disseminação científica. É dessa forma que o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica, ao mesmo tempo em que busca dissipar a exclusão cognitiva, possibilita uma reorganização do sistema de comunicação científica, para que todos passem a ter iguais condições de acesso à informação para o desenvolvimento de pesquisas.

2.3.2 Movimento de Acesso Livre à Informação Científica

A abertura da internet comercial, a partir de meados da década de 1990, propiciou o início da migração de vários periódicos para o meio digital. Junto a essa migração, o aumento do valor pago pelas assinaturas – em função da concentração de periódicos indexados por grupos proprietários da indústria de comunicação científica, que criaram uma espécie de cartel – desencadeou uma crise que levou muitas bibliotecas no mundo inteiro a cancelarem suas assinaturas e a interromperem suas coleções. Como consequência, pesquisas em desenvolvimento foram afetadas e, desde então, iniciativas de disponibilização de conteúdos científicos na internet vêm ocorrendo (KURAMOTO, 2007; MUELLER, 2006).

A primeira dessas iniciativas surgiu em Los Alamos, ainda em 1991, no Laboratório Nacional de Los Alamos, Novo México (EUA), com Paul Ginsparg na liderança do projeto. Ele criou um sistema que tinha a capacidade de abrigar e recuperar trabalhos de pesquisadores de qualquer parte do mundo na área de Física e áreas afins. A iniciativa, denominada ArXiv, a despeito de caracterizada como arquivo de *preprint*, tinha como uma das garantias de qualidade a filiação do autor.

Em 1996, a Universidade Virginia Tech lançou um Banco Eletrônico de Teses e Dissertações, projeto mundial que integrava bibliotecas digitais de teses e dissertações por todo o mundo através da *Networked Digital Library of Thesis and Dissertations* (NDLTD).

Antes ainda da OAI surgir oficialmente, outras iniciativas foram organizadas, a exemplo da Networked Computer Science Technical Reference Library (NCSTRL) e da National Advisory Committee for Aeronautics (NACA). Também anterior à Convenção de Santa Fé foi a proposta de Stevan Harnad de mudar a cadeia produtiva da literatura científica na *web*, na qual questionava o papel das editoras comerciais de periódicos científicos e convidava pesquisadores a publicarem em forma de *preprints* (WEITZEL, 2006).

Lançada na Convenção de Santa Fé, em 1999, a OAI está apoiada por padrões e protocolos desenvolvidos pela comunidade envolvida com as ações anteriormente citadas. Esta iniciativa é responsável pelo desenvolvimento de modelos tecnológicos, dentre eles o protocolo Open Archives Initiative – Protocol Metadata Harvesting (OAI-PMH), que tem como função a integração de provedores de dados a provedores de serviços que o utilizam para possibilitar acesso irrestrito às publicações. Esse modelo é a base de operacionalização do Movimento do Acesso Livre à Informação científica, ou seja, é indispensável para que ele atinja seus objetivos, não sendo a recíproca pertinente, pois o protocolo pode ter outras aplicações (MEIRELLES, 2009).

As Declarações de Budapeste, em 2002, e as de Bethesda e de Berlim, ambas em 2003, foram iniciativas igualmente importantes para a consolidação do Movimento. A Declaração de Budapeste, a BOAI, estabeleceu estratégias baseadas no protocolo OAI-PMH, denominadas Via Verde¹² (*Green Road*) e Via Dourada¹³ (*Golden Road*), como recomendações à comunidade científica.

A Declaração de Bethesda, por seu turno, trouxe importante contribuição à definição de publicações de acesso aberto, enquanto a Declaração de Berlin sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades colocou em evidência não somente o acesso à produção científica, mas também a documentos que representam a memória cultural dos países.

O Movimento de Acesso Livre à Informação Científica caracteriza-se como um movimento político que se apoia nas declarações supracitadas, respaldadas por seus signatários e no ideal de que pesquisas financiadas com recursos públicos

¹² Significa que os autores devem autoarquivar seus artigos publicados ou aprovados para publicação em periódicos com revisão por pares. Para isso, deve haver uma negociação com os editores desses periódicos, para que o depósito num servidor de acesso aberto seja permitido (HARNAD et al., 2001).

¹³ É constituída por periódicos eletrônicos que utilizam o modelo acesso aberto, no qual os próprios editores garantem acesso aberto ao conteúdo.

devem ser disponibilizadas livremente pelas instituições responsáveis para toda a sociedade. Todavia, para a concretização desse ideal, o Movimento sustenta-se em soluções tecnológicas e no Modelo Acesso Aberto (MEIRELLES, 2009). Esse modelo tem como suporte o acesso livre e permanente a textos científicos, sem nenhum tipo de barreira a todo e qualquer usuário da internet. Ele prevê a busca, a leitura, o *download*, a impressão, a cópia, a distribuição, a indexação ou ainda a construção de *links*, desde que sejam respeitados os direitos dos autores.

No Brasil, o Manifesto do Ibict e as declarações de Salvador e de Florianópolis são alguns dos exemplos de demonstração de apoio ao movimento global que vem se instalando. A Declaração de Salvador ocorreu em 2005, no International Seminar on Open Access, evento paralelo ao IX Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas e ao VII Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde. A Declaração de Florianópolis ocorreu em 2006, durante o XI Simpósio de Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. O Manifesto do Ibict não somente aponta para a necessidade de adesão ao movimento mundial como também para o estabelecimento de uma política nacional de acesso livre à informação científica, solicitando o apoio de toda a comunidade científica brasileira.

Para Kuramoto (2008, p. 157-158), o Movimento está prestes a se consolidar. Ele indica que, no Brasil, as seguintes ações – que configuram o que ele considera uma “real política de informação científica” – foram desenvolvidas:

Assinatura da Declaração de Berlim, subscrevendo e reforçando toda argumentação em favor do acesso livre; Submissão, aprovação e desenvolvimento do Projeto de Publicações Periódicas de Acesso Livre (PCAL) junto à Finep; Prospecção, identificação, absorção, customização, aperfeiçoamento e distribuição de tecnologias para o tratamento e disseminação da informação, que dão suporte às ações de acesso livre [...]; Construção de repositórios institucionais e temáticos de acesso livre; O Ibict articulou junto ao deputado Rodrigo Rollemberg a submissão à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática do Projeto de Lei (PL) 1120/2007; Absorção dos padrões estabelecidos no contexto do modelo *open archives*.

Em âmbito internacional, essas iniciativas de disponibilização de conteúdos científicos possibilitaram o surgimento de novos modelos de negócio, porque, certamente, o Movimento parece causar incômodo, não obstante alguns autores, a exemplo de Willinsky (2003), considerarem que o meio eletrônico permite formas de controle ainda mais eficientes. Evidentemente, o tipo e o nível de acesso

disponibilizado por esses editores é discutível, mas as iniciativas são um indício de que há algum avanço, mesmo sabendo que essas iniciativas não fazem parte de um compromisso de adesão ao movimento de acesso livre e muito menos de implementação do que Ortellado (2008) denomina sistema de comunicação científica público.

Nesse sentido, a observação de que a pesquisa científica é amplamente financiada com recursos públicos, sobretudo em países em desenvolvimento, levou pesquisadores em todo o mundo a questionar o atual modelo de comunicação científica sobre o qual o sistema está apoiado. Percebe-se que, mesmo com a mudança de foco para o acesso e uso da informação científica, o atual modelo não está totalmente implementado. Muitos estudos apontam – entre os quais o da Association of Learned and Professional Society Publishers (ALPSP), em 2005 – para a necessidade de se criar alternativas que, de fato, elevem o acesso à informação científica de forma equânime. Esse estudo, de acordo com Costa (2006), identificou a criação de um ambiente favorável ao movimento, em favor do acesso aberto, com base em diversos modelos de negócio que estão surgindo.

Conforme Costa (2006, p. 45), “[...] o documento com o relatório do estudo acrescenta que, embora o modelo baseado em assinaturas ainda domine esse cenário, no sentido em que detém o maior número de periódicos, os editores dessas revistas têm interesse em testar outros modelos”. E são otimistas em afirmar que esses modelos estão surgindo em resposta ao impacto que o Movimento tem causado a editores tradicionais, independentemente do tipo ou tamanho. Nesse estudo, a ALPSP (2005 apud COSTA, 2006, p. 45) identificou os seguintes modelos de negócio:

- assinatura tanto de fascículos novos como para os anteriores;
- acesso aberto postergado (*delayed open access*): assinatura para acesso com o editor, mas permissão para depósito em repositório de acesso aberto, após um período determinado de tempo;
- assinatura e experimento opcional com acesso aberto;
- assinatura para a maioria, mas alguns conteúdos novos disponíveis livremente; financiamentos por *grants*; conteúdos anteriores com acesso livre;
- acesso aberto total (*full open access*), apoiado por assinaturas das versões impressas e por taxas pagas pelos autores;
- acesso aberto total, apoiado por taxas pagas pelos autores, membros e assinaturas de outros títulos impressos;
- acesso aberto total, apoiado por taxas pagas pelos autores, membros institucionais, *grants* e indústria;

- acesso aberto total apoiado por membros;
- acesso aberto total apoiado por propaganda;
- acesso aberto total, anteriormente, migrando para acesso aberto postergado;
- assinatura para instituições, livre para indivíduos;
- assinatura para a maioria dos conteúdos novos, alguns novos conteúdos livres e conteúdos anteriores livres;
- acesso aberto para *pre-prints*, assinatura para novos conteúdos e livre para conteúdos anteriores;
- assinatura, primeiro, e acesso aberto postergado.

Além dos modelos identificados pela ALPSP, Willinsky (2003), em seu trabalho intitulado *The Nine Flavours of Open Access Scholarly Publishing*, abordando as modalidades de acesso livre, identificou ainda um modelo com base em renda *per capita*, no qual o acesso aberto é permitido àqueles países com renda *per capita* classificada como baixa. O autor considera também, diferentemente da ALPSP, aqueles periódicos que oferecem acesso apenas aos resumos e sumários.

Nessa perspectiva, o Movimento de Acesso à Informação Científica requer um processo de transformação e as iniciativas que existem nessa direção têm conseguido estimular a criação de novos modelos de negócio para acesso à informação científica. Percebe-se uma mudança de atores neste cenário que gradualmente estão inserindo elementos favoráveis ao estabelecimento de políticas científicas em vários países. Assim, atualmente, parece haver um ambiente propício para subverter a lógica econômica do sistema de comunicação científica como tantos sinalizam.

3 PROCESSO DE FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

As decisões tomadas durante a realização da pesquisa refletem a capacidade de problematização desenvolvida nesse percurso, buscando elaborar e reelaborar o problema que se deseja investigar. Essas decisões são influenciadas por elementos diversos, de forma direta e indireta, mas as experiências vivenciadas pelo pesquisador no decorrer de sua trajetória acadêmica constitui um dos elementos que determinam sua receptividade diante do fenômeno que instiga seu interesse de pesquisa. Nesse sentido, a intenção deste capítulo é explicitar as experiências e influências que originaram e orientaram a abordagem do objeto da pesquisa, bem como as estratégias metodológicas utilizadas para sua execução.

3.1 ORIGENS DO DESEJO DA PESQUISA

Explicitar a motivação pelo estudo do objeto exige certo esforço e reavaliação de uma trajetória construída com base na decisão de investir em determinada carreira. Sendo assim, nesta subseção, o verbo será utilizado na primeira pessoa. Desde os primeiros semestres do curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação, estive envolvida com a pesquisa científica. Em três dos quatro anos de formação, participei do Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Cultura e Comunicações (Gepicc) como bolsista de Iniciação Científica (IC). Nesse período, além do desenvolvimento de habilidades e grande aprendizado como pesquisadora, tive a oportunidade de escolher um tema para estudar, elaborando planos de trabalho e executando-os com relativa autonomia.

O tema selecionado para as pesquisas na IC, a indústria editorial de Salvador, bastante abrangente, podendo ser abordado com base em diversos vieses, despertou sentimentos bastante contraditórios, que iam da grande motivação e excitação ao temor. O trabalho, porém, foi desenvolvido de forma satisfatória e gerou indicadores de produtividade. Teve como foco a produção e a comercialização

do livro, considerando o contexto atual de avanços tecnológicos e suas implicações nessas atividades.

Após a conclusão do curso de graduação, continuei vinculada ao Grupo de pesquisa como bolsista de apoio técnico. Quando da decisão de participar da seleção do edital de 2008 para o curso de Mestrado em Ciência da Informação, buscava um tema relacionado ao trabalho que havia desenvolvido. O envolvimento com o projeto de doutorado da Prof^a Flávia Rosa, que trata da implantação do repositório institucional da Universidade Federal da Bahia, tornou uma questão latente: a visibilidade da produção científica da UFBA.

Tive acesso ao Webometrics Ranking of World Universities, mantido por um grupo de pesquisas chamado Cybermetrics Lab, do CSIC, considerado o maior centro de pesquisas público da Espanha. Do conhecimento desse Ranking surgiu um questionamento inicial sobre ações que a universidade desenvolve e políticas que adota para justificar sua posição nele, que se expressa no seguinte problema: Quais as políticas estabelecidas pela UFBA para a divulgação de sua produção científica e como seus pesquisadores se posicionam em relação ao acesso livre à informação científica?

Dessa forma, o anteprojeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA teve como principais motivações subsidiar o projeto de doutorado da Prof^a Flávia Rosa e, ao mesmo tempo, manter uma relação com o que já havia sido estudado durante a IC. Essa relação expressa-se no entendimento de que tanto a indústria editorial quanto as políticas de comunicação da produção científica são parte dos estudos sobre economia política da informação.

3.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Visando produzir um estudo dentro dos padrões cientificamente aceitáveis, após a definição do problema de pesquisa, buscou-se maior amplitude na obtenção dos dados. Ou seja, como a pesquisa, para ser validada, considera vários atores – membros das instâncias superiores e pesquisadores da instituição, agências de

pesquisa e pós-graduação etc. –, percebeu-se a necessidade de realizar uma coleta de dados mais abrangente, de forma a contemplar esses atores.

Assim, considerando as características do objeto, procurou-se identificar políticas em âmbito de: universidade; de seus órgãos responsáveis pela pesquisa e produção científica; de seus programas de pós-graduação; e do conselho editorial da editora, órgão suplementar que tem como objetivo maior a divulgação da produção científica da universidade. Optou-se pela utilização de vários métodos de investigação e técnicas de coleta de forma complementar para alcançar os objetivos propostos.

3.2.1 Delineamento da Pesquisa

O delineamento de uma pesquisa expõe, numa dimensão mais ampla, seu desenvolvimento, focalizando os procedimentos técnicos de coleta e análise dos dados. Este trabalho caracterizou-se pela associação de três métodos de investigação: o estudo de caso, a pesquisa documental e o *survey* ou levantamento.

Pode ser classificado como estudo de caso por estudar o fenômeno no contexto da UFBA, já que esse método, na definição de Yin (2005, p. 32), “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real [...]”. Na visão de Gil (2002), caracteriza-se por estudar com profundidade, mas de forma a permitir o conhecimento amplo e, ao mesmo tempo, detalhado de uma pessoa, um grupo, uma instituição, um evento etc. Estando inserida na comunidade, em contato direto com o ambiente e seus docentes, discentes e técnicos, a identificação de práticas, comportamentos e rotinas com ênfase qualitativa foram favorecidos, possibilitando a percepção da cultura institucional em relação ao tema.

O uso da pesquisa documental como um dos métodos de investigação utilizados justifica-se pela exploração de fontes documentais, sobretudo na própria UFBA, sem tratamento analítico: leis, estatutos, regimentos, resoluções, portarias etc. Segundo Gil (2002, p. 47), a importância de usar documentos como base de uma pesquisa deve-se ao fato de que permitem visualização mais ampla do problema, podendo ainda indicar hipóteses capazes de conduzir a uma verificação por outros meios. Nesse sentido é que se buscou levantar e analisar essa documentação, tendo como marco histórico a Reforma Universitária de 1968.

A associação do método de *survey* à pesquisa pareceu muito indicada ao problema e foi relacionada à necessidade de se conhecer o posicionamento da população sobre o fenômeno, bem como ao caráter descritivo da pesquisa. Para Babbie (2005, p. 96):

Surveys são frequentemente realizados para permitir enunciados descritivos sobre alguma população, isto é, descobrir a distribuição de certos traços e atributos. Nestes, o pesquisador não se preocupa com o porquê da distribuição observada existir, mas com o que ela é.

Essa técnica é bastante utilizada em pesquisas na área de Ciências Sociais Aplicadas, mas serve também a pesquisadores de outros campos. Diversas formas de coleta de dados, a exemplo de envio de correspondências, entrevista pessoal e contato telefônico, podem ser usadas com a técnica *survey*, e, atualmente, a técnica tem se valido das TIC. Além disso, a coleta e a quantificação de dados tornam-se fontes de informação permanentes.

3.2.1.1 Procedimentos de coleta de dados

A pesquisa foi dividida em quatro etapas. A primeira delas consistiu na localização dos documentos da UFBA, da CAPES e do CNPq que fazem referência à comunicação da produção científica. A técnica de coleta utilizada foi a observação indireta, acompanhada de anotações cursivas, como instrumento de coleta. Dessa forma, buscou-se:

- contatar a Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOC), para ter acesso ao *Regimento Geral*, ao Estatuto, aos regimentos e resoluções dos conselhos superiores, e com a Secretaria do Gabinete do Reitor, para ter acesso às portarias;
- levantar, na Seção Memória da UFBA, na Biblioteca Reitor Macêdo Costa, registros de documentos que contenham resultados de pesquisas desenvolvidas na Instituição;
- levantar políticas e ações no âmbito da editora da universidade;

- localizar, nos sites dos programas de pós-graduação da UFBA, documentos que orientem a forma de se comunicar a produção científica, bem como documentos que indiquem estímulo à publicação;
- localizar critérios – especificamente os relacionados à comunicação da produção científica – de avaliação de propostas de pesquisadores e programas para financiamento nos documentos da Fapesb, da CAPES e do CNPq.

Para desenvolver a segunda etapa da pesquisa empírica, utilizou-se como técnica de coleta a aplicação de questionários e a observação sistemática. Buscou-se levantar se os pesquisadores da UFBA conhecem o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica e se fazem uso de periódicos de acesso aberto para a comunicação de seus resultados de pesquisa, dentre outros aspectos. Num primeiro momento foi definida a amostra, caracterizada como não-probabilística, com critério de escolha intencional. O critério de seleção da amostra foi a identificação de pesquisadores que são obrigados a publicar regularmente e em periódicos qualificados. Foi constituída por pesquisadores da UFBA, bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, das categorias Sênior e 1, distribuídos entre os níveis A, B, C e D. Para tanto, levantou-se, na Plataforma Carlos Chagas, em mapa de investimentos, no dia 7 de abril de 2009, o número total de pesquisadores-bolsistas da UFBA, excluindo-se os pesquisadores de categoria 2.

Posteriormente, um questionário foi construído e um pré-teste aplicado com pesquisadores-bolsistas não constituintes da amostra. Após os ajustes no instrumento de coleta e término da localização dos endereços eletrônicos dos pesquisadores, procedeu-se ao envio, renovado semanalmente, para os respondentes que recebiam o questionário e não o retornavam. Para esta etapa da pesquisa foi utilizado o *software* SurveyMonkey.

Buscando confrontar as respostas obtidas nos questionários, na terceira etapa, realizou-se um levantamento do total de artigos produzidos pelos pesquisadores da amostra, bem como dos títulos de periódicos utilizados por eles para a publicação dos resultados de suas pesquisas, considerando-se os últimos cinco anos (2004-2008). A observação sistemática foi definida como técnica de coleta desta etapa. Para tanto, foi construído um formulário único para se arrolar os títulos por área e identificá-los quanto ao modelo de negócio adotado.

Utilizou-se como fonte o Currículo Lattes dos pesquisadores que constituíam a amostra. Dentre os periódicos levantados, buscou-se verificar quais utilizavam o modelo acesso aberto, acessando os *sítes* dos periódicos científicos *on-line* isolados e de repositórios de periódicos em rede, como o PubMed Central, o BioMed Central, Scielo, Public Library Science, editores privados como Elsevier, Wiley etc.

Na quarta etapa da pesquisa, foram realizadas 19 entrevistas com membros das instâncias superiores responsáveis pela pesquisa e pelo ensino de pós-graduação na UFBA-PRPPG e Câmara de Pós-Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – bem como pelos membros do Conselho Editorial da Eufba. Na PRPPG foram entrevistados, além do Pró-Reitor, o Coordenador de Pesquisa e o Coordenador de Ensino de Pós-Graduação. Na Câmara, dos dez titulares, nove foram entrevistados com exceção do Pró-Reitor, entrevistado anteriormente. Dos sete componentes do Conselho Editorial da Eufba, apenas um titular não foi entrevistado, por estar afastado para estágio pós-doutoral; em seu lugar, foi entrevistado o suplente.

O roteiro, semiestruturado e composto de cinco questões abertas, foi aplicado individualmente e pessoalmente no mês de agosto de 2009, mediante agendamento prévio, após localização e contato com os entrevistados. Foi desenvolvido e seguido com o propósito de identificar as políticas existentes na universidade voltadas para a comunicação da produção científica e verificar se conheciam e como se posicionavam a respeito do acesso livre à informação científica.

3.2.1.2 Procedimentos de tratamento e análise dos dados

O esquema de análise dos documentos levantados na primeira etapa envolveu basicamente duas fases. De posse do Estatuto, regimentos, resoluções e portarias, procedeu-se ao agrupamento do material, observando-se a aproximação temática entre os documentos: o primeiro grupo analisa as regulamentações gerais, pois, com base nelas, toda a estrutura de funcionamento da universidade foi estabelecida; o segundo verifica o condicionamento da produtividade à progressão funcional; o terceiro analisa as resoluções mais recentes sobre o regime de trabalho dos docentes; o quarto aborda resoluções que trata da admissão e da alocação de vagas para docentes; o quinto examina a instituição da Comissão Permanente de

Pessoal Docente (CPPD) e da Gratificação de Estímulo à Docência (GED); o sexto refere-se a determinações de resoluções de estímulo ao aprimoramento profissional tanto de técnicos quanto de docentes; e o último considera o apoio financeiro a docentes e discentes, para participação em eventos.

Em seguida fez-se uma leitura, buscando identificar a relação com a comunicação da produção científica, destacando-se desses documentos trechos considerados relevantes para a análise. Esta segunda fase aplicou-se também aos documentos levantados na Seção Memória da UFBA, na Biblioteca Reitor Macêdo Costa, nos *sites* dos programas de pós-graduação e nos critérios das agências de pesquisa e pós-graduação, especificamente nos critérios dos comitês de assessoramento e temáticos do CNPq e nos critérios do quesito 4 da nova ficha de avaliação das comissões de área da CAPES.

O esquema de análise da segunda etapa envolveu a realização de um perfil da amostra e análise quantitativa e qualitativa dos dados levantados, já que o instrumento foi composto por dez questões, sendo oito fechadas e duas abertas. Foram formuladas categorias de análise para questões abertas e realizado cálculo de médias, frequências e percentuais com o auxílio de um estatístico.

Para a análise dos dados coletados na terceira etapa, foi feita uma lista com as referências transcritas diretamente do Currículo Lattes de cada pesquisador, organizando-as por área e por pesquisador dentro de cada área. Em seguida, as páginas dos periódicos foram visitadas para identificação dos modelos de negócio adotados e preenchimento do formulário para contagem. Numa fase posterior, procedeu-se ao cálculo de médias, frequências e percentuais.

Para tratar e analisar os dados obtidos na quarta etapa, por meio das entrevistas, o primeiro passo foi realizar a transcrição. Em seguida, após leitura do material, procedeu-se à seleção de trechos considerados relevantes e destaque de pontos comuns à maioria das falas, associando análise quantitativa e qualitativa. Optou-se pela utilização de técnicas simplificadas e pela inferência na análise das falas dos entrevistados.

4 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Este capítulo busca identificar e analisar as políticas e práticas que orientam a comunicação da produção científica da Universidade Federal da Bahia, atividade intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de pesquisas, que é um dos pilares do princípio de indissociabilidade sobre o qual as universidades se sustentam. O artigo 207 da Constituição de 1988 indica que as universidades devem obedecer a esse princípio formado pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Ainda que ele seja sustentado com certo desequilíbrio, determina os limites da responsabilidade social da instituição universidade.

Assim, considerando a pesquisa científica uma atividade social (ZIMAN, 1979) – em grande parte desenvolvida no âmbito das universidades e financiada com recursos públicos, especialmente no Brasil – é de suma importância a comunicação de seus resultados pelas universidades, para que cumpram com sua responsabilidade social. Para isso, é necessário que tenham políticas específicas.

O esforço inicial desta pesquisa foi, dessa forma, de localização dos documentos da UFBA que fazem referência à comunicação de sua produção científica. Em contato com a SOC foi possível ter acesso ao *Regimento Geral* e aos regimentos dos conselhos superiores. Além desses documentos foram consultadas também todas as resoluções disponíveis na SOC e no próprio portal da universidade, bem como em seu Estatuto. As portarias foram localizadas por meio de contatos com a Secretaria do Gabinete do Reitor.

O documento norteador para a identificação da documentação localizada foi o Decreto n. 94.664, de 23 de julho de 1987 (BRASIL, 1987), que institui o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos. Após levantamento e análise dos documentos, procedeu-se ao agrupamento da documentação, observando-se a aproximação temática: o primeiro grupo reúne as regulamentações gerais, pois é com base nelas que toda a estrutura de funcionamento da universidade é estabelecida; o segundo agrupa o condicionamento da produtividade à progressão funcional; o terceiro engloba as resoluções mais recentes sobre o regime de trabalho dos docentes; o quarto ordena resoluções que tratam da admissão e da alocação de vagas para docentes; o quinto reúne documentos da instituição da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e da Gratificação

de Estímulo à Docência (GED); o sexto agrupa as determinações de resoluções que estimulam o aprimoramento profissional; e o último envolve as comprovações de apoio financeiro tanto a docentes quanto a discentes para participação em eventos.

4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) constitui-se na mais importante IES do estado da Bahia. Foi criada, juridicamente, em 8 de abril de 1946, como Universidade da Bahia, pouco tempo depois da deposição do presidente Vargas, pelo Decreto-Lei n. 9.155, como autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Possui, segundo a referida Lei e seu Estatuto, autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-científica.

A instituição oficial da Universidade da Bahia, em 1946, resultou da associação de três unidades de ensino profissionais tradicionais – a Faculdade de Medicina da Bahia, a Faculdade Livre de Direito da Bahia (1891) e a Escola Politécnica da Bahia (1897) – com a Faculdade de Filosofia da Bahia, Ciências e Letras (1941) e a Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia (1934), que funcionavam independentemente (DIAS, 2005). A Academia de Belas Artes da Bahia, criada em 1877, também constituiu o núcleo inicial da Instituição. A Faculdade de Medicina é originada do Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, criado em 1808 pelo Príncipe Regente, D. João VI, época em que a Corte portuguesa passou pela Bahia. Em 1832 e 1864 foram criados e anexados à Escola de Cirurgia os cursos de Farmácia e Odontologia, respectivamente (UFBA, 2004).

Em cumprimento ao dispositivo de sua criação, que previa sua expansão, várias escolas originaram-se e agruparam-se na segunda metade do século XX, a exemplo da Faculdade de Arquitetura e da Escola de Agronomia. No entanto, para ser considerada de fato uma universidade e atender às demandas da sociedade baiana, precisou criar um sistema universitário com outras escolas e órgãos. Esse esforço foi empreendido pelo reitor Edgard Santos, durante seus 15 anos de gestão, com ênfase humanística e cultural, que “[...] marcou e até hoje marca a feição peculiar da Universidade Federal da Bahia no conjunto das universidades federais brasileiras” (UFBA, 2004, p. 7).

Não restam dúvidas de que Edgard Santos, em sua gestão, fez com que a Universidade da Bahia estivesse na vanguarda de movimentos redirecionadores de rumos políticos e econômicos na Bahia. Por isso, além de muito valorizar o desenvolvimento das artes, da música, do teatro, da dança e das letras, iniciativas de caráter científico-institucional foram concretizadas em seu reitorado, visando a modernização do estado, a exemplo da implantação do curso de especialização em geologia do petróleo pouco tempo após a fundação da Petrobras (DIAS, 2005). De acordo com Marques (2005, p. 161), durante esse reitorado a UFBA

[...] recebeu financiamento internacional para pesquisas. Participou de acordos para qualificação de docentes na área de administração de empresas. Os registros destas ligações com organismos internacionais na UFBA datam da década de 50, a exemplo do acordo com a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade de Michigan que favoreceu o surgimento da Pós-Graduação em Administração.

O clima da redemocratização que mobilizou o país em função de seu desenvolvimento favoreceu esse primeiro reitorado da Universidade. A conjuntura em que se inseria esse projeto de universidade foi benéfica para sua estruturação inicial, mas o fato de ter agregado características da cultura local também foi bastante positivo para a inserção da instituição.

O sucessor de Edgard, Albérico Fraga (1961-1964), nomeado para o cargo por Jânio Quadros, enfrentou um período de dificuldades financeiras em consequência de uma crise política nacional: a implantação de uma ditadura militar. Durante esse período muitos conflitos ocorreram entre a comunidade universitária da UFBA e os militares. Nos anos iniciais do golpe, várias universidades e centros de pesquisa brasileiros foram atingidos pela repressão. Importantes professores e pesquisadores pediram demissão dos cargos ou mesmo se aposentaram devido às intervenções militares.

De 1964 a 1967 Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho assumiu a reitoria da UFBA. Esse período foi de grandes perdas, com os atos de exceção, de afastamento de pesquisadores e dispersão de estudantes. Foi durante seu reitorado que um manifesto para a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) foi assinado numa reunião com 25 reitores. Eles entendiam que a autonomia universitária estava cerceada com o Fórum Universitário, já que este era presidido pelo Ministro da Educação e Cultura, e resolveram criar nova entidade.

Ocorreu na UFBA a segunda reunião plenária com esse grupo de reitores, quando foi debatida uma proposta de estatuto. Na mesma ocasião, 1º de julho de 1966, na plenária de fundação da entidade, Miguel Calmon foi aclamado para presidi-la, mas em 1967 faleceu (MARQUES, 2005).

Miguel Calmon é sucedido por Roberto Santos (1967-1971). Durante seu reitorado, em meio a esse contraste – de reconhecimento da educação como estratégia para a modernização da economia nacional, visando maior competitividade internacional, e de investimento numa repressão –, nos idos de 1968, o Congresso Nacional aprovou a Reforma Universitária, pela Lei n. 5.540,¹ buscando fixar normas de organização e funcionamento do ensino superior.

Na realidade, conforme Fávero (2006), desde a década de 1950, quando o ritmo de desenvolvimento no Brasil foi acelerado pela industrialização e consequente crescimento econômico, diversas alterações ocorreram de forma a despertar vários setores da sociedade para a situação das instituições universitárias. Mendonça (2000), afirma que a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em 1947, apresentou-se como primeiro passo do processo de modernização do ensino superior dado pelo governo militar e tornou-se, em certa medida, exemplo de como uma universidade moderna deveria ser, pois impactou também a burocracia governamental.

O desenvolvimento do ensino superior não ocorreu, porém, livre de tensões. O conservantismo dos catedráticos e das congregações das universidades públicas foi um dos aspectos que dificultou esse processo. O longo e acidentado percurso do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fato marcante do movimento pela modernização do ensino superior no Brasil, demonstra quão acentuada foi essa resistência (MENDONÇA, 2000). O movimento atingiu seu apogeu com a criação da Universidade de Brasília, em 1961. Nessa época a participação do movimento estudantil foi intensa, na defesa, em seminários, de questões que foram mais tarde incorporadas à Reforma Universitária, a exemplo da participação tanto do corpo docente quanto do discente na administração universitária (FÁVERO, 2006).

¹ De acordo com Fávero (2006), os Decretos-leis n. 53/66 e n. 252/67 são marcos iniciais de uma vasta legislação sobre o estabelecimento de medidas que visam reestruturar as universidades brasileiras.

Para Brito (1999, p. 31): “A modernização da universidade é posta em prática pelos governos militares em meio a uma crise estudantil e como resposta a ela.” Planos de reformulação estrutural foram elaborados por algumas universidades no começo da década de 1960. Na UFBA esse processo começou em 1959, com estudos sobre sua reestruturação, por iniciativa ainda de Edgard Santos e posteriormente de seus sucessores, que continuaram apoiando o processo. O reitorado de Lafayette de Azevedo Pondé (1971-1975) consolidou, no âmbito da UFBA, as mudanças propostas. Segundo Marques (2005, p. 183):

A UFBA vivenciou um processo reformista diferenciado [...] A UFBA tomou a dianteira do processo reformista em 1968, com projeto original. Ela manteve a autonomia na construção democrática da sua reestruturação. Traçou o seu roteiro de mudanças, antes que todas as IFES brasileiras, preservando seus traços matriciais, configurados desde a sua fundação, consolidados em sua trajetória.

A partir desse momento diversas medidas oficiais, que visavam atingir a universidade, foram adotadas. O Acordo MEC/USAID², o Plano Atcon³ e o Relatório Meira Mattos⁴ foram as mais expressivas e influentes no projeto da Reforma Universitária (FÁVERO, 2006). Brito (1999) e Mendonça (2000) também apontam para a congruência entre o resultado dessas medidas e a legislação implantada em 1968. Como resultado, Wanderley (2003, p. 61) chama a atenção para o fato de que “Quando se delinearão os princípios que deveriam presidir a modernização administrativa da universidade brasileira, na reforma pós-68, os critérios adotados foram os do espírito e dos métodos da empresa moderna”.

A Reforma alterou profundamente toda a estrutura universitária brasileira e teve como principais características: ensino indissociável da pesquisa, estabelecimento de modelo organizacional único para as universidades públicas ou

² A United State Agency for International Development (USAID) fez intervenções de forma integrada na América Latina, na década de 1960, em diversas áreas, sob três linhas de atuação: assistência técnica, financeira e militar. No plano educacional, esse acordo visava o aperfeiçoamento do modelo de ensino brasileiro e obrigava o Brasil a contratar assessores norte-americanos para orientações nesse sentido (FÁVERO, 2006).

³ O estudo que resultou no documento *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira*, mais conhecido como Plano Atcon, por ter sido realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon, em 1965, recomendava como pilares para a implantação de uma nova estrutura administrativa universitária o rendimento e a eficiência (FÁVERO, 2006).

⁴ O relatório Meira Mattos deu origem à implementação do Ato Institucional n. 5 (AI-5) e do Decreto-Lei n. 477, respectivamente em 1968 e 1969, já que uma de suas recomendações era o fortalecimento da autoridade nas instituições de ensino. O recurso criado para intimidar e reprimir o meio universitário foi o AI-5, pois havia grande preocupação com a “subversão dos estudantes” (FÁVERO, 2006).

privadas, eliminação da cátedra, estabelecimento do departamento como menor unidade da estrutura universitária, imposição do regime de matrícula semestral por disciplina, crédito como unidade de medida para contabilidade acadêmica de integralização curricular, vestibular unificado e representação estudantil em órgãos colegiados (FRAUCHES, 2004).

Sua característica mais requerida, a autonomia, que foi historicamente reivindicada, foi desta vez declarada explicitamente, ao contrário do que ocorreu com a Reforma Francisco Campos, quando se decidiu pela autonomia relativa. Na visão de Fávero (2006), a rigor, a questão da autonomia plena na Reforma Campos ficou em aberto naquele momento, embora tenha sido feita uma Exposição de Motivos sobre a reforma do ensino superior. Na Reforma Campos, a liberdade de cátedra, por exemplo, era entendida como uma “[...] instância importante de autonomia universitária que preservava indivíduos em sua atividade científica e de ensino” (BRITO, 1999, p. 28) da intromissão do Estado e de interesses econômicos e corporativos. No entanto, no que se refere à seleção de alunos, bem como à contratação de docentes e técnicos-administrativos, como defende Brito (1999), há maior dependência das instâncias superiores após a Reforma Universitária.

A questão da autonomia das universidades é polêmica e vem sendo discutida há bastante tempo. Fávero (2006, p. 28), em seu texto sobre o processo de criação das universidades brasileiras e a trajetória dessa instituição até a Reforma Universitária, citando o caso da Universidade do Brasil, para a qual foi concedida autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar pelo Decreto-Lei n. 8.393/45, conclui que “[...] ontem como hoje, a autonomia outorgada às universidades não passa muitas vezes de uma ilusão, embora se apresente, por vezes, como um avanço.”

Na visão de Wanderley (2003), considerando o contexto latino-americano e brasileiro, vários fatores – e principalmente o controle que o governo, as igrejas e os grupos privados mantenedores exercem sobre as verbas, as pesquisas, a orientação político-ideológica e as normas curriculares – fazem da autonomia uma quase utopia. Para Mendonça (2000), no contexto do regime autoritário, não foi possível a efetivação da autonomia da universidade. Primeiro porque havia, por parte do governo federal, centralização no controle de recursos materiais e financeiros e isso submetia a universidade ao funcionamento das políticas governamentais. Segundo porque houve internamente nas universidades uma organização, considerando as

características de cada instituição, que definiu uma estrutura de poder que não privilegiava sempre a dimensão acadêmica, uma vez que existiam dois grupos: o das oligarquias acadêmicas tradicionais e o dos novos segmentos da comunidade acadêmica.

Ao fazer um balanço do impacto que a Reforma Universitária causou no ensino superior, especialmente na universidade, e da política que o governo adotou, algumas vezes em direção oposta às propostas que incorporou ao texto legal, Mendonça (2000, p. 149, grifos do autor) conclui seu trabalho sobre a universidade no Brasil retomando as reflexões de Anísio Teixeira:

[...] a verdadeira reforma universitária não se poderia nunca fazer, *de fora*, pela mera imposição de atos legislativos. Uma efetiva reforma da universidade teria que nascer *de dentro, pelo debate e resultante consenso do magistério* para que tivesse um impacto efetivo na mudança das práticas (de gestão e especificamente educativas) desenvolvidas no seu interior.

Assim, definiu-se como marco histórico para o presente estudo a Reforma Universitária de 1968, considerando que ela possibilitou grande avanço na modernização da educação superior no Brasil e sua regulamentação gerou documentos normativos que orientaram e ainda orientam o funcionamento da UFBA.

No que se refere a documentos criados com a função de comunicar os resultados de pesquisas desenvolvidas na Instituição, localizou-se, na Seção Memória da UFBA da Biblioteca Reitor Macêdo Costa, muitas bibliografias especializadas elaboradas entre as décadas de 1960 e 1990. Algumas nasceram de iniciativas de escolas, faculdades e institutos, muitas vezes como forma de homenageá-los pelos anos de atuação, a exemplo da *Coletânea da Produção Científica da Escola de Nutrição: 1956-1996*, publicada em homenagem aos 40 anos dessa Escola, reunindo os resumos da produção científica de seus docentes. Outras são resultados do esforço de programas de pós-graduação.

Catálogos de teses e dissertações são as bibliografias mais comumente publicadas. O primeiro deles data de 1966, publicação da Escola de Biblioteconomia e Documentação, que reuniu informações sobre as teses defendidas nas diversas unidades da UFBA entre 1946, ano de sua criação, e 1966. Em 1982, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação também publicou um catálogo de teses, mas somente em 1991 voltou a produzir material semelhante, cobrindo o período de 1982 a 1988. A Faculdade de Medicina, o Instituto de Geologia, o Instituto de Química, a

Escola de Agronomia, o Instituto de Letras e a Escola de Administração produziram, entre 1983 e 2001, outros catálogos contemplando resumos de teses e dissertações defendidas em seus programas de pós-graduação.

Destaca-se uma importante publicação, que aparentemente teve início com periodicidade irregular e persistiu até segunda metade da década de 1990: *Produção Científica, Literária e Artística*. Trata-se de bibliografia especializada, produzida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, antiga Coordenação Central de Pesquisa e Pós-Graduação, que deu início à publicação. Anterior a isso – início da década de 1970 –, a Superintendência Acadêmica da UFBA também produziu material similar. Essa publicação encontra-se descontinuada após um período de publicação mais ativa, como foram as décadas de 1980 e 1990. Seu último volume foi publicado em 1997.

A descontinuidade da publicação coincide com o período em que a internet passou a ser utilizada mais amplamente. Esses tradicionais recursos bibliográficos foram rapidamente transformados em sistemas de informação automatizados, aumentando a precisão e localização de informações, quando associadas a bancos de dados. O lançamento do Currículo Lattes também pode ter sido um dos fatores motivadores dessa descontinuidade, pois a ferramenta ganhou tanta credibilidade que é atualmente o principal instrumento para avaliar pesquisadores, docentes e discentes, uma vez que instituições e agências de fomento à pesquisa se utilizam dessa base de dados para diversas atividades, como seleção de consultores ou geração de estatísticas etc.

Entretanto, o mecanismo com características mais próximas da bibliografia especializada antes produzida é o caderno de indicadores da CAPES, produzido com o apoio da base Coleta Capes. Nesse caderno são disponibilizadas informações reunidas da produção científica de todo e qualquer programa de pós-graduação reconhecido pelo MEC. Ainda assim, entende-se que a produção de uma publicação que reúna a produção científica, artística e literária de uma instituição, mesmo no formato eletrônico, não é dispensável. Uma produção desse tipo possibilitaria, caso toda IFES a produzisse, uma poderosa ferramenta para identificação de lacunas a serem pesquisadas nas diversas áreas do conhecimento em âmbito nacional.

Assim, ainda que essa prática de elaboração de bibliografias especializadas permaneça por parte de suas unidades, não é algo que a universidade reúna e

invista. Pelo contrário, ela demonstra falta de estímulo às unidades que se propõem a realizá-lo, descontinuidade de um instrumento de divulgação e visibilidade das pesquisas que desenvolve e inércia diante de soluções tecnológicas que poderiam ser aproveitadas em ações dessa natureza. Na próxima seção são apresentados documentos gerados para a regulamentação na UFBA relacionados à divulgação de sua produção científica.

4.2 REGULAMENTOS

- Decreto n. 94.664/87

O Decreto n. 94.664/87 (BRASIL, 1987) trata da aprovação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos, tal como colocado no Art. 3º da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Seu art. 1º define que a implantação e administração do referido plano é de responsabilidade de cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). Dessa forma, fica a cargo de cada IFES a discussão em suas instâncias superiores dos pontos do decreto e a elaboração de instrumentos próprios com liberdade e autonomia para tratar em detalhes de questões específicas. Na UFBA ele começou a ser regulamentado em 1989.

O decreto assegura a isonomia salarial, define as atividades do pessoal docente, dentre as quais destaca-se, no seu artigo 3º, o inciso I “[...] as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura [...]” (BRASIL, 1987, p. 1). Define também a constituição do corpo docente, bem como as classes da carreira do magistério superior. Estabelece ainda a existência, em cada IFE, de uma Comissão Permanente de Pessoal Docente com vistas a assessorar a elaboração e supervisão da realização da política para os docentes. São também estabelecidas as orientações para o ingresso na carreira acadêmica e para o regime de trabalho, além da progressão funcional, abordando também questões relacionadas ao pessoal técnico-administrativo e outros aspectos.

Caracteriza-se como um documento importante para o ensino de nível superior no Brasil, mas, por seu caráter regulamentador, advindo de autoridade

superior, não aborda especificamente a comunicação da produção científica. Deixa sob a responsabilidade de cada IFES, respeitando sua autonomia, a implantação e administração do objeto de sua aprovação. Ou seja, a forma como cada IFES deveria tratar as questões do decreto ficaria por conta de cada uma, em função de suas peculiaridades.

- Estatuto e Regimentos

Um estatuto compreende um conjunto de normas genéricas que orientam indivíduos para o funcionamento de uma instituição a que estão vinculados. O *Estatuto da UFBA* aprovado em maio de 2000, pela Portaria MEC n. 597, era dividido em sete títulos e 12 capítulos e substituiu o Estatuto anterior, aprovado em 1988. Define inicialmente em quê consiste sua autonomia administrativa, patrimonial e financeira e didático-científica. Tratava sobre sua finalidade, estrutura, composição e competências de seus órgãos em geral. No que se refere à comunicação da produção científica incumbia as unidades universitárias de produzir, transmitir e difundir cultura e conhecimentos nas diversas áreas.

Além desse, outros pontos diretamente vinculados à comunicação das pesquisas ficavam explícitos no art. 5º, do capítulo III. A geração e a propagação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos bem como o estímulo ao desenvolvimento, à criação e ao pensamento crítico-reflexivo eram considerados fins da universidade. Uma proposta de alterações no Estatuto, em discussão desde maio de 2009, foi aprovada em novembro e em muito pouco se modifica no que se refere ao tema aqui tratado (UFBA, 2009c).

O *Regimento Geral da UFBA*⁵ aprovado pelo Parecer n. 2.948/76 do CFE, recebeu, desde sua aprovação, diversas alterações (UFBA, 1997a). O documento possuía nove títulos que abordavam detalhadamente os órgãos da administração superior; o regime didático; a pesquisa; a extensão; o planejamento, coordenação, supervisão e execução das atividades universitárias e seus corpos docente e discente.

Seu capítulo III, art. 8º definia ser de responsabilidade da Reitoria a superintendência, a coordenação e a fiscalização das atividades da Instituição,

⁵ Este regimento está vinculado ao Estatuto aprovado em 1968. Um novo regimento foi aprovado em março de 2010 no Consuni, com base no Estatuto aprovado em 2009 (UFBA, 2009).

dispostas em seis categorias de serviços, sendo a segunda categoria referente ao serviço de ensino, pesquisa e extensão. A definição da política dessa categoria era atribuição do serviço de planejamento e orçamento em colaboração com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), a quem competia determinar as diretrizes do planejamento nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

O serviço de ensino, pesquisa e extensão era responsável pela execução de sua política e pela contratação, utilização e aprimoramento de seu corpo docente, bem como pela organização e gerenciamento do programa editorial da UFBA. Segundo o título IV, art. 106, a pesquisa tinha que ser encarada na instituição como função autônoma, mas o art. 107 que tratava de forma direta da comunicação da produção científica, determinava como incentivos à pesquisa: “f) divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em suas unidades; g) promoção de congressos, simpósios e seminários para estudo e debates de temas científicos.” (UFBA, 1997a, p. 41).

O capítulo IV do Regimento, seção III, vinculava produção científica à admissão de docentes. Discorria sobre a prova de habilitação à livre docência, definindo, no artigo 99, que, no julgamento do *curriculum vitae*, um dos itens da prova de habilitação, a qualidade e continuidade da produção intelectual eram particularmente analisadas. Essa produção, no entanto, somente poderia ser qualificada se avaliada por pares, ou seja, se comunicada. Na mesma linha, para julgamento de concursos para ingresso na carreira do magistério superior, a produção científica produzida e publicada, além de obras de arte com valor e originalidade reconhecidos, eram consideradas títulos científicos, artísticos ou literários (Capítulo II, artigo 156).

Em março de 2010 um novo Regimento foi aprovado (UFBA, 2010a). Seu capítulo III trata da pesquisa, da criação e da inovação. O artigo 84 define que haverá estímulo por parte da universidade para a pesquisa, criação e inovação de diversas formas, dentre elas pela divulgação de resultados de projetos finalizados e pela promoção de eventos e participação em iniciativas de mesmo caráter em outras instituições. Isso demonstra uma preocupação da instituição com a divulgação de sua produção científica. O capítulo 86 indica a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação pela coordenação, com garantia de divulgação, de programas institucionais de fomento e intercâmbio científico, artístico e tecnológico, assim como pela manutenção de sistemas de informação que possibilitem

acompanhamento, avaliação e divulgação dos programas, linha e projetos desenvolvidos pela universidade no âmbito da pesquisa, criação e inovação.

O *Regimento do Conselho Universitário*, de novembro de 1995, determina, dentre suas competências, a formulação de diretrizes bem como a deliberação sobre políticas acadêmicas gerais da instituição, desde que ouvido o Conselho de Coordenação. Também é de sua competência a aprovação de políticas de pessoal e outras relativas à modernização administrativa, mas nada explícita em relação à comunicação da produção científica (UFBA, 1995e).

No Regimento do Conselho de Coordenação, de setembro de 1969, dentre suas atribuições, destaca-se: fixação de diretrizes gerais dos programas de pesquisa e extensão com a indicação de áreas prioritárias; promoção da articulação entre suas unidades e órgãos em projetos de pesquisa e extensão; e deliberações sobre assuntos relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, sobretudo em graus de curso (UFBA, 1969).

Entre suas atribuições está também o estabelecimento de normas e diretrizes referentes a: a) recrutamento, seleção, admissão, promoção e habilitação de alunos; b) regime didático; c) instalação e funcionamento de cursos; d) recrutamento, seleção e regime de trabalho do pessoal docente. O Conselho deve ainda conferir prêmios, visando estimular e recompensar as atividades universitárias e realizar outras atividades, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, visando supervisioná-las e coordená-las.

Compete ainda ao Consepe a responsabilidade de orientar a atividade de pesquisa, bem como coordenar os cursos de pós-graduação, conforme o art. 63 do capítulo III do *Regimento Geral*. Dessa forma, cabe-lhe elaborar regulamentos e instruções, aprovar a programação geral anual da pós-graduação, apreciar propostas de cursos, além de fiscalizar a execução deles após autorização de funcionamento. Sendo grande parte das pesquisas realizada nos programas de pós-graduação (Mestrados e Doutorados) é no âmbito do Consepe que uma política para orientar a comunicação da produção científica deve ser criada.

Em sentido mais amplo, a Portaria n. 2.759 (UFBA, 1993), emitida pelo reitor, em 4 de novembro de 1993, designava um grupo de professores para compor uma comissão de trabalho com a finalidade de esboçar um documento com subsídios para a elaboração de uma Política de Comunicação na UFBA. A comissão foi instalada dias depois e, ainda em dezembro de 1993, entregou o documento

Subsídios para uma Política de Comunicação da UFBA (NASCIMENTO et al., 1993). O documento foi estruturado em três partes: introdução, pré-diagnóstico e propostas emergenciais. A introdução faz uma abordagem conceitual a respeito da visibilidade da Instituição; o pré-diagnóstico identifica e avalia a situação da infraestrutura (instalações, equipamentos e recursos humanos) de órgãos relacionados a ações de comunicação como a Pró-Reitoria de Extensão, a Assessoria de Imprensa, o Centro Didático e Editorial e a Faculdade de Comunicação; e a terceira parte traça propostas emergenciais.

Em abril, o documento foi encaminhado pelo reitor Felipe Serpa aos conselhos superiores para análise e emissão de parecer. Nesta etapa foi sugerida e aceita a formação de uma comissão, tendo a reitora em exercício, Maria Gleide Santos Barreto, constituído uma Comissão Mista para elaborar a proposta de Política de Comunicação da UFBA. Esta Comissão elaborou a proposta com diretrizes, estrutura geral, propostas de execução imediata e recomendações finais.

Em 18 de agosto de 1994, um parecer foi dado a favor do projeto de elaboração de uma política, recomendando-se que a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, juntamente com a Procuradoria Jurídica, fizesse a análise, e preparasse uma proposta de recursos e procedimentos necessários à institucionalização e funcionamento da Política de Comunicação da UFBA. O Conselho Universitário a aprovou em 17 de novembro de 1994, por maioria, com as alterações sugeridas em plenário, mas nunca foi posta em prática.

Percebe-se, dessa forma, que, na esfera do estabelecimento de regras em sentido mais amplo, a UFBA possui um conjunto de medidas legais que considera como fins da instituição a criação e divulgação do conhecimento científico, cultural e tecnológico. Embora indique claramente competências e finalidades de seus órgãos responsáveis pela construção de diretrizes para a pesquisa e até tenham sido registradas medidas em sentido estrito, na prática não são rigorosamente aplicadas. Além disso, fica claro neste nível de regulamentação que a produção intelectual é um importante indicador de avaliação docente para admissão.

- Normas complementares

As Normas Complementares para Cursos de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) na UFBA foram aprovadas pela Câmara de Ensino de Pós-Graduação e

Pesquisa em julho de 1998 e servem para orientar o funcionamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (UFBA, 1998). Esses cursos são criados com foco na formação de recursos humanos de alto nível e, para sua aprovação, dependem, em primeira instância, da avaliação interna da Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa do Consepe antecedida do acompanhamento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), por meio de um projeto já aprovado em plenário pelo departamento proponente do curso. Em segunda instância dependem da avaliação da CAPES.

Além de tratar dos objetivos e da estrutura de funcionamento dos cursos de pós-graduação e da admissão e transferência de estudantes, o seu capítulo IV aborda o regime didático. No que diz respeito à comunicação da produção científica, seu artigo 19 estabelece a concessão de créditos por publicações ou apresentações de trabalhos científicos ou obras de arte. São considerados para tal a produção dos cinco anos mais recentes do estudante e a solicitação deve ser encaminhada para deliberação no colegiado do curso. O parágrafo 2º desse mesmo artigo estabelece os limites de créditos para substituição de disciplinas e o parágrafo 3º indica que fica a critério do colegiado o número de créditos a serem concedidos, desde que sejam considerados o mérito da produção e a qualidade do veículo de divulgação. O parágrafo 5º define que o regimento interno de cada curso deve expor os critérios de avaliação da produção a ser aproveitada.

O artigo 17, que define os componentes curriculares – disciplinas, atividades curriculares e trabalhos de conclusão – dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* flexibiliza a entrega do trabalho de conclusão no que se refere à forma. Ele expõe que se admite, em lugar do projeto de dissertação ou de tese, trabalho de conclusão equivalente, conforme o *Regimento Geral da UFBA* e o Regimento Interno do curso, segundo definição do colegiado.

O proposto pelo artigo 19 das normas complementares é um efetivo incentivo para o discente, uma vez que permite que seu esforço de publicação de artigos seja revertido em seu benefício, no adiantamento do curso, caso deseje. De toda forma, tanto o artigo 19 quanto o 17 constituem-se em dispositivos que podem ser utilizados para elevar a produção do programa e, conseqüentemente, sua nota na avaliação da CAPES, uma vez que produção científica do corpo discente é um dos itens da ficha de avaliação.

- Admissão e alocação de vagas

Tal como estabelecido pelo artigo 12 do Decreto n. 94.664/87 (BRASIL, 1987), a admissão de docentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deve ser feita após aprovação em concurso público de provas e títulos. Nesse sentido, foram localizadas duas resoluções do Conselho de Coordenação⁶ da UFBA que regulamentam esse artigo: as de número 1/89 (UFBA, 1989b) e 7/89 (UFBA, 1989c). A primeira trata de normas para a realização de concursos para professores auxiliares e a segunda dispõe sobre a indicação de professores visitantes. Ambas, atendendo o exposto no art. 12 do decreto, valorizam a produção intelectual publicada.

A Resolução 1/89 (UFBA, 1989b) define a classificação dos títulos em: acadêmicos; científicos, artísticos e literários; didáticos e profissionais. Além disso, seu artigo 21 especifica o que é considerado para cada tipo de título; para o caso de títulos científicos, artísticos e literários, elege as publicações em livros, em periódicos, em anais de eventos científicos, canais preferenciais para a comunicação de resultados de pesquisa, bem como as obras de arte cujo valor e originalidade foram reconhecidos.

A Resolução 7/89 (UFBA, 1989c) dispõe sobre a indicação de professores visitantes. Seu art. 2º, parágrafo 1º, determina que o departamento solicitante qualifique tanto os títulos acadêmicos quanto a produção intelectual e a experiência profissional.

Além de analisar resoluções que definem as normas para ingresso na carreira de magistério superior, considerou-se importante também verificar as normas e critérios estabelecidos na UFBA para alocação de vagas. Para tanto, foram consultadas as seguintes Resoluções do Consepe: n. 1/95 (UFBA, 1995a) – reformulou as de n. 1/93 e 1/94 – a de n. 5/95 (UFBA, 1995b) – alterou a n. 1/95 –, e a de n. 5/05 (UFBA, 2005b) – revogou a 1/95, 5/95 e 2/97.

A análise da Resolução n. 1/95 (UFBA, 1995a), posteriormente revogada, foi mantida por constituir-se em importante contraponto na comparação com a resolução em vigor, a n. 5/05 (UFBA, 2005b). Ela estabelecia, em seu art. 2º, para sua aplicação, uma terminologia e conceituação que demonstrava a importância

⁶ O atual Consepe era anteriormente chamado de Conselho Superior de Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão, resumidamente, Conselho de Coordenação.

atribuída à publicação da produção científica e à sua comprovação, dentre as quais destacam-se:

- produção acadêmica – “[...] toda produção científica publicada ou passível de comprovação” (UFBA, 1995a, p. 4);
- produção artística – “[...] idealização e execução de projeto artístico apresentado publicamente, passível de comprovação” (UFBA, 1995a, p. 4);
- coeficiente de produtividade – “[...] relação entre a produção acadêmica e/ou artística do departamento e o número de docentes efetivamente envolvidos na atividade de pesquisa” (UFBA, 1995a, p. 6).

Essa resolução instituiu ainda o Sistema de Avaliação do Desempenho Departamental para a definição da alocação de vagas, com base em informações fornecidas pelo departamento, ao solicitar a vaga. Esse sistema era estruturado em dois níveis: habilitação e qualificação. O nível de habilitação era utilizado para verificar a necessidade de vagas de docentes e o nível de qualificação para caracterizar o perfil do departamento solicitante, de acordo com uma avaliação de seu desempenho global, que considerava, dentre outros itens, a participação em pesquisa e a natureza da produção acadêmica.

A resolução determinava detalhadamente, em seu anexo, como os valores para a aferição dos pontos dos departamentos deveriam ser atribuídos em cada item da avaliação. Para aferir os pontos relacionados ao item participação em pesquisa, conforme o art. 8º do anexo da resolução, considerava-se como indicador

[...] relação entre o número de docentes efetivamente envolvidos em pesquisa e o número total de docentes lotados no departamento em regime de 40 Horas e de Dedicção Exclusiva, e pela relação entre a produção científica e/ou artística do departamento e número total de docentes lotados no departamento em regime de 40 Horas e de Dedicção Exclusiva. (UFBA, 1995a, p. 18-19).

No caso do item “natureza da produção científica”, de acordo com o art. 11 do anexo, o cálculo para aferição de pontos era realizado com base numa relação entre o número total de publicações P1, P2 e P3 e o número de docentes em regime de 40 horas e de DE. O parágrafo 1º define o que se considerava como publicações P1, P2 e P3:

Do tipo P1 a produção acadêmica publicada na forma de livro se por editora com conselho editorial, como do tipo P2 Artigo Científico publicado em periódico especializado, Capítulos de livros e Trabalhos apresentados em Congressos Internacionais e Nacionais com publicação de Anais: como do tipo P3 Trabalhos apresentados em seminários internacionais e nacionais, Artigos em jornal, Palestras, Conferências e Traduções. (UFBA, 1995a, p. 20).

Tal era a importância desse item, que a produção científica era qualificada de acordo com o canal de comunicação utilizado. Essa classificação, porém, poderia beneficiar determinadas áreas do conhecimento, uma vez que existem variações entre elas com relação ao canal de comunicação preferencial.

Na Resolução n. 5/95 (UFBA, 1995a), que altera a Resolução n. 1/95 (UFBA, 1995b), foi inserido, no art. 11 do anexo I, um parágrafo para tratar da produção de natureza artística. Já a Resolução n. 5/05 (UFBA, 2005b), além de revogar as anteriores, que tratam da alocação de vagas na universidade, utiliza nova nomenclatura e altera o funcionamento do Sistema de Avaliação do Desempenho Departamental, que tinha como base as informações fornecidas pelos departamentos. Esse sistema passou a utilizar as informações fornecidas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Extensão, desde que registradas no Sistema de Informações sobre a Produção Docente (SIDOC)⁷, além de informações da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas. O principal indicador desse sistema, no entanto, continua sendo produtividade.

O Sistema de Avaliação continua estruturado nos níveis de habilitação e qualificação. Seus itens de avaliação no nível da qualificação, entretanto, foram modificados para: participação em atividades de ensino, participação em atividades de pesquisa (considerando-se produção bibliográfica, artística e/ou técnica), participação em atividades de extensão e participação em administração universitária. Em consequência, também o cálculo da produção acadêmica foi alterado. Objetivando a caracterização do perfil do departamento habilitado o parágrafo 1º do art. 6º define que

A qualificação do Departamento será expressa pela sua posição relativa aos demais Departamentos habilitados, nas proporções de 50% para participação em Atividades de Ensino, 35% para participação em Atividades

⁷ O Sidoc é uma plataforma gerida pela Superintendência Acadêmica da UFBA que visa ao registro e a disponibilização de informações sobre o que os docentes da instituição produzem.

de Pesquisa (produção em atividade bibliográfica, artística e/ou técnica), 10 % para participação em Atividades de Extensão e 5% para participação em Atividades de Administração Universitária. Para tanto, serão outorgados 500 pontos ao Departamento com maior pontuação em Atividades de Ensino, 350 pontos ao Departamento com maior pontuação em Atividades de Pesquisa (produção em atividade bibliográfica, artística e/ou técnica), 100 pontos ao Departamento com maior pontuação em Atividades de Extensão e 50 pontos ao Departamento com maior pontuação em Atividades de Administração Universitária. Os demais Departamentos serão pontuados proporcionalmente a estes, em cada segmento. (UFBA, 2005b, p. 2).

A alocação de vagas na UFBA baseia-se exclusivamente na produtividade dos departamentos, em atividades de ensino, pesquisa, extensão ou administração universitária. Vale ressaltar, porém, que a atividade de pesquisa, que engloba a produção científica, representa o segundo maior peso, evidenciando assim a produção científica como indicador importante para aferição de desempenho departamental. Na concorrência a vagas entre os departamentos, as atividades de ensino têm maior peso na definição e, em casos de empate, conforme parágrafo 2º do art. 6º, terá prioridade aquele que atingir maior pontuação absoluta nas atividades de ensino. Persistindo o empate, terá prioridade o departamento com maior pontuação absoluta nas demais atividades: pesquisa, extensão e administração universitária. A admissão de docentes também utiliza como principal indicador a produção científica.

- Regime de Trabalho

A Resolução 6/95 do Consepe (UFBA, 1995c), que disciplinava o Regime de Trabalho dos docentes da UFBA, apresentava quatro capítulos com vistas a distribuir a carga horária semanal dos docentes e acompanhar as atividades por eles realizadas. Para tanto, definia, numa lista, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, na qual ficava claro que a comunicação de resultados de pesquisa era uma das atividades desempenhadas pelos docentes, fosse na elaboração de livros didáticos, artísticos ou científicos, como expressa o inciso XVII do art. 2º, fosse participando de eventos, conforme o inciso XVIII do mesmo artigo.

Além disso, a resolução abordava os critérios de distribuição da carga horária para os regimes de 20 horas, 40 horas e Dedicção Exclusiva, indicando que todas as atividades realizadas pelos docentes fossem demonstradas no preenchimento de um Programa Individual de Trabalho (PIT), anualmente, para posterior

compatibilização com o Plano de Trabalho do Departamento (PTD).⁸ A resolução estabelecia ainda que a Superintendência Acadêmica (Supac) ficaria responsável por atualizar o banco de dados único com as atividades desenvolvidas pelos docentes da UFBA. Essas atividades deveriam ser acompanhadas pelos respectivos departamentos por meio dos PITs e dos Relatórios Individuais de Trabalho (RITs), sendo também utilizados como subsídio para a avaliação de desempenho docente, a ser julgado, em última instância, pela CPPD.

A Resolução n. 6/95 (UFBA, 1995c) deixava a cargo do docente a informação de suas atividades, de acordo com sua carga horária. Seu acompanhamento era atribuição do departamento, servindo de parâmetro para avaliação de seu desempenho. Mas essa avaliação, feita pelo departamento, precisava ser aprovada em plenário e encaminhada à CPPD para verificação. Ela servia de base para a concessão de progressão funcional, de afastamento ou ainda de mudança no regime de trabalho. O artigo 18 dessa resolução informava a posterior criação, em resolução, de um Programa de Avaliação Institucional da UFBA.

Ainda no reitorado de Felipe Serpa, nova resolução foi baixada, visando alterar a Resolução n. 6/95, especificamente o artigo 17 do capítulo IV. A alteração colocada pela Resolução n. 3/97 (UFBA, 1997c) refere-se à criação de uma Comissão Acadêmica de Pesquisa para avaliar as atividades de pesquisa e a produção acadêmica dos docentes, o que indica preocupação com a questão da produtividade, já que os pareceres dessa Comissão serviriam de subsídio à avaliação de desempenho do docente, pelos departamentos, para pareceres da CPPD e deliberações da PRPPG sobre apoio à atividade de pesquisa.

Em 22 de agosto de 2009 foi apresentada pelo Consepe uma proposta de minuta de nova resolução para regulamentar, além do regime de trabalho, o quadro permanente, bem como o planejamento das atividades dos docentes. Nessa proposta, os tipos de regime continuam inalterados, conforme a Resolução 1/06,⁹ e nada acrescenta no que se refere à comunicação da produção científica (UFBA, 2009d).

⁸ Em desuso já há alguns anos.

⁹ Com a Resolução n. 1/06 (UFBA, 2006a) cria-se um terceiro regime de trabalho e uma nova nomenclatura: o regime DE, significando tempo integral de 40h semanais de trabalho com dedicação exclusiva; o regime TI, significando tempo integral de 40h semanais de trabalho; e o regime TP de 20h semanais de trabalho, referindo-se a tempo parcial. Nessa resolução fica estabelecido que as unidades e departamentos devem assegurar um mínimo de 50% de seu corpo docente com regime de DE, já que estabelece, em seu artigo 3º, que é atribuição dos docentes aí enquadrados as atividades de gestão acadêmica e administrativa universitária, podendo os docentes em regime de TI executá-las. A resolução estabelece ainda critérios para alteração de regime de trabalho.

Das resoluções analisadas nesse grupo, as de número 6/95 (UFBA, 1995c) e 3/97 (UFBA, 1997c) trazem maior relação com a comunicação da produção científica. A primeira orienta a distribuição da carga horária dos docentes e define quais atividades são de sua competência, incluindo entre as atividades de pesquisa a comunicação dos resultados. A segunda constitui-se numa ação voltada para avaliar as atividades de pesquisa e produção acadêmica para subsidiar decisões de outros órgãos responsáveis pela pesquisa na UFBA.

- Progressão funcional

Nesse grupo foram analisadas as resoluções n. 4/89 (UFBA, 1989a), 2/96 (UFBA, 1996), 3/06 (UFBA, 2006b) e 1/07 (UFBA, 2007), que dispõem sobre a progressão funcional dos docentes. A resolução n. 4/89 (UFBA 1989a), que regulamenta o Decreto n. 94.664/87, foi aprovada tanto pelo Conselho de Coordenação quanto pelo Conselho Universitário (Consuni) em diferentes sessões. Ela estabelece que a progressão tem por base dois critérios básicos: titulação e desempenho. Seu artigo 3º estabelece que a análise do critério desempenho observa 16 elementos, dentre os quais cinco, quase um terço, são relacionados à produtividade e à comunicação dessa produção:

m – bolsas de estudo e de pesquisa conferidas por instituições de formação de recursos humanos e de fomento à pesquisa, bem como de intercâmbio cultural de alto nível;
 n – produção científica, literária ou artística, consistindo em publicações em livros ou periódicos especializados ou outros meios, assim como teses, monografias e trabalhos escritos apresentados em reuniões científicas e realização de obras de arte de reconhecido valor e originalidade;
 o – autoria de textos didáticos e de divulgação científica;
 p – participação em eventos científicos, técnicos ou artísticos, relacionados com a área específica do docente, em que houver participação oficial em mesas redondas, debates ou apresentação de trabalho;
 q – prêmios científicos, literários ou artísticos conferidos por instituições de reconhecido valor. (UFBA, 1989a, p. 2-3).

Seu artigo 9º, no entanto, somente foi regulamentado sete anos após ter sido aprovada a resolução. Na época de sua aprovação havia uma indicação de que os critérios de avaliação, bem como as escalas para contagem de pontos seriam propostos pela CPPD com base em sugestões por ela solicitadas aos departamentos,

mas dependente de aprovação somente pelo Conselho de Coordenação, o que ocorreu com a determinação da Resolução n. 2/96 (UFBA, 1996).

O art. 3º dessa resolução estabelece ainda as seguintes categorias e respectivas atividades docentes, a partir das quais são aferidos pontos: ensino, extensão, pesquisa e produção acadêmica, administrativas e capacitação profissional. Seu parágrafo 3º indica os limites para aferir pontuação aos itens relacionados à pesquisa e à produção acadêmica:

- a – a publicação de artigo em periódico especializado (nacional ou estrangeiro) na área de atuação do docente, corresponderá a 10 pontos por publicação;
- b – a autoria ou co-autoria de livro especializado, na área de atuação do docente, corresponderá a 20 pontos por publicação;
- c – a publicação de trabalhos completos em anais de congresso ou simpósios, suplementos de periódicos ou cadernos especiais de jornais, na área de atuação do docente, corresponderá a 05 pontos por publicação. No caso de resumos estes corresponderão a 01 ponto por publicação;
- d – o Trabalho de Conclusão de aluno de Pós-Graduação do docente, devidamente aprovado de acordo com as normas do curso, corresponderá à seguinte pontuação: Tese de Doutorado concluída 05 pontos, Dissertação de Mestrado concluída 03 pontos e Monografia de Especialização concluída 01 ponto;
- e – proferir palestras, seminários, conferências, participar de mesas redondas, etc. corresponderá a 01 ponto por atividade, até o máximo de 10 pontos;
- f – a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa referentes a atividades de pesquisa registradas na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa corresponderá a 02 pontos por atividade, até o máximo de 10 pontos;
- g – a coordenação de projetos de pesquisa registrados na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa corresponderá a 02 pontos e a participação como pesquisador a 01 ponto por atividade, até o máximo de 03 pontos;
- h – obras artísticas e científicas, na área de atuação do docente, premiadas, corresponderão a 10 pontos;
- i – a produção científica ou artística fora da área de atuação do docente corresponderá a um máximo de 10 pontos. (UFBA, 1996, p. 2).

As resoluções 3/06 (UFBA, 2006b) e 1/07 (UFBA, 2007), aprovadas pelo Consepe, tratam especificamente da progressão funcional da classe de Professor Adjunto para a classe de Professor Associado. Ambas, no art. 1º, expõem as condições para progredir para o nível 1 da classe de Professor Associado, sendo uma das condições a aprovação em avaliação de desempenho acadêmico. O art. 2º aborda com maior detalhe, nas duas resoluções, questões sobre a avaliação para a progressão: serão avaliadas as atividades que o docente desenvolveu no período em que esteve no nível IV, como Professor Adjunto; as atividades são pontuadas para a avaliação com base em limites estabelecidos pela Resolução 2/96, a partir, no entanto, de categorização diferente: atividades de ensino, atividades de

extensão, atividades de pesquisa e produção acadêmica e atividades administrativas e de representação.

Com as resoluções relacionadas à progressão funcional, percebe-se que o indicador de maior peso para a avaliação docente é a produtividade científica, estritamente vinculada à quantificação, de forma a tornar a avaliação mais objetiva. Nelas são estabelecidos critérios e limites de pontuação dessa produção a serem observados pelo docente solicitante, no momento de requerer a progressão junto ao departamento. A concessão, entretanto, dependerá de avaliação dos órgãos competentes.

- Avaliação do desempenho docente

Nesse grupo foram localizadas duas resoluções: a de n. 9/89 (UFBA, 1989d), aprovada tanto pelo Consuni quanto pelo Consepe, e a de n. 3/99 (UFBA, 1999b), aprovada pelo Consepe. A Resolução n. 9/89 (UFBA, 1989d) atende ao Decreto n. 94.664/87 (BRASIL, 1987), que estabelece, em seu art. 11, que toda IFES deve ter uma CPPD, com o objetivo de fornecer assessoria ao reitor e ao Conselho de Coordenação quanto à elaboração e acompanhamento da política de pessoal docente.

Essa assessoria prevê a aprovação dos planos departamentais de trabalho, a análise do planejamento dos programas de qualificação acadêmica, a determinação da política de todo o pessoal docente, a implantação do processo de acompanhamento e avaliação das atividades do magistério, entre outras. Dessa forma, é essa comissão que tem a responsabilidade de julgar modificações no regime de trabalho dos docentes, o desempenho para a progressão funcional, a ascensão por titulação, as solicitações de afastamento, as dispensas, as exonerações e a necessidade de admissão. Nesse sentido, a atuação da CPPD está diretamente vinculada a determinações que consideram a produção científica do corpo docente da instituição.

A Resolução n. 3/99 (UFBA, 1999b), apesar de não estar em vigor, foi mantida na análise por estabelecer critérios de avaliação de docentes e associar estímulo à produção científica e à carreira universitária. Ela tratava da avaliação do desempenho dos docentes para pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência na UFBA, atendendo ao art. 1º do Decreto n. 2.668/98 e às orientações da

Comissão Nacional de Acompanhamento e Orientação de Estímulo à Docência. Instituiu critérios e procedimentos para avaliar o desempenho dos docentes no ano de 1999. O art. 2º estabelecia como documento base para a avaliação de desempenho o RIT; sua não apresentação tinha como consequência a exclusão do docente do processo de avaliação.

Para Belloni (1999, p. 3), a GED caracterizou-se como um novo processo de implementação de política salarial, usando um procedimento “[...] dito de ‘avaliação qualitativa’, talvez adequado aos moldes típicos de uma concepção meritocrática de avaliação, mas certamente baseado em modelos clássicos de remuneração por tipo e número de tarefas”. Consoante a autora, a GED apresentava duas dimensões: “[...] uma, a de se constituir em aumento, ainda que pequeno, de salário; outra, a de introduzir um novo fator de diferenças salariais entre docentes, por tipo de atividade desempenhada [...]” (BELLONI, 1999, p. 3).

De acordo com o art. 6º, as atividades docentes para a avaliação eram classificadas nos seguintes grupos: atividades de ensino; produção intelectual; atividades de pesquisa e extensão; de qualificação; administrativas e de representação; outras. Seu art. 12 determinava critérios e limites, com base em pontuação proposta pela Comissão Institucional de Avaliação do Desempenho Docente (CIADD)¹⁰ e aprovada pelo Conselho de Coordenação para o processo de avaliação, sendo considerado para a produção intelectual o limite de até 60 pontos. A pontuação proposta para as atividades de todos os grupos, no entanto, estava vinculada ao alcance de um mínimo de 80 pontos em atividades de ensino, conforme parágrafo único do art. 12. Ou seja, caso o docente não alcançasse 80 pontos em atividades de ensino, não teria pontuação em outras atividades.

Outras resoluções foram estabelecidas pelo Consepe também com a finalidade de tratar dos critérios e procedimentos para a avaliação docente para pagamento da GED, a exemplo da resolução 4/01 (UFBA, 2001) e da 2/02 (UFBA, 2002). Estas, no entanto, não foram consideradas para análise por não apresentarem alterações significativas. Sua vinculação com o objeto desta pesquisa está não somente no fato de a produção científica e atividades de pesquisa fazerem

¹⁰ Seu art. 4º define que é atribuição do reitor a designação de 11 docentes que tenham preferencialmente o título de doutor para compor a CIADD a ser criada para a emissão de parecer a respeito do processo de avaliação dos docentes, o qual deve ser encaminhado ao Reitor por meio de um relatório conclusivo, dele constando a pontuação e o valor de pagamento da gratificação aos professores da UFBA.

parte dos grupos de atividades docentes avaliadas, mas também por ter sido uma política de estímulo à produção de forma remunerada, uma vez que existe uma discussão sobre a remuneração de docentes pelo investimento em pesquisa, pelo esforço intelectual.

- Aperfeiçoamento profissional

As resoluções tratadas nesta categoria são também regulamentações do Decreto n. 94.664/87. Apesar de não estarem todas em vigor foram consideradas para análise pelo caráter de estímulo ao aperfeiçoamento profissional, vinculada à produção de seu corpo docente.

A Resolução n. 2/90 (UFBA, 1990a), aprovada por ambos os Conselhos em sessão conjunta, instituiu a licença sabática (afastamento do docente para estudo ou aperfeiçoamento técnico-profissional) por seis meses, com direito a percepção de remuneração tanto a professores do magistério superior das classes titular, adjunto e assistente quanto a professores do magistério de 1º e 2º graus das classes D e E. Para ter direito à licença, no entanto, a resolução estabelecia como uma das condições: demonstração de vínculo com a necessidade de aperfeiçoamento profissional, que devia ser encaminhada ao departamento, conforme o art. 2º e comprovada com:

- A – plano de trabalho e documento comprobatório de aceitação ou convite da instituição onde será desenvolvido;
- B – projeto de pesquisa e/ou extensão de qualquer natureza;
- C – projeto de produção filosófica, científica, artística ou literária.

A Resolução n. 4/90 (UFBA, 1990b) com aprovação do Consuni, ouvido o Conselho de Coordenação, dispõe sobre o afastamento de docentes. Seu artigo 1º determina a concessão, ao pessoal docente, de afastamento das funções desempenhadas com garantia de direitos e vantagens para, dentre outros casos, a participação em eventos científicos ou reuniões que sejam relacionadas às funções acadêmicas por ele desempenhadas. O afastamento para a participação em eventos não está vinculado à apresentação de resultados de pesquisa, mas é de grande relevância para a instituição, porque se trata de aperfeiçoamento profissional estimulando o contato do docente entre seus pares.

A Resolução n. 2/91 (UFBA, 1991, p. 1), aprovada pelo Consuni, ouvido o Conselho de Coordenação, institui a *Política de Pessoal Docente*, com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar e valorizar de forma constante seus docentes. Para alcançar esse objetivo, a política propõe estimular, de acordo com o parágrafo 1º do art. 1º, no que se refere à comunicação científica “d) a participação em encontros, seminários e congressos, regionais, nacionais e internacionais” bem como o que se destaca na alínea e: “[...] publicação e divulgação de trabalhos”.

Com base no parágrafo 2º do artigo 1º, esse estímulo consiste em:

[...] liberar total ou parcialmente da carga de trabalho os professores em processo de capacitação, como conceder facilidades tipo ajuda de custo, diárias e custeio de viagens; melhoria e ampliação da infra-estrutura de pesquisa compreendendo bibliotecas, laboratórios, instalação dos campi, entre outros e financiamento de publicações e eventos relacionados com atividades de ensino, pesquisa e extensão. (UFBA, 1991, p. 2).

Além disso, a UFBA, conforme abordado no artigo 15 dessa mesma resolução, compromete-se a ampliar e a destinar o fundo de financiamento à pesquisa àqueles grupos que realizam pesquisas em temas que as agências de fomento não priorizam, tornando-os desfavorecidos na captação de recursos externos. Os grupos devem, no entanto, possuir mérito incontestável, podendo já ser consolidados ou emergentes.

A política de estímulo à capacitação docente é coerente com as necessidades para a atuação desse profissional, pois o contínuo aperfeiçoamento é inerente aos docentes na sua responsabilidade de transmissão de conhecimento. A licença ou afastamento, seja para curta ou longa temporada, deve ser vista como algo que se reverte em benefício para a instituição, porque o diálogo entre pares permite o fortalecimento de competências. O art. 15 da *Política de Pessoal Docente* demonstra grande comprometimento com o desenvolvimento de pesquisas na instituição, o que valoriza os esforços de seu quadro de pessoal vinculado à pesquisa.

- Apoio financeiro

Para esse grupo foram consideradas duas resoluções: a 3/95 (UFBA, 1995d) e a 4/99 (UFBA, 1999a), ambas aprovadas pelo Consuni; a primeira teve sua aplicação suspensa. Ela tratava do custeio e das indenizações de despesas com

viagens, uma vez que considerava, dentre vários outros aspectos, ser do interesse da UFBA “[...] a divulgação dos produtos das atividades acadêmicas de seus docentes;” (UFBA, 1995d, p. 1). Dentre os critérios normativos para a aplicação dessa resolução, destaca-se, em seu art. 2º, a hipótese II, que estabelecia que diárias e passagens, respeitados os prazos de solicitação, somente poderiam ser concedidas ao servidor, “[...] para participar em congresso ou evento similar para apresentação de trabalho de caráter técnico, cultural, científico ou artístico, desde que formalmente comprovada a participação;” (UFBA, 1995d, p. 2). Ou seja, a concessão do auxílio, diferentemente do expresso na Resolução n. 4/90 (UFBA, 1990b), aparecia vinculada à comunicação de trabalhos.

O artigo 5º da Resolução 3/95 (UFBA, 1995d) definia que, ao retornar, o docente que recebeu auxílio com passagens e/ou diárias deveria apresentar um relatório ao departamento, anexando o comprovante de sua participação no evento além de cópia do trabalho apresentado. No caso de participação em eventos científicos fora do país, ficava clara a falta de condição da instituição de apoiar a divulgação de trabalhos no seu art. 6º, ao orientar que a solicitação de auxílio fosse encaminhada a agências de financiamento, desde que observados os prazos legais para pedido de afastamento do país. Conforme o art. 7º, para o caso de os docentes da UFBA receberem convites para coordenação de trabalhos ou eventos, realização de palestras e análogos, as despesas com viagens deveriam ser cobertas pela instituição que fez o convite.

A Resolução n. 4/99 (UFBA, 1999a, p. 1), aprovada pelo Consuni, estabelece a política de apoio, orientação e assistência estudantil. Em seu anexo II, Capítulo II, o art. 7º determina que é atribuição do Programa de Acompanhamento Acadêmico “[...] incentivar a participação do estudante em cursos, seminários e congressos de caráter técnico-científico e profissionalizantes”. Percebe-se, dessa forma, que a concessão de auxílio, ainda que não esteja vinculada à produção científica, revela uma preocupação por parte da instituição em apoiar a qualificação não só dos docentes.

Assim, observa-se que a UFBA estimula e valoriza, ainda que suas ações não se situem no plano ideal, a participação de docentes e discentes em eventos bem como afastamento para capacitação, entendendo que ações como essas divulgam não somente o produto de atividades nela desenvolvidas. Essas ações são importantes, sobretudo na atual conjuntura, para proporcionar-lhe visibilidade.

Além da pesquisa documental sobre regulamentações na UFBA para localização de uma política de comunicação de sua produção científica, foram feitas entrevistas com membros responsáveis pela pesquisa e pelo ensino de pós-graduação e do conselho editorial da Editora da UFBA. Analisando as falas dos membros da Câmara de Pós-Graduação e da PRPPG entrevistados, constatou-se que não há uma política formulada num único documento que oriente a comunicação da produção científica da UFBA. No entanto, os entrevistados se referem a existência de uma política indireta, provocada pela avaliação da pós-graduação, a necessidade de internacionalização das pesquisas e a dificuldade de elaboração de um documento pela heterogeneidade e especificidades da própria instituição e das áreas. Não obstante outros aspectos sejam apontados, esses três foram os mais recorrentes. Dentre esses, os dois primeiros demonstram que há insatisfação com esse sistema complexo, no qual a avaliação e o fomento são realizados pelo mesmo órgão.

Na visão de Ghiraldelli Júnior (2006), se essa instância avaliadora tem poder econômico, após a mensuração, ela premia ou pune, considerando o caráter meritocrático desses processos. Essa questão foi mencionada por cinco entrevistados:

Todo mundo reclama do julgamento da CAPES. Ela determina os critérios de avaliação e a gente tem que seguir esses critérios. É muito difícil fomentar algumas linhas de pesquisa, mas se a Pós não sobrevive sem a CAPES, a gente acaba tendo que aceitar [...] Pra CAPES o que vale é a publicação e divulgação em meios científicos nacionais e internacionais principalmente [...] A UFBA tem todas essas diretrizes gerais e tem seguido, claro, com o objetivo de aprovar sua Pós-Graduação na CAPES. (Membro da Câmara de Pós-Graduação).

No que se refere à necessidade de internacionalização das pesquisas, percebe-se uma grande preocupação em torno de ações que viabilizem o divulgação da produção científica na língua inglesa. Seis dos entrevistados apontam para a questão, argumentando que os periódicos brasileiros mais lidos e citados estão, também ou somente, publicados na língua inglesa. No nível da PRPPG, a questão torna-se mais explícita e também coerente com a preocupação da CAPES de lançar em seu site um curso de inglês à distância. Dentro das políticas que a PRPPG pretende adotar, planeja-se o Escritório Virtual de Apoio à Publicação com três frentes principais de atuação: a obtenção de habilidade na língua inglesa, a revisão

de textos em inglês, para facilitar a publicação em revistas, e o apoio à revisão de literatura.

No que concerne à citada revisão de textos em inglês, a estratégia é induzir a publicação de alto nível, reembolsando o pesquisador por meio das verbas do Programa de Apoio à Pós-Graduação da CAPES. Há um entendimento de que publicar em português é limitar o acesso ao conhecimento produzido no Brasil a falantes da língua portuguesa. Entretanto, atuar numa única direção pode ser um equívoco, pois é necessário observar quais os canais preferenciais de cada área e incentivar com equilíbrio a publicação neles e outras possibilidades advindas das tecnologias.

Além disso, um de seus membros está realizando um levantamento da produção científica indexada da UFBA de 1970 a 2008 em bases como ISI e Scopus e comparando com outras IFES e institutos de pesquisa, com o objetivo de saber quais as áreas estão produzindo mais e quais estão produzindo menos. Com isto, poderá identificar a área em que se tem mais competências e aquela em que será necessário desenvolver competências. O levantamento já foi apresentado à Câmara de Pós-Graduação e há um planejamento para se discutir com os coordenadores de programas individualmente.

Outros sete entrevistados apontaram elementos dificultadores para a elaboração de um documento para orientar a comunicação da produção científica da universidade. Os principais elementos referem-se à heterogeneidade e especificidade da instituição e das áreas. Um dos entrevistados, numa conexão entre os dois últimos pontos, declarou:

[...] os grupos, por iniciativa própria, tratam de disseminar sua produção científica, mas não de uma maneira coordenada. É setorial, é pontual e o retorno também acontece dessa maneira. Ou você publica em revistas nacionais muito boas, ou você publica mesmo em revistas estrangeiras, principalmente em inglês, por que é a língua de comunicação científica. (Membro da Câmara de Pós-Graduação).

O Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA foi citado uma vez como uma ação para a comunicação de resultados no âmbito da instituição, mas que recebe trabalhos de outras instituições de ensino locais e de outros estados, além de contar com a participação da CAPES e do CNPq, por meio de um comitê julgador. Percebe-se que, mesmo não havendo um documento único na instituição

para determinar objetivos e metas a serem alcançados, há o reconhecimento da necessidade de formulação de uma política que contemple a comunicação dos resultados de pesquisa.

Nenhum dos membros do Conselho Editorial da Edufba tem conhecimento de uma política da instituição que oriente a comunicação de resultados de pesquisa, determinando meios e metas a serem alcançadas. Um dos entrevistados se referiu a uma tentativa, na atual gestão (2006-2010), que ocorreu com a emissão de uma portaria definindo um grupo para discutir a política de comunicação na Universidade que, por meio da editora, contemplava a questão, mas não se reverteu num documento oficial e parece não ter ido adiante. Outro entrevistado se referiu ao encontro de pesquisadores da Universidade, ocorrido na década de 1980, que se configurava como parte de um projeto maior da UFBA, no qual cada unidade apresentava o que fazia dentro desse projeto maior.

A editora foi apontada como produto de uma política implícita de divulgação da produção científica e cultural da Universidade por quatro entrevistados. Todos eles indicaram que, no tocante a livros, várias ações têm sido realizadas, a editora tem uma política, um regimento, desenvolve suas coleções etc., mas esse trabalho de comunicação da produção científica é muito descentralizado. Um deles afirmou que a comunicação da produção científica na UFBA “[...] geralmente, ocorre através de publicação em periódicos, atingindo a universalidade tanto a nível nacional quanto internacional.” (Membro do Conselho Editorial da Edufba).

Tratando da criação de uma política na Instituição, voltada para a comunicação da produção científica, como dispensável e até uma duplicidade de esforços, um dos entrevistados argumenta:

[...] a Universidade atende, por exemplo, às determinações, às orientações da CAPES e do CNPq, que são órgãos que têm uma política muito clara de financiamento, porque são agências financiadoras e de publicação. Então a Universidade, como todas as universidades do Brasil, segue essas orientações e também às orientações das revistas internacionais. (Membro do Conselho Editorial da Edufba).

Outro entrevistado tem uma visão diferente e afirma que parece não haver na instituição uma política clara de estímulo à produção de trabalhos e periódicos de seus pesquisadores, porque

[...] é uma via que passa, me parece, pelo incentivo e pela recompensa pela pesquisa não é? E a UFBA é uma Universidade que, embora ela tenha de fato uma posição de destaque em termos de produção acadêmica no Norte/Nordeste, não só na Bahia, e até nacionalmente ela está muito bem colocada, a gente que vive a Instituição sabe que a distribuição do trabalho de pesquisa na Instituição é extremamente desigual. Você tem grupos que produzem bastante, mas tem uma quantidade significativa de grupos que não estão produzindo na mesma medida. E independentemente de querer acusar pesquisadores, eu acho que isso denota uma situação da falta de uma política que privilegie e premie a atividade de pesquisa da Universidade. (Membro do Conselho Editorial da Edufba).

Nesse sentido, uma política como essa deve ser criada e tem que considerar a diversidade e a heterogeneidade das áreas para divulgar e internacionalizar as pesquisas produzidas na instituição.

A entrevista também contemplou uma questão sobre orientações que a Câmara e a PRPPG fornecem aos programas de pós-graduação. Ainda que o art. 63 do capítulo III do Regimento Geral da Universidade (UFBA, 1997a) determine como funções do Consepe a coordenação dos programas de pós-graduação, a orientação da atividade de pesquisa e a formulação de regulamentos e instruções é recorrente na fala dos entrevistados a participação superficial da Câmara de Pós-Graduação nesse nível. Dos 12 entrevistados, 9 afirmam que a atuação da Câmara está mais direcionada para os trâmites do sistema universitário do que para discussões e geração de políticas.

No âmbito da PRPPG, um dos entrevistados afirmou que a Pró-Reitoria cobra dos programas foco na produção qualificada, conforme definido na área, o que demonstra que há uma preocupação no atendimento ao que a CAPES estabelece. Os entrevistados da Câmara explicitaram claramente que o espaço é de pouca discussão, em razão do atendimento a sua pauta de rotina:

Na Câmara de Pós-Graduação nós analisamos pilhas de processos, dentre os quais nós temos assuntos que envolvem os cursos de pós-graduação, com validação ou não desses cursos, prestação de contas, estímulo e apoio a eles, processos envolvendo revalidação de diplomas, processos vários. Estão em atividade, me disseram, mas eu não sei exatamente se o número é verdadeiro, que têm algo em torno de 400 processos para serem julgados na Câmara atualmente, o que significa um trabalho, eu diria, quase insano dos membros da Câmara, simplesmente para fazer análise desses relatórios. (Membro da Câmara de Pós-Graduação).

A Câmara está mais envolvida com questões burocráticas de referendar processos que são encaminhados a ela para parecer e, na verdade, não sobra tempo para discussão das políticas gerais, que é o que deveria ser. (Membro da Câmara de Pós-Graduação).

Em consequência da escassez de tempo para se levar a cabo discussões que contemplem a formulação de políticas e orientações, uma duplicação de esforços, que contribui para reduzir ainda mais a possibilidade de discussões nesse nível, é gerada. Muitos cursos são criados por iniciativa de pesquisadores sem embasamentos fundamentais da própria organização e essas iniciativas produzem uma coexistência de regras diferentes na mesma instituição que precisam ser reformuladas e ainda “[...] inseridas numa política geral de estímulo, de fomento à pesquisa, à geração do conhecimento e de sua disseminação”. (Membro da Câmara de Pós-Graduação).

Quatro dos entrevistados demonstraram pouca clareza a respeito dessa função de elaboração de regulamentos e instruções da Câmara e da PRPPG ou afirmaram desconhecer ações dessas intâncias nessa linha, tendo um dos entrevistados explicitado que entende que o objetivo de trabalho da Câmara não é este. Outros dois, no entanto, consideram a importância do apoio da CAPES, mas argumentam sobre a autonomia da universidade.

[...] embora a gente tenha de ser independente [...] na realidade tem que se guiar pelo que o CNPq e o que a CAPES, no caso, avalia. A instituição fica muito amarrada à avaliação da CAPES embora a gente tenha de ser independente, mas não adianta ser independente e chegar lá e não funcionar. (Membro da Câmara de Pós-Graduação).

Nesse sentido, é paradoxal a atuação das agências, especialmente da CAPES, porque acabam ultrapassando seus limites na execução das funções que lhe cabem.

A editora é uma das formas que a instituição tem para fazer divulgar sua produção. Sendo assim, os membros de seu Conselho Editorial foram questionados sobre a interação com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para o desenvolvimento de ações que propiciem maior visibilidade do que é produzido na Universidade. Nesse sentido, cinco dos entrevistados afirmaram que não houve, no período em que assumiram essa atividade acadêmica, nenhum tipo de consulta ao conselho. Sobre a questão, dois deles responderam o seguinte:

Nossa atividade é um pouco autônoma em relação a essas políticas da PRPPG e da Câmara porque nós trabalhamos basicamente com avaliação de originais que são encaminhados à Edufba. (Membro da Câmara de Pós-Graduação).

O que eu sinto lá do Conselho Editorial, eu acho que há um certo divórcio, digamos assim, e que deveria ser uma coisa mais inter-relacionada com a Pró-Reitoria de Coordenação. (Membro da Câmara de Pós-Graduação).

No entanto, partiu da Pró-Reitoria um convite à editora para a realização de uma palestra aberta à comunidade da UFBA para orientação quanto ao encaminhamento de originais e ao processo editorial. Além disso, outro ponto em fase de discussão é a criação de um edital, no qual a PRPPG se propõe a financiar a publicação de livros oriundos de teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação da UFBA. Para incentivar igualmente a todas as áreas, o edital deve garantir que o encaminhamento seja feito por área e, no caso de não haver propostas qualificadas para determinada área, o recurso destinado a ela passa a outras áreas.

Também relacionado a essa falta de interação, um dos entrevistados aponta o seguinte aspecto, quando expõe sua preocupação com a qualidade dos periódicos:

Muitas revistas de programas de pós-graduação são publicadas na Edufba. Mas eu acho que existe uma lacuna e poderia haver uma política que pudesse promover essa articulação dos programas de pós-graduação com a Edufba no sentido de que ela viabilizasse a publicação desses periódicos. (Membro do Conselho Editorial da Edufba).

Sobre a questão, um dos entrevistados na PRPPG também se posiciona, a despeito de entender que a Pró-Reitoria não tem ingerência em estabelecer critérios mínimos para as revistas. Percebe a ausência de uma hierarquia oficial, o estabelecimento mesmo de uma política que determine, por exemplo, que para se criar uma revista, a unidade, o programa ou o responsável deve encaminhar uma proposta para a Câmara de Pós-Graduação para avaliação. Mas fica a critério de cada responsável pela iniciativa a consulta dos padrões exigidos pelos indexadores e, conseqüentemente, a busca pela melhor classificação no Qualis Capes. Ainda assim, discute-se, no âmbito da PRPPG e da editora, a criação de um núcleo na UFBA para a preparação técnica das revistas.

As políticas identificadas possibilitaram perceber que há uma fragmentação muito grande no que se refere à comunicação da produção científica. É somente por meio de documentos legais como o Estatuto, o Regimento Geral, resoluções e portarias que essas políticas são expostas. Apesar de alguns desses documentos legais demonstrarem claramente as atribuições de instâncias em relação ao ponto aqui estudado e preverem formas de estímulo à produção científica, em especial o novo *Regimento Geral* e o *Regimento do Conselho de Coordenação*, a prática demonstra falta de sistematização de ações específicas, como está exposto na seção seguinte.

Não existe um documento que expresse de maneira uniforme a concepção, os meios, as preferências e as metas a serem alcançadas em relação à divulgação de sua produção, bem como de sua visibilidade. Foi localizado um único registro de esforço que não foi levado adiante, embora não fosse especificamente voltado para a construção de uma política de comunicação de resultados de pesquisa, e sim de comunicação em termos gerais.

4.3 EVENTOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Na década de 1980, paralelamente ao trabalho de divulgação das pesquisas por meio das bibliografias especializadas, passou a ser realizado o Seminário Estudantil de Pesquisa da UFBA. Seu primeiro ano de realização ocorreu em substituição à apresentação do terceiro relatório trimestral. O segundo ano desse seminário contou com a participação de estudantes e professores de várias regiões do Brasil. Ainda em 1981, a Universidade Federal do Ceará promoveu evento semelhante, o 1º Encontro de Iniciação Científica, com base na experiência da UFBA (BARROS, 1983).

O terceiro seminário, realizado no ano seguinte, teve aumento expressivo no número de inscritos e de apresentações, o que influenciou, dessa vez, a iniciativa da Unicamp de promover seu primeiro Seminário Interno de Pesquisa. Em 1983, o IV Seminário teve 172 resumos de trabalhos aceitos e lançou o Concurso Jovem Pesquisador, com o objetivo de destacar, por área do conhecimento, o melhor trabalho de forma a estimular a produção individual discente.

O evento vem se consolidando e influenciando a cultura da instituição na comunicação dos resultados de trabalhos realizados por seus discentes sob a orientação de pesquisadores. Em 2009, na sua 28ª edição, foram inscritos 1.100 trabalhos, um número que demonstra o crescimento da pesquisa e da pós-graduação da UFBA. Ele representa ainda um importante espaço para avaliação do Programa de Iniciação Científica pelos comitês *ad hoc* das agências de fomento.

Esse Programa foi criado em 1977 com o nome de Programa Bolsa de Trabalho/Pesquisa, pela Coordenação Central de Pesquisa e Pós-Graduação, por meio de um convênio realizado com o MEC, com a ideia de induzir estudantes de graduação a ingressarem na vida científica com a orientação de pesquisadores atuantes em diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido ressalta-se a iniciativa da reitora Prof^a Eliane Azevêdo, após uma década da implantação das primeiras bolsas, de propor ao CNPq a criação de um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em caráter experimental, que se tornou base do programa atual.¹¹ Hoje se vivencia um momento de crescimento no número de bolsas concedidas, tanto com recursos da própria instituição quanto do CNPq e da Fapesb.

Dentro das ações de formação de jovens pesquisadores destaca-se o Prêmio de Publicação do PIBIC-UFBA, denominado Public, instituído em 2008 com o objetivo de “[...] estimular ainda mais [a] divulgação da pesquisa de elevada qualidade científica.” (LOPES, 2009, p. 5). Concorrem ao Prêmio os estudantes que gerarem indicador de produtividade – livro, artigo científico, patente etc. – considerando os últimos três anos de execução do projeto de pesquisa e a classificação do Qualis da CAPES da respectiva área. Esse prêmio caracteriza-se como uma ação que valoriza a produtividade e insere o pesquisador iniciante num ambiente científico, no qual já há uma concorrência estabelecida, uma vez que ele passa a preocupar-se em publicar num periódico qualificado, por exemplo.

Em 2000, na segunda década de realização do Seminário Estudantil de Pesquisa, passa a ocorrer também o Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação. Este seminário é um espaço para os estudantes de pós-graduação apresentarem trabalhos no âmbito de seus projetos de pesquisa de teses e dissertações. Na última edição do evento, os pós-graduandos da UFBA participaram do evento também

¹¹ O Programa foi criado com a aprovação do ex-Reitor da UFBA, Roberto Santos, então Presidente do CNPq.

como debatedores de trabalhos apresentados por estudantes de graduação, o que lhes possibilitou experiência e participação em atividades docentes.

Contudo, percebe-se que a instituição parece ter ainda dificuldades de mobilizar sua comunidade, inclusive de docentes. Observa-se que, mesmo incluído no calendário da universidade, a participação da comunidade no evento fica praticamente restrita àqueles vinculados às atividades de pesquisa.

Outro evento realizado no âmbito da UFBA, também organizado pelo órgão coordenador das atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação, a PRPPG, que aconteceu entre os anos 1986 e 1990, foi o Seminário Universitário de Pesquisas de Docentes da UFBA. A realização desses seminários teve como objetivo principal divulgar, na própria comunidade, os projetos de pesquisa de seu corpo docente, concluídos ou em desenvolvimento (PRESA; OLIVEIRA, 1986).

Eles eram organizados em três etapas: a primeira envolvia a realização de um seminário interno em cada unidade de ensino, no qual todos os projetos seriam apresentados; a segunda compreendia a seleção, pela comissão organizadora do seminário interno, dos melhores projetos para apresentação na segunda etapa, que previa a identificação de projetos de interesse multidisciplinar e era finalizada com uma mesa redonda. No primeiro ano de realização do evento, pontos críticos da atividade de pesquisa na Instituição, como questões de infraestrutura e qualificação de docentes, foram discutidos; uma terceira etapa foi planejada para a apresentação de um diagnóstico da situação da pesquisa na UFBA, com a intenção de coletar sugestões e propostas para equacionar os problemas que limitavam seu desenvolvimento (PRESA; OLIVEIRA, 1986).

Já no primeiro ano do evento, no entanto, esta última etapa não foi cumprida, pelo não comparecimento da maioria dos dirigentes das agências de fomento mais importantes (PRESA; OLIVEIRA, 1986). No segundo ano, o caráter permanente do seminário foi assegurado, entretanto, mesmo considerando a pesquisa como uma das funções essenciais da Universidade e a importância da realização dos seminários – tanto para conhecimento e debate dos projetos quanto para a troca de experiências entre grupos de pesquisas em diversos níveis de consolidação e entre pesquisadores –, o evento teve sua última edição em 1990, conforme indicado anteriormente.

Os eventos promovidos na própria instituição para divulgação de sua produção, embora tenham como objetivo central torná-la mais conhecida na própria comunidade, merecem destaque por se constituírem em verdadeiros espaços de

debates, sobretudo para os jovens pesquisadores que devem ser continuamente estimulados a participar.

4.4 A EDITORA

A Edfba tem como objetivo primordial promover a difusão da produção acadêmica da Universidade. Busca publicar trabalhos originais com aprovação do seu Conselho Editorial, além de realizar trabalhos em coedição ou parceria mediante convênios e acordos. Desenvolve ainda diferentes coleções para atender às demandas da comunidade científica. Sua política editorial prioriza a publicação trabalhos resultantes de teses e dissertações e de material didático em forma de livros, que deem suporte ao ensino de graduação, de coleções temáticas e coletâneas relacionadas às linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação da UFBA (EDUFBA, 2009).

Constituída como órgão suplementar da administração da universidade, a Edfba funciona há 17 anos. Apesar ter sido criada somente no início da década de 1990, existem registros de esforços e iniciativas de publicações na UFBA desde seus primeiros anos de funcionamento, que contribuíram para o desenvolvimento da atividade científica no Estado. Uma dessas iniciativas foi o Programa de Publicações da Universidade da Bahia, criado na segunda metade da década de 1950 que, em dez anos, publicou mais de 65 títulos. Outra iniciativa do mesmo período diz respeito ao convênio realizado entre a Universidade e a Livraria Editora Progresso, que resultou na publicação de 50 a 60 títulos.

Registra-se também como predecessores da Edfba o Departamento Cultural da Universidade da Bahia¹², o Programa de Textos Didáticos e o Centro Editorial e Didático (CED). O primeiro era responsável tanto pela publicação do *Jornal da Universidade* quanto da revista *Universitas: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, importante veículo que objetivava divulgar os trabalhos de seus docentes, especialmente das áreas de Letras e Ciências Humanas. O Programa de Textos Didáticos, que tinha como público alvo os estudantes de graduação, foi criado após a Reforma Universitária como um novo programa de atividades

¹² Posteriormente transformado em Coordenação de Extensão.

coordenadas. Um de seus núcleos executava o trabalho editorial, mas a seleção e avaliação dos textos eram de responsabilidade dos departamentos.

Com a criação do CED na década de 1970, foi elaborada uma política editorial e criado um Conselho Editorial. Nessa época, Ailton Sampaio foi responsável pela criação de um setor de promoção e vendas, pela promoção do II Seminário Nacional de Editoras Universitárias e pela implantação do sistema de distribuição entre editoras universitárias como coordenador do Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL) entre outras ações. No âmbito dos conselhos superiores tramitava a proposta de transformação do CED em editora. Em março de 1992, essa proposta foi aprovada pelo Conselho Universitário. A editora passou a órgão suplementar vinculado diretamente ao gabinete do reitor. Em 23 de abril de 1993, a aprovação, com a criação de novos cargos, deu-se no âmbito do CFE, pela Portaria n. 610 do Ministério da Educação e do Desporto.

Desde então, diversas ações têm sido executadas, visando seu crescimento no cenário nacional do segmento, como a profissionalização de sua equipe, modernização de seus equipamentos, melhor distribuição de sua produção e participação em eventos. Busca-se a qualidade das publicações com utilização de recursos gráficos e *designer* que acompanhem as tendências do mercado editorial, mas, principalmente, o acesso a essas publicações. Todas essas ações, agregadas à utilização de um sistema de avaliação por pares, referendado por um Conselho Editorial indicado pelas instâncias superiores da Universidade, justificam o crescimento e desempenho do órgão. Desde 1998, a produção da editora vem aumentando gradativamente, ainda que muitas limitações nas condições de trabalho persistam. O aumento anual do número de títulos publicados tem sido em torno de 40%.

Ano	Nº de títulos publicados	Nº de exemplares vendidos
2007	46	14.071
2008	65	20.091
2009	90	23.091

Quadro 1 – Evolução do número de títulos publicados e exemplares vendidos

Fonte: UFBA (2010b).

Nota: Os números de 2009, levantados pela Edufba e enviados à Proplad, não foram disponibilizados no site até o momento.

Além disso, a Editora está participando de dois importantes projetos que visam aumentar a visibilidade da produção científica da universidade: a implantação do Repositório Institucional (RI), detalhado na seção seguinte, para o qual foi definida como órgão para desenvolvimento da fase piloto e disponibilizará obras de seu catálogo segundo critérios preestabelecidos; e o Projeto Piloto para o Desenvolvimento da Coleção Scielo Livros (SCIELO, 2008), este último, agregando a experiência do Scielo periódicos. Esse projeto pretende uma expansão progressiva em países Ibero-americanos e objetiva

[...] aumentar a visibilidade, acessibilidade, qualidade, o uso e impacto dos livros, e contribuir para o aprimoramento continuado das capacidades das editoras participantes em gestão de processos de edição, publicação e comercialização *on-line* de livros, de acordo com o estado da arte internacional. (SCIELO, 2008, p. 3).

Para o desenvolvimento do projeto piloto da coleção Scielo Livros, está sendo levantado um valor de aproximadamente R\$ 1,2 milhão. Haverá cooperação entre a Bireme e as editoras da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da UFBA num período de dois anos para a produção e publicação de 500 títulos.

Por sua característica intrínseca de agregação da produção científica da UFBA, constitui-se numa de suas principais formas de divulgação. Todavia o aumento da produção científica, estimulado pelas exigências dos órgãos de fomento e também tendo em vista a abertura de editais de programas regulares de apoio à publicação, tem tornado a forma impressa cada vez mais desafiadora. É nesse sentido que, além do aumento de visibilidade da produção, justifica-se o envolvimento da editora com projetos de disponibilização de livros em meio eletrônico.

4.5 PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Além da editora, a UFBA possui outros mecanismos também considerados importantes para divulgação da sua produção científica. Embora os periódicos da universidade sejam considerados importantes canais de comunicação no contexto

brasileiro, para a comunidade científica da UFBA, aqueles que ela própria mantém não se constituem como espaço mais adequado para publicação de seus artigos, pois a publicação exógena é mais valorizada nacional e internacionalmente. Os periódicos criados nas universidades têm como finalidade instituir instrumentos de dinamização da vida acadêmica, envolvendo pesquisadores que são avaliadores de artigos de seus pares, atuantes em outras instituições, e estabelecendo interlocução com eles.

Nesse sentido, um questionário¹³ foi aplicado com os coordenadores dos programas de pós-graduação da UFBA, buscando saber se os programas mantinham periódicos e se possuíam uma política formal com essa finalidade. Essa segunda questão será esclarecida na seção sobre as políticas dos programas de pós-graduação da UFBA.

Dos 57 programas, 47 responderam ao questionário e 19 afirmaram manter um periódico científico. Esses periódicos, em sua maioria quase absoluta, são anualmente classificados pela avaliação do Qualis/Capes que é coordenada pelos representantes de área. Vieira (2006), em estudo sobre a visibilidade das revistas científicas publicadas pela UFBA, levantou, na Seção Memória da Biblioteca Reitor Macedo Costa, 149 periódicos desde que a UFBA foi fundada. Após uma pré-seleção das revistas com base no Qualis de 2004, chegou a 18 títulos classificados na base e vinculados aos programas. Essa pesquisa recomendou a necessidade do estabelecimento de uma política de aprimoramento da produção científica, pois detectou que elas não atingem os padrões de qualidade editorial nacional e internacional para serem indexadas em bases de dados e tornarem-se mais atraentes.

Em 2009 o Qualis passou por uma reestruturação, adotando oito estratos de composição – A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C – sendo A1 o estrato mais elevado e C o estrato de peso zero. Com essa reformulação, cada área ficou responsável por definir critérios para cada estrato no documento *Crerios do Qualis de Periódicos*.

¹³ Este mesmo instrumento de coleta de dados, além de servir a esta dissertação, serviu também para a tese da Prof. Flávia Rosa, desenvolvida no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, ambas componentes da equipe responsável pelo projeto financiado com recursos do Edital Interno UFBA 1/2008, para o desenvolvimento de pesquisa institucional. Do instrumento, composto por dez questões, duas foram utilizadas em ambas as pesquisas, embora com objetivos e abordagens diferentes.

Rosa (2009), em outra pesquisa que considerou periódicos vinculados ou não aos programas de pós-graduação, revelou que, ao todo, a UFBA mantém 22 periódicos, dos quais quatro não são classificados pelo Qualis e o periódico melhor qualificado não é vinculado a nenhum programa, conforme quadro 2.

Ordem	PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DA UFBA	Qualis
01	Afro-Ásia	B1
02	Ágere	C
03	Caderno CRH	A 2
04	Cadernos PPG-AU	B 3
05	Cultura Visual	B 3
06	Estudos Linguísticos e Literários	B 2
07	Geotextos	B 4
08	Gestão em Ação	B 4
09	ICTUS - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Música da UFBA	B 3
10	Magistra	B 5
11	Noesis	-
12	Organizações & Sociedade	B 2
13	Ponto de Acesso	B 5
14	Revista Baiana de Enfermagem	-
15	Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal	B 5
16	Revista de Ciências Médicas e Biológicas	B 5
17	Revista de Contabilidade da UFBA	-
18	Revista da Faced	B 4
19	Revista da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal da Bahia	B 5
20	Repertório Teatro & Dança	B 2
21	Rua: Revista de Urbanismo e Arquitetura	-
22	Textos de Cultura e Comunicação	B 4

Quadro 2 – Relação de Periódicos Científicos da UFBA

Fonte: ROSA (2009) - Adaptado e atualizado de Vieira (2006).

Outro importante mecanismo vinculado aos programas e que visa ampliar o acesso e a visibilidade da produção científica da UFBA é a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Essa Biblioteca é um projeto de iniciativa do IBICT, que surgiu com a proposta de estimular o registro e a publicação de versões eletrônicas de teses e dissertações produzidas no âmbito de instituições de ensino e pesquisa brasileiras. A UFBA é uma das bibliotecas da rede distribuída, que passou a integrar o Projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em 28 de agosto de 2003, mediante convênio firmado com o Ibict.

A Biblioteca Reitor Macedo Costa, que já tinha sido designada local de depósito obrigatório de toda a produção científica da Universidade, teve essa função reafirmada posteriormente. As portarias relativas ao assunto são: a Portaria n. 515, de 20 de agosto de 1984 (UFBA, 1984, p. 1), assinada pelo reitor Germano Tabacoff, quando também foi instituída a criação, na biblioteca, de uma “[...] seção especial para preservar e divulgar essa documentação em defesa da memória da UFBA desde a sua fundação”; e a Portaria n. 332, de 8 de julho de 2002 (UFBA, 2002), também dedicada à preservação da memória da UFBA, bem como à disseminação de sua produção. Nessa última portaria foi designada para enviar ao Ibict referências e resumos das teses e dissertações defendidas, visando cadastrá-las em bases de dados nacionais.

A Portaria n. 80, de 8 de março de 2005 (UFBA, 2005a), cria a Biblioteca Digital da Universidade Federal da Bahia e designa o Sistema de Bibliotecas como responsável por sua construção e instalação.

Recentemente, outro mecanismo de divulgação da produção científica, o Repositório Institucional, teve aprovação do reitor na Portaria n. 24/2010, emitida em 7 de janeiro de 2010 (UFBA, 2010c), na qual está presente a preocupação com o estabelecimento de ações que evitem duplicação de esforços para o cumprimento da política, como a importação de dados já registrados em outros repositórios.

Nessa portaria, encarrega-se o grupo gestor anteriormente designado por definir sua política para garantir o desenvolvimento, a implantação e a manutenção do repositório. Em portaria anterior – n. 189, de 1 de abril de 2009 (UFBA, 2009a) – uma equipe técnica havia sido designada para disponibilizar ambiente virtual que refletisse a estrutura e organicidade acadêmica da UFBA. Idealizado em 2007, um projeto para implantação do RI foi apresentado ao Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade em 2008, como projeto de doutorado da atual diretora da Edufba, Flávia Rosa, tendo como objetivo principal acompanhar a definição, implantação e os impactos de uma política de difusão da produção científica da UFBA.

O projeto piloto, que utilizará o conteúdo produzido pela Edufba, está sendo implantado utilizando o *software* Dspace, customizado pelo Ibict. Para que a alimentação do sistema nessa etapa inicial, bem como a disponibilização do conteúdo fosse possível, em 21 de agosto de 2008 foi realizada uma reunião com o Conselho Editorial da Edufba para explicar a proposta de política de armazenamento de conteúdos da Editora, anteriormente elaborada por seu grupo gestor. Definiu-se,

então, que o Conselho Editorial será soberano nas decisões relacionadas ao arquivamento dos conteúdos produzidos pela Edufba e que os livros poderão ser disponibilizados no repositório após seis meses de publicados e lançados, excetuando os das coleções Sala de Aula e Manuais, que são imediatamente disponibilizados. Para os livros que foram lançados com data anterior a esta deliberação do Conselho, decidiu-se que uma solicitação de autorização dos responsáveis pelas obras será adotada como protocolo para a disponibilização desses conteúdos.

Enfim, observou-se que a UFBA possui diferentes alternativas para divulgação de sua produção científica, e que, embora algumas tenham nascido de iniciativas individuais e não sejam acompanhadas sistematicamente pelos órgãos responsáveis pela pesquisa, especificamente a PRPPG e a Câmara de Pós-Graduação do Consepe, venham funcionando e sendo aprimorados, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de ações que melhor aproveitem esses canais e estimulem sua utilização.

5 AGÊNCIAS NACIONAIS E ESTADUAIS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E POLÍTICAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

No Brasil, a maior parte das pesquisas é desenvolvida no âmbito dos programas de pós-graduação de suas universidades. O governo investe anualmente milhões de reais em C&T nas pós-graduações e em projetos de pesquisa que são acompanhados sistematicamente por órgãos de fomento e de avaliação. Esse acompanhamento ocorre, dentre outras razões, pela necessidade de prestação de contas à sociedade sobre o que se tem pesquisado, em que se tem investido e, em geral, se dá pela avaliação da produtividade de seus beneficiados. Essa seção visa averiguar as relações entre as políticas das agências nacionais de pesquisa e pós-graduação, especificamente CAPES e CNPq, e as políticas de comunicação da produção científica da UFBA. No entanto, pela importância que ocupam as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) atualmente no sistema de C&T, será feita uma rápida referência a elas, enfocando especialmente a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e seus programas voltados à divulgação da produção científica.

Foi durante a elaboração da Constituição de 1988 que pesquisadores e políticos esforçaram-se para inserir no texto da lei a possibilidade de cada unidade federativa brasileira criar sua fundação de apoio à pesquisa. Essas fundações são importantes instituições que apoiam a ciência, o desenvolvimento e a inovação e, com a globalização, tornam-se agentes indispensáveis para estimular a manutenção de competitividade econômica e ainda a promoção de melhoria na qualidade de vida do cidadão. De forma integrada ou não, a atuação das fundações reforça a do CNPq em sua função primordial de fomentar a pesquisa no país. Entretanto, no cenário brasileiro, enfrentam como principal entrave a falta de investimento por parte dos governos estaduais. Por esse motivo e porque dependem das políticas adotadas, mas também porque grande parte do empresariado brasileiro não está propensa a investir em pesquisas, assumir riscos e inovar, as FAP atuam com diferentes capacidades.

Assim, é necessário que haja uma mudança cultural e maior conscientização da necessidade de se investir em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) de forma a torná-la uma prática comum. Nesse sentido, as FAP

devem atuar como agentes mediadores entre governo, instituições de pesquisa, empresas e indústrias, pois

No plano inter-regional de um Estado-nação ou de uma economia integrada, observa-se que os territórios ou unidades federadas mais bem aquinhoados por capacidade de gerar conhecimento são aqueles capazes de determinar assimetrias de comércio, vendendo sempre bens com maior valor agregado, com maior componente de saber científico-tecnológico. Se um Estado-nação perde soberania quando deixa de investir em C&T, um estado federado perde vantagens de comércio, perde capacidade de produzir e atrair riquezas. (BAIARDI; BARRAL NETO; FREIRE JÚNIOR, 2008, p. 9).

É dessa forma que, diferentemente da maioria das agências de fomento estaduais, a FAPESP é atualmente considerada a mais importante do país, com maior capacidade de investimento e maior organicidade, pois, ao logo de 30 anos, sua credibilidade foi aumentando, devido à transparência de seu processo de avaliação. Em 1962, ano em que iniciou suas atividades, o Governador Carvalho Pinto destinou à Agência 0,5% da receita que o estado recebia em impostos, levando a efeito o dispositivo constitucional de 1949. Além disso, realizou o repasse das dívidas dos anos anteriores, quitando-a por meio de incorporação de patrimônio do estado à Agência (GUIMARÃES, 1994). Isso permitiu à agência a execução de amplo planejamento das linhas de ação para atendimento à demanda.

A partir da década de 1960, outras FAP foram criadas, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), que atua desde 1964. Na década de 1980 foi a vez dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco implantarem suas fundações de apoio à pesquisa. Em 1992, surgiu a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF). Mais recentemente, a partir de 2000, são criadas a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará (FAPESPA). Lamentavelmente, nem todos os governos estaduais implantaram suas fundações, fator que colabora para as desigualdades regionais no país.

5.1 FAPESB¹

Há apenas nove anos, pela sanção da Lei n. 7.888, de 27 de agosto de 2001, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia foi criada, mas, desde 1991, o estado conta com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CADCT) no intuito de fortalecer as pesquisas realizadas na Bahia. A instituição tem como missão tornar viável o desenvolvimento sustentável local por meio de ações de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A estrutura funcional da FAPESB comporta um Conselho Curador e uma Diretoria Executiva. Esta é subdividida em quatro diretorias: Geral, Científica, de Inovação e Administrativa e Financeira. Juntamente com essas diretorias, à exceção da Diretoria Administrativa e Financeira, a Assessoria Técnica dirige as Câmaras de Assessoramento e Avaliação, que são classificadas em três tipos; Câmara Superior, Câmara Básica e Câmara Específica. Elas têm como função apoiar a Fapesb a: avaliar projetos, editais e instrumentos específicos, examinar relatórios técnicos e elaborar e implementar políticas relacionadas à Ciência, Tecnologia e Inovação.

A FAPESB atua com diversas formas de apoio e todas são destinadas a pesquisadores que atuem e comprovem vínculo com instituições sediadas na Bahia. Dentre as modalidades de apoio que desenvolve, destacam-se três que, além de regulares, fazem referência direta à comunicação da produção científica: o programa de apoio regular a projetos, o programa de apoio regular a publicações e o programa de apoio regular a eventos.

O programa de apoio regular a projetos busca, conforme prioridades estaduais, atender a demanda da comunidade. Divide-se em duas linhas de atuação: projeto de pesquisa e projeto de mestrado e doutorado. A primeira é destinada a pesquisadores doutores – em seu último edital, indicava que as propostas selecionadas deveriam considerar que os resultados precisavam ser disponibilizados amplamente. No entanto, passagens e despesas em geral para participação em eventos, ainda que com o objetivo de divulgar resultados do projeto em andamento, não eram financiáveis por este programa, pois a agência mantém

¹ As informações sobre a FAPESB, expostas nesta seção, foram extraídas da *home page* da instituição.

outro programa para este fim. Produção científico-tecnológica é um dos itens de avaliação das propostas e precisa ser demonstrado em histórico de publicações e atividades acadêmicas, considerando os cinco últimos anos.

A segunda, destinada a mestrandos e doutorandos em fase inicial da pesquisa, permite o financiamento de itens como material de consumo e serviços terceirizados. Como normalmente ocorre, para que um pesquisador seja contemplado nos editais desse programa, principalmente na primeira linha, é importante que tenha produzido e mantido regularidade na produção por um quinquênio; ou seja, a produtividade do pesquisador é um item determinante na avaliação das propostas. Importante destacar a indicação do edital da ampla divulgação dos resultados de pesquisa.

O programa de apoio regular a publicações também se divide em outras duas linhas de atuação: uma de auxílio à tese e dissertação e outra de apoio à publicação científica e tecnológica. O auxílio à tese e dissertação possibilita que mestrandos e doutorandos, já bolsistas da Fapesb, obtenham recursos para finalização do trabalho, realizando o pagamento a terceiros (revisores, digitadores, normalizadores etc.) com vistas a torná-lo mais apresentável. Seu último edital indica o valor máximo de R\$ 1.500,00 por solicitação de doutorando e de R\$ 1.000,00 por mestrando. Dentre outras exigências, os bolsistas devem apresentar a data prevista para defesa numa carta assinada pelo orientador. Embora não esteja vinculado diretamente à divulgação dos resultados, a linha demonstra clara preocupação com o produto final das pesquisas, de forma a facilitar sua divulgação, ao indicar que o auxílio visa tornar o trabalho mais apresentável.

O apoio à publicação científica e tecnológica, mediante financiamento de edição de livros e outras publicações, desde que não sejam seriadas, objetiva a divulgação de conhecimentos, técnicas e tecnologias de relevância, sobretudo de natureza inédita, para o desenvolvimento do estado da Bahia. Os proponentes desse tipo de apoio devem providenciar um parecer emitido por uma editora universitária baiana vinculada à Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Abeu). Essa exigência reflete um dos critérios que contribuem para maior credibilidade da publicação: a avaliação por pares.

Dois condições de participação explicitadas pelo edital e que possibilitam maior amplitude na divulgação dos resultados e visibilidade das publicações são: a cessão de direitos autorais para acesso livre em repositórios institucionais, e a

doação de um percentual mínimo de 20% da tiragem apoiada pela Fapesb para bibliotecas públicas e/ou instituições de ensino e pesquisa. Para avaliação das propostas, o Comitê Técnico da Fapesb aplica um barema que considera a consolidação dos autores ou organizadores, a natureza e a estratégia de divulgação da obra apresentada no formulário de inscrição. Essa linha constitui-se numa real política de divulgação de resultados de pesquisa avaliados por pares, uma vez que associa o ganho do auxílio à ampla divulgação dos resultados das pesquisas, que contempla, inclusive, a disponibilização desses produtos em repositórios institucionais.

Quanto ao programa de apoio regular a eventos, três são as linhas de atuação: organização de evento, participação em evento científico e/ou tecnológico, participação em evento de inovação e/ou empreendedorismo. A primeira tem como finalidade dar apoio total ou parcial à organização de eventos reconhecidos como relevantes para o estado da Bahia, que possibilitem a divulgação de resultados de pesquisas e o intercâmbio científico e tecnológico entre pesquisadores. Suas propostas precisam ser coordenadas por pesquisador membro da comissão organizadora do evento. A análise das propostas valoriza o porte do evento, as propostas que busquem congregar participantes de instituições diversas, os tipos de produtos que o evento irá produzir, a presença e composição do comitê científico e os critérios de avaliação dos trabalhos submetidos para posterior registro ou publicação. Essa ação indica mais uma vez a preocupação da agência com a divulgação dos resultados de pesquisa realizada na Bahia e reforça o princípio da comunicação científica de que, para haver desenvolvimento na ciência, é preciso que haja troca de ideias entre os pesquisadores.

A segunda linha visa apoiar, com passagens para deslocamento, a participação de pesquisadores vinculados a instituições de ensino e pesquisa sediadas na Bahia em eventos nacionais ou internacionais, para apresentar trabalhos de sua autoria. O proponente deve comprovar a aceitação do trabalho pelo evento. Para solicitações de participação em eventos internacionais, os critérios de avaliação consideram produção científica, experiência em formação, titulação do pesquisador solicitante e relevância do evento.

No caso dos eventos nacionais, os critérios são os mesmos com ordem diferente: produção científica, experiência em formação, relevância do evento e titulação do pesquisador solicitante. Também no caso de solicitações para

participação em eventos nacionais, a avaliação é realizada em duas faixas distintas, de modo a contemplar pesquisadores em níveis variados de titulação. Isso demonstra a preocupação da agência em atingir diferentes níveis de pesquisadores, o que se configura como uma política de incentivo a pesquisadores menos experientes. Essa linha promove, além da comunicação entre os pares em seu canal informal por excelência, a visibilidade da pesquisa realizada no estado tanto no circuito nacional quanto internacional.

Com essa mesma intenção, mas voltada aos pesquisadores que se dedicam mais a pesquisas na área de inovação, a agência mantém uma terceira linha, que demonstra novamente a preocupação de contemplar diferentes demandas. Ela destina-se à participação de membros da comunidade científica, tecnológica, empresarial e do terceiro setor em eventos nacionais e internacionais que se concentrem em inovação e empreendedorismo, exclusivamente para apresentar trabalhos e/ou produtos de sua autoria. A avaliação das propostas é feita pelo Comitê Técnico da Fapesb e seus critérios baseiam-se no currículo do proponente, focalizando elementos de inovação e/ou empreendedorismo, na relevância do evento e na apresentação do proponente no evento.

Os programas de apoio da Fapesb demonstram ações específicas em torno da divulgação da pesquisa realizada em âmbito local. As linhas e programas destacados apontam, entre os critérios de avaliação de propostas, a valorização da produção científica, mas não somente. A agência mostra claramente a intenção de contemplar proponentes de variados níveis e segmentos da sociedade que lidam com o desenvolvimento de pesquisas, inovação e empreendedorismo.

5.2 CAPES

A CAPES e o CNPq são as maiores agências federais financiadoras e avaliadoras de pesquisa do país. Ao longo do tempo, seus mecanismos de avaliação têm evoluído e, naturalmente, apresentado vantagens e desvantagens. Na década de 1950, esses mecanismos eram praticamente inexistentes, mas, na década seguinte, passaram a ser adotados quando os recursos disponíveis para Ciência e

Tecnologia foram reduzidos e, com isso, passaram a ser parte do processo do financiamento de pesquisas (CASTRO, 1985). A criação de um sistema de avaliação e acompanhamento dos programas de pós-graduação pela CAPES, por exemplo, deve-se à aliança estabelecida entre militares e acadêmicos em prol da formação de pessoal qualificado, necessários ao desenvolvimento do Brasil, com políticas modernizadoras e de financiamento.

O sistema de avaliação da CAPES comporta: a avaliação de novos cursos e a avaliação dos cursos existentes. No caso do primeiro, os proponentes devem preencher o Aplicativo de Propostas de Cursos Novos (APCN), no qual é exigida uma série de informações, que vão desde a infraestrutura até a definição de disciplinas a serem ministradas pelos docentes que comporão seu quadro e ainda sobre o funcionamento do curso. Após o preenchimento, o corpo técnico da agência realiza a conferência das informações e encaminha para o Comitê de área correspondente, para proceder à avaliação, emissão de parecer e envio ao Comitê Técnico Científico (CTC). Este, por seu turno, delibera sobre a criação ou não da proposta. Em seguida a instituição proponente é comunicada sobre o resultado, que é enviado ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologado pelo ministro da educação e por portaria ministerial divulgada no Diário Oficial da União. Assim, o novo curso passa a fazer parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação e a ser avaliado periodicamente (SILVEIRA JÚNIOR, 2006).

Para a avaliação dos cursos já existentes, a coordenação do curso deve preencher o Aplicativo Coleta de Dados, no qual informa a CAPES uma série de dados sobre sua atuação no triênio. Após esta etapa, os dados são encaminhados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, visto que ela também deve fazer um acompanhamento e auxiliar os programas para a avaliação; cabe-lhe enviar essas informações à CAPES. Em seguida, os dados passam pelas mesmas etapas que o APCN: comitê de área, CTC, comunicação do resultado, CNE, homologação pelo ministro, divulgação em portaria. Tanto para os novos cursos quanto para os já existentes, um acompanhamento é realizado pela CAPES, visando a adequação às sugestões da Comissão de área antes da avaliação trienal (SILVEIRA JÚNIOR, 2006).

Atualmente existem no Brasil 4.384 cursos de pós-graduação, sediados em 2.919 programas, nas diversas áreas do conhecimento, que são avaliados a cada três anos (CAPES, 2010). Para avaliá-los, a CAPES possui nove grandes áreas e 47 áreas de avaliação coordenadas por representantes de área, com mandato de três anos após a indicação em lista tríplice pela comunidade científica da área. A principal função do representante de área é planejar e executar atividades junto à Agência e coordenar consultores acadêmicos qualificados que eles indicam para participar do processo de avaliação. Um critério utilizado pela agência para conferir credibilidade a esse processo é a seleção de consultores vinculados a instituições de ensino e pesquisa de várias regiões do país. A avaliação é realizada com base em critérios que cada área elabora para determinar um grau de qualidade e comparar o desempenho de cada programa, atribuindo-lhes um conceito de 1 a 7. Se o programa recebe conceitos 1 e 2, significa que deve ser excluído do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG); conceitos 3 a 5 indicam que ele deve permanecer no sistema, aprimorando-se; e conceitos 6 e 7 indicam tratar-se de programas de referência, que estão alinhados com bons programas internacionais.

A agência, visando possibilitar melhores condições para a formação de pessoal qualificado, mantém o Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), que financia as atividades dos cursos de pós-graduação. Para que os programas e cursos possam ter acesso a esse recurso é necessário que a instituição cumpra alguns requisitos, como ter programa avaliado pela agência com conceito igual ou superior a três, e que sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação elabore um plano de trabalho para a instituição com base nos planos de trabalho de cada programa. A Pró-Reitoria, responsável por coordenar a execução do PROAP, deve fazer o gerenciamento e o acompanhamento da aplicação dos recursos pelos programas (CAPES, 2002).

Cabe à CAPES estabelecer as alocações dos recursos do programa conforme disponibilização orçamentária e os itens financiáveis, ou seja, que podem ser incluídos nos planos de trabalho dos programas: manutenção de equipamentos, funcionamento de laboratórios de ensino e pesquisa, produção de material didático-instrucional e **publicação de artigos científicos**, aquisição de novas tecnologias em informática, **realização de eventos técnico-científicos promovidos pelo**

programa de pós-graduação, participação de professores convidados em bancas examinadoras de teses e dissertações e exames de qualificação, **participação de professores em eventos no país e no exterior**, **participação de alunos em eventos no país e participação de alunos de doutorado em eventos no exterior**, participação de professores visitantes nos programas, participação de professores e alunos em trabalhos de campo e coleta de dados no país e pagamentos de diárias a professores (CAPES, 2002).

Desde 1976, ela vem perseguindo objetivos de caráter sistemático e contínuo para avaliação dos programas e, com isso, precisou formular e reformular o sistema com adaptações nos formulários, com a informatização do sistema e outras ações. No início da década de 1990 sentiu-se a necessidade de criação de um novo modelo de avaliação, mas somente no biênio 1996/1997 foi possível aplicar os novos critérios, após um longo período de discussões na comunidade científica. Apesar disso, Moraes (2006) afirma que as mudanças e principalmente a forma como o processo foi implementado levantaram grande polêmica no meio acadêmico, pois a avaliação continuou centrada nos produtos obtidos, com ênfase nos dados objetivos e sobre elementos quantificados.

Em 2006 a CAPES apresentou nova ficha de avaliação, composta de cinco quesitos: proposta do programa; corpo docente; corpo discente, teses e dissertações; produção intelectual; inserção social. Além desses quesitos, foram estabelecidos os critérios para atribuição de conceitos 6 e 7 aos programas. Para os quesitos I e V, o CTC definiu: peso zero e peso 10%, respectivamente. Os quesitos II, III e IV também possuem peso inicial definido pelo CTC: somam 90%, sendo permitida uma variação de cinco pontos percentuais para mais ou para menos, ou seja, esses quesitos podem ter um peso que pode variar entre 25% e 35%. Essa variação é admitida desde que em conformidade com o que for acordado no âmbito da grande área. É permitido que cada área detalhe aspectos ou indicadores para cada item, defina seu peso, bem como o tratamento que lhe será dado na avaliação. As propostas apresentadas pelas áreas podem também incluir itens que atendam a especificidades referentes ao desempenho de seus programas.

Com base nos critérios de avaliação dos comitês de área, analisou-se especificamente o quesito IV – produção intelectual – sintetizado pelo CTC em 4 itens da ficha de avaliação da CAPES. Procedeu-se à verificação, por área, de disponibilização de pesos estabelecidos para quesitos e itens e de utilização e disponibilização de critérios quantitativos na avaliação desse quesito, bem como à menção explícita de necessidade de aumento de produtividade como diferencial para obtenção de conceitos 6 e 7, conforme mostra o quadro 3.

Grande Área	Área	Estabelece pesos para quesitos e/ou itens	Critérios para determinação da escala de conceitos		Associa maior produtividade à atribuição de conceitos 6 e 7
			Quantitativos	Qualitativos	
Ciências Exatas e da Terra	Matemática/Probabilidade e Estatística	-	-	X	X
	Ciência da Computação	Critérios não disponibilizados na página			
	Astronomia / Física	-	-	X	X
	Química	X	X	X	-
	Geociências	X	X	-	-
Ciências Biológicas	Ciências biológicas I	-	X	X	-
	Ciências biológicas II	X	X	X	X
	Ciências biológicas III	-	X	X	X
	Ecologia e Meio Ambiente	X	X	X	X
Engenharias	Engenharias I	X	X	-	X
	Engenharias II	X	X	-	X
	Engenharias III	X	X	-	X
	Engenharias IV	X	X	-	X
Ciências da Saúde – a grande área tem um único documento	Medicina I	X	X	-	X
	Medicina II	X	X	-	X
	Medicina III	X	X	-	X
	Odontologia	X	X	-	X
	Farmácia	X	X	-	X
	Enfermagem	X	X	-	X
	Saúde coletiva	X	X	-	X
Ciências Agrárias - a grande área tem um único documento, mas Ciência dos Alimentos fez um à parte.	Educação física	X	X	-	X
	Ciências Agrárias I	X	X	-	-
	Zootecnia/ Recursos Pesqueiros	X	X	-	-
	Medicina Veterinária	X	X	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	Ciência dos Alimentos	X	X	X	-
	Direito	X	X	X	-
	Administração	X	X	X	-
	Economia	Critérios não disponibilizados na página			
	Arquitetura e Urbanismo	X	X	-	X
	Planejamento urbano e regional/Demografia	X	X	X	-
	Ciências Sociais Aplicadas I	-	X	-	NA
Serviço Social	X	X	-	-	
Ciências Humanas	Filosofia/Teologia (subcomissão filosofia)	-	NA	NA	X
	Filosofia/Teologia (subcomissão teologia)	-	NA	NA	X
	Sociologia	X	X	-	-
	Antropologia/Arqueologia	X	X	-	X

	História	x	x	-	NA
	Geografia	x	x	-	-
	Psicologia	x	x	x	-
	Educação	x	x	-	x
	Ciência Política e Relações Internacionais	-	x	-	x
Linguística, Letras e Artes	Letras/Linguística	-	x	x	x
	Artes/Música	x	-	x	x
Multidisciplinar	Interdisciplinar	x	-	NA	-
	Ensino de Ciências e Matemática	-	x	NA	x
	Materiais	Critérios não disponibilizados na página			
	Biotecnologia	Critérios não disponibilizados na página			
Total	47	33	38	14	26

Quadro 3 – Critérios dos Comitês de Área da CAPES no triênio 2004-2006

Dos 47 comitês de área de avaliação da CAPES 8% não disponibilizam no *site* da agência seus critérios de avaliação. A ausência desses critérios pode indicar falta de transparência, já que todas apresentam documentos de área, mas também que ainda não foram elaborados por terem sido criados durante este triênio, como parece ser o caso da área de materiais, que elaborou sua ficha de avaliação apenas em março de 2009. Os dados coletados permitiram perceber-se que, a despeito da orientação do CTC para a definição de pesos para os quesitos e seus itens, 21% dos comitês de área não os disponibilizam em seus documentos sobre critérios de avaliação, embora constem dos documentos de área.

O CTC também orienta os comitês de área quanto à coerência entre os conceitos dos quesitos e itens. Cada área tem a liberdade de definir uma escala de conceitos, que vão de muito bom a deficiente, e os parâmetros que utilizará para atribuição de cada um deles. Observou-se no documento *Critérios de avaliação* de cada comitê se os parâmetros que utilizam para a definição da escala de conceitos são baseados em elementos quantitativos ou qualitativos. Por exemplo, o Comitê de área de Administração, Contabilidade e Turismo, no item 1 do quesito IV, referente à avaliação das publicações qualificadas do programa por docente permanente, estabeleceu, para o triênio 2004-2006, que, para que o programa obtenha conceito muito bom neste quesito, cada docente deve somar anualmente 14 pontos ou mais. Para essa pontuação, há um quadro orientativo quanto ao valor em relação ao tipo e nível da produção. Apenas no item 3, que trata de outras produções relevantes excluindo-se a artística, há uma indicação de avaliação qualitativa: importância para o desenvolvimento científico e tecnológico, âmbito de circulação e disseminação etc. Assim, obteve-se que 80% dos comitês baseiam-se em elementos quantitativos e

23% tanto em elementos quantitativos quanto qualitativos. Isso evidencia a ênfase na produtividade por parte da avaliação.

Por último, embora esteja implícito que o aumento de produtividade é um fator considerado para que um programa tenha seu conceito elevado para 6 ou 7, buscou-se averiguar se os critérios de avaliação das áreas fazem essa indicação explicitamente. Assim, tem-se que 55% dos comitês de área demonstram essa relação claramente, o que possibilita reafirmar a ênfase na produtividade por parte da avaliação, embora o que determine a atribuição dos conceitos 6 e 7 seja uma análise de um conjunto de fatores.

Com base nesses dados é possível afirmar, no que se refere à produção intelectual, que a avaliação da CAPES está de fato fortemente baseada em critérios quantitativos, o que não a desmerece. Apenas significa dizer que a avaliação qualitativa se dá em função da qualidade dos veículos por meio do que as áreas estabelecem para os qualis periódicos, livros, eventos, artísticos, ou seja, de maneira indireta. Isso pode tornar o processo de avaliação mais objetivo, no entanto uma série de questões pode levar a avaliações injustas, como a região do país em que o programa está situado em relação ao número de bolsistas de produtividade em pesquisa por programa de pós-graduação, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição de bolsas e programas de pós-graduação no Brasil

UF	Total de bolsas	Total de bolsas %	Total de programas
Norte	203	1,69	102
Roraima	2	0,02	4
Amazonas	59	0,49	39
Acre	2	0,02	4
Rondônia	5	0,04	5
Pará	129	1,07	44
Amapá	1	0,01	1
Tocantins	5	0,04	5
Nordeste	1.290	10,72	412
Bahia	264	2,19	94
Sergipe	34	0,28	12
Alagoas	46	0,38	17
Pernambuco	354	2,94	94
Paraíba	198	1,64	54
Rio Grande do Norte	126	1,05	42
Ceará	228	1,89	72
Piauí	17	0,14	11
Maranhão	23	0,19	16
Centro-Oeste	600	4,98	93

Goiás	92	0,76	51
Mato Grosso	23	0,19	18
Mato Grosso do Sul	40	0,33	24
Sul	2.093	17,39	488
Paraná	552	4,59	159
Santa Catarina	397	3,3	97
Rio Grande do Sul	1144	9,5	232
Sudeste	7.852	65,23	1.236
Minas Gerais	1.258	10,45	236
Espírito Santo	77	0,64	35
Rio de Janeiro	2.187	18,17	304
São Paulo	4.330	35,97	661
Total	12.038	100	2.331

Fonte: CNPq ([200-?]d), CAPES (2007).

Algumas regiões são privilegiadas em detrimento de outras e as proporções apresentadas variam. Na região Norte, para cada programa, existem dois bolsistas de produtividade; na região Nordeste, essa relação é de um para três; na região Sul, a relação aumenta para quatro bolsistas por programa; e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, a relação é de seis bolsistas para cada programa. Essa desigualdade pode ocorrer por fatores históricos, pois, além de refletir como se deu o desenvolvimento no país, os programas com maior tempo de atuação tendem a concentrar maior quantidade de bolsistas. Certamente, isso reflete diretamente na produção dos programas, já que esses bolsistas recebem incentivo adicional para pesquisar, escrever e publicar os resultados e muitas áreas consideram o fato de o programa possuir bolsista de produtividade em pesquisa um diferencial para atribuição de conceitos 6 e 7. Além desse aspecto, existem outros que devem ser considerados para se estabelecer determinados critérios, como, por exemplo, a condição financeira da instituição em que está sediado e o tempo de atuação do programa entre outros.

6.3 CNPq

O CNPq possui uma Diretoria Executiva, a quem cabe a gestão da instituição, que é formada por cinco membros, sendo um presidente, um vice e três diretores: diretor administrativo, diretor de programas horizontais e setoriais e diretor de programas temáticos e setoriais. Responsável pela política institucional do CNPq, mais especificamente pela aplicação dos recursos, definição de orçamento dentre

outros aspectos, seu Conselho Deliberativo (CD) é definido como maior instância do poder decisório da instituição. Tem entre seus membros um presidente, um vice, os presidentes da Finep e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o secretário executivo do MCT e representantes das comunidades de C&T, de empresários e de servidores do CNPq.

A estrutura funcional do CNPq é composta ainda por uma Assessoria Científico-Tecnológica, que é prestada por um corpo de assessores nas seguintes modalidades: comitês de assessoramento (CA), núcleo de assessores em tecnologia e inovação, comitês temáticos e consultores *ad hoc*. Esse corpo de assessores é escolhido periodicamente pelo CD, com base numa consulta feita à comunidade científico-tecnológica nacional. Tanto os CA quanto o Comitê Multidisciplinar *ad hoc* têm como função principal “[...] julgar as propostas de apoio à pesquisa e de formação de recursos humanos” (CAPES, [200-?], p. 1). Este último, porém, analisa os projetos submetidos à chamada do Edital Universal 2008 que não se enquadram nos CA pelo caráter interdisciplinar das propostas. Assim, buscou-se analisar os critérios de julgamento de propostas de 53 comitês de assessoramento e temáticos, no triênio 2006-2008, identificados no quadro 4 de acordo com seus vínculos a diretorias, programas e coordenações.

Diretorias	Programas de Pesquisa	Coordenações Gerais	Comitês
Diretoria de Programas Horizontais e Instrumentais	Engenharia, Capacitação Tecnológica e Inovação (11)	COCTC (2)	Engenharia de Transportes e produção (CA-EP) Engenharia Química (CA-EQ)
		COADP (1)	Ciência da Computação (CA-CC)
		COENG (6)	Engenharia Ambiental (CA-AM), Desenho Industrial (CA-DI), Engenharia Civil (CA-EC), Engenharia elétrica e biomédica (CA-EE), Engenharia Mecânica, Naval e Oceânica e Aeroespacial (CA-EM), Engenharia de Minas, Metalúrgica e Materiais (CA-MM)
		COAIE (1)	Microeletrônica (CA-ME)
		COENE (1)	Engenharia e Ciências Nucleares (CA-EN)
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (10)	COCHS(6)	Artes, Ciência da Informação e Comunicação (CA-AC), Divulgação Científica (CA-DC), Filosofia (CA-FI), História (CA-HI), Letras e Linguística (CA-LL), Psicologia, Serviço Social (CA-PS)
		COSAE (4)	Administração e Economia (CA-AE), Antropologia, Arqueologia, Ciência Pública, Direito, Relações Internacionais, Sociologia (CA-CS), Educação (CA-ED), Arquitetura, Demografia, Geografia Humana, Turismo, Planejamento Urbano e Regional (CA-SA)
	Ciências Exatas (6)	COCEX (2)	Física e Astronomia (CA-FA), Matemática e Estatística (CA-MA)
		COCQG (4)	Ciências Atmosféricas e Meteorologia (CA-AT), Geologia e Geografia Física (CA-GL), Geofísica e Geodésia (CA-GM), Química (CA-QU)
	Diretoria de	Ciências da Terra e	COIAM (1)

Programas Temáticos e Setoriais	do Meio Ambiente (5)	COGEC (4)	Botânica (CA-BO), Ecologia e Limnologia (CA-EL), Zoologia (CA-ZO), Comitê Temático em Ciências Ambientais (CT-CA)
	Saúde (11)	COBIO (4)	Biofísica, Bioquímica, Farmacologia, Fisiologia e Neurociências (CA-BF), Imunologia (CA-IM), Morfologia (CA-MF), Microbiologia e Parasitologia (CA-MP)
		COSAU (7)	Comitê Temático em Bioética (CT-BE) e Comitês de Assessoramento em Enfermagem (CA-EF), Farmácia (CA-FR), Medicina (CA-MD), Educação física, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia ocupacional (CA-MS), Odontologia (CA-OD), Saúde coletiva e Nutrição (CA-SN)
	Agropecuária e Biotecnologia (10)	COAGR (7)	Agronomia (CA-AG), Ciência e Tecnologia de Alimentos (CA-AL), Aquicultura e Recursos Pesqueiros (CA-AQ), Engenharia Agrícola (CA-EA), Recursos Florestais (CA-RF), Medicina Veterinária (CA-VT), Zootecnia (CA-ZT)
		COBRG (3)	Comitês Temáticos em Defesa (CT-DE), de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Biologia (CT-IB) e Comitê de Assessoramento em Genética (CA-GE)

Quadro 4 – Identificação e vínculos dos Comitês de Assessoramento do CNPq

Os Comitês de Assessoramento (CA), conforme Art. 2º da Resolução Normativa 022/2005 (CNPQ, 2005, p. 1), são constituídos por pesquisadores pertencentes ao Corpo de Assessores e são

[...] órgãos permanentes, constituídos de titulares e suplentes, que tratarão da demanda espontânea e das ações contínuas, relacionadas com as atividades regulares dos programas de formação de pesquisadores e de estímulo à pesquisa científico-tecnológica.

Os CA têm como finalidade “[...] prestar assessoria ao CNPq na formulação de políticas e na avaliação de projetos e programas relativos a sua área de competência, bem como na apreciação das solicitações de bolsas e auxílios” (CNPQ, 2005, p. 2).

A quantidade de membros que os compõem é definida pelo CD, sendo o número de suplentes equivalente à metade do número de titulares, de forma que todas as áreas devem ser representadas. Tanto os membros titulares quanto seus suplentes são selecionados dentre os pesquisadores bolsistas de produtividade em pesquisa ou não com perfil de nível 1 ou, em casos excepcionais, podem ser selecionados dentre os pesquisadores bolsistas de produtividade em pesquisa de categoria 2. Durante o período de permanência enquanto membro de CA, o bolsista não tem seu nível alterado. Cada membro é designado por um período de 2 ou 3

anos, não podendo ser novamente designado ao final de um período. Segundo o Art. 12 do RN 022/2005 (CNPQ, 2005, p. 2), são atribuições dos CA:

- a) participar do processo de planejamento, avaliação, acompanhamento e análise das ações relativas às áreas do conhecimento em que atuam;
- b) contribuir para a formulação de programas e planos de desenvolvimento científico e tecnológico;
- c) recomendar à Diretoria Executiva, ações de fomento em sua área de atuação e;
- d) analisar as solicitações de bolsas e auxílios, elegendo critérios específicos de julgamento e emitindo parecer fundamentado quanto a seu mérito científico e técnico e a sua adequação orçamentária e recomendando ou não sua concessão, que é atribuição da Diretoria Executiva.

O Art. 20 da RN 022/2005 (CNPQ, 2005) aponta que é também atribuição dos CA o preparo de critérios para avaliar as demandas dos diferentes programas da Instituição, devido à especificidade das áreas e subáreas que integram cada comitê. Dentre as orientações para a elaboração dos critérios indica-se: elaboração clara e explícita que abranja elementos outros que não apenas o mérito científico-tecnológico do pesquisador e da solicitação; tomar como base elementos qualitativos e, subsidiariamente, elementos quantitativos que devem ser revistos anualmente – com exceção de bolsas de Produtividade em Pesquisa e de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora, cuja revisão dos critérios é feita a cada três anos; a consideração da produção científica registrada na Plataforma Lattes até o sétimo dia após o término do prazo de inscrição.

Dentre os critérios de julgamento de propostas dos comitês², foi observada a recorrência dos seguintes aspectos, conforme exposto no quadro 5: existência de critérios de enquadramento nos comitês, estabelecimento de perfil de enquadramento em níveis e categorias, quantificação da produção e valorização de publicações em periódicos em detrimento de outros veículos, referência ao documento de área ou ao qualis da CAPES e vinculação explícita de progressão ou regressão no sistema à produtividade.

² Os comitês de Artes e Comunicação e de Psicologia e Serviço Social são compostos por áreas que possuem critérios diferentes quanto à quantificação e, por isso, não foram considerados nesse aspecto.

Aspectos observados	Engenharia, Capacitação Tecnológica e Inovação (11)	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (10)	Ciências Exatas (6)	Ciências da Terra e do Meio Ambiente (5)	Saúde (11)	Agropecuária e Biotecnologia (10)	Total (53)
Crítérios de enquadramento nos comitês	EP, EQ, AM, DI, EC, EM, ME	FI, ED	FA, AT, GL, GM	CA	BE, MS	DE	17
Estabelece perfil de enquadramento para níveis e categorias	EP, EQ, CC, DI, EC, EE, MM, EM, AM, EN, ME	AC, FI, HI, LL, PS, AE, CS, ED	FA, MA, AT, GL, GM	OC, BO, EL, CA, ZO	IM, MF, MP	AQ, RF, DE, GE, IB	37
Estabelece perfil de enquadramento para categorias	-	SA	-	-	BF, BE, EF, FR, MS, SN	AG, VT, ZT	10
Quantificação da produção	EQ, DI, EC, EE, MM, EM, AM, EN, ME	FI, HI, LL, PS, AE, CS, ED	-	OC, BO, EL, CA, ZO	BF, IM, MF, MP, EF, MS	AG, AL, AQ, RF, VT, ZT, DE, GE, IB	36
Valorização de publicações em periódicos internacionais em relação a outros veículos	EP, EQ, CC, DI, EC, EE, MM, EM, AM, EN, ME	AC, OS, AE, CS, ED	FA, AT, GL	OC, BO, EL, CA, ZO	BF, IM, MF, MP, FR, MD, MS, OD, SN	RF, DE	35
Referência ao documento de área da CAPES ou ao Qualis	EP, EQ, CC, DI, EC, EE, MM, AM	AC, FI, HI, LL, PS, AE, CS, ED	AT, GL	BO, EL, ZO	EF, FR, SN	AG, AQ, RF, VT, ZT, IB	30
Vinculação explícita de regressão ou exclusão do bolsista no sistema à baixa produtividade	CC, DI, EE, EM, MM	AE	-	-	BF	AL, EA, RF	10
Vinculação explícita de renovação e/ou progressão do bolsista no sistema à produtividade	EP, EQ, CC, DI, EC, EE, MM, EM, AM, EN, ME	AC, PS	QU	-	-	GE, DE	16

Quadro 5 – Recorrência dos aspectos observados dentre os critérios dos Comitês de Assessoramento do CNPq

- Estabelecimento de critérios de enquadramento nos comitês

A elaboração de critérios de enquadramento de propostas está relacionada a dois fatores principais: o aumento da produtividade, que demanda mecanismos de distribuição mais eficientes e rigorosos; e o aumento de propostas com temas na área de interface e não no núcleo duro das disciplinas, o que, para alguns, afeta a consolidação da área. O critério mais recorrente utilizado pelos comitês para o enquadramento de propostas, ou seja, para considerar as propostas para avaliação, está vinculado à produção do proponente na área.

Todavia o CA-EQ demonstra flexibilidade nesse aspecto, ao considerar que somente quando o proponente for vinculado institucionalmente a uma unidade, departamento ou faculdade da área ou estiver colaborando efetivamente na área (mediante co-orientação de teses e dissertações e coautoria de artigos com pesquisadores da área) receberá pontuação integral em sua proposta. Não possuindo essa vinculação ou formação na área, o proponente receberá dois terços e um terço, respectivamente, da pontuação. Isto significa que o proponente, mesmo sendo originado de outra área, pode apresentar uma proposta a esse CA, mas as chances de ser contemplado se reduzem. Esse mesmo CA apresenta como perfil mínimo para um proponente ser indicado como bolsista a publicação de quatro ou mais publicações em periódicos 1A nos últimos cinco anos. Essa exigência representa um alto grau de competitividade que utiliza como determinante para a entrada de pesquisadores no sistema de bolsas de produtividade a quantidade de publicações qualificadas.

- Estabelecimento de perfil de enquadramento em níveis e categorias

O estabelecimento de perfis de enquadramento para categorias e níveis permite maior clareza e transparência no processo de classificação das propostas. A Resolução Normativa 16/2006 (CNPQ, 2006), que revogou a Instrução de Serviço 012/2005, indica, para a modalidade Bolsas Individuais no país, que, independentemente do CA, os critérios devem contemplar os seguintes itens: produção científica, formação de recursos humanos na pós-graduação, contribuição científica e tecnológica e para inovação, coordenação ou participação principal em

projetos de pesquisa e participação em atividades editoriais e de gestão científica e administração de instituições e núcleos de excelência científica e tecnológica.

No entanto, a despeito dessa resolução datar de julho de 2006 e os CA revisarem seus critérios a cada triênio, muitos já se baseiam nesses pontos para estabelecer uma classificação. Embora aproximadamente 90% dos CA tenham perfis estabelecidos para o enquadramento de propostas, quase 20% deles os definem somente entre categorias e 11% não os definem, o que torna o processo de avaliação menos transparente nesses comitês.

- Quantificação da produção

A RN 022/2005 (CNPQ, 2005) indica, em seu artigo 20, parágrafo 2º, que os critérios para avaliação de propostas devem ser qualitativos, admitindo-se a utilização de critérios quantitativos para subsidiá-los. Embora muitos CA declarem explicitamente que não se baseiam apenas em critérios quantitativos, a exemplo dos CA EP, CC, AM, EC, e esta ser uma preocupação recorrente nos comitês, quase 70% deles têm valores determinados de produção por tempo.

O CA-EE, atento às orientações da referida RN, além de explicitar seus critérios quantitativos, o faz com os qualitativos: qualidade dos periódicos, número de autores, tipo de artigo, número de páginas e complexidade do tema da pesquisa dentre outros critérios baseados em informações relevantes sobre o percurso do pesquisador. Essa quantificação pode exercer dupla função: acirramento da concorrência e exposição das metas para os proponentes. Observou-se que nenhum dos comitês da Coordenação Geral de Ciências Exatas quantifica a produção desejável para as categorias e níveis. Observou-se também que muitos CA não pré-determinam uma quantidade de produtos a serem publicados e fazem a contabilidade da pontuação e a comparação dos resultados entre os proponentes com base em indicadores por eles construídos.

- Valorização de publicações em periódicos em detrimento de outros veículos

Como apontado frequentemente pela literatura, o periódico constitui-se no canal preferencial para se comunicar os resultados das pesquisas. Dos 53 CA, apenas 11% têm o livro como veículo preferencial para publicação de resultados e

em 68% deles o periódico é colocado como veículo que serve de parâmetro para a contabilização da produção dos pesquisadores. Muitas são as denominações que eles recebem pela maioria dos CA para indicar ao proponente o grau de exigência para com a produção apresentada: revistas internacionais, periódicos qualificados, periódicos de impacto, periódicos de relevância científica entre outros.

Observou-se que alguns CA – a exemplo do ME, da Coordenação de Apoio à Infraestrutura, e do CC, da Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicações – compreendem publicações qualificadas como sinônimo de publicações internacionais, ao expor que é requisito fundamental para a concessão de bolsas de pesquisa individuais em qualquer dos níveis e que as publicações nacionais e regionais são consideradas, mas insuficientes para garantir que proponentes sejam contemplados ou possam manter-se no sistema. É importante considerar, no entanto, que o fato de um periódico ser internacional não lhe garante qualidade.

Nesse sentido muitos CA (56%) fazem referência ao Qualis Capes para indicar, mesmo dentre os periódicos internacionais da área, quais são qualificados por atenderem parâmetros como: ter um conselho editorial, que seja formado por pesquisadores de instituições diversas e também de outros países; manutenção de periodicidade; titulação e experiência dos autores; origem institucional desses autores; indexação, entre outros. O CA-DI mantém, dessa forma, após os critérios da área, uma listagem de periódicos de referência com base no Qualis Capes e no Institute for Scientific Information (ISI).

A autoria principal do artigo é um dos aspectos valorizados por diversos CA no processo de avaliação de propostas. O CA-FA, da Coordenação de Ciências Exatas, por exemplo, solicita que o proponente anexe à sua documentação uma correspondência do responsável da colaboração no Brasil, ou de seu *spokesman*, que indique qual contribuição foi dada por ele, no caso de colaborações em coautoria com um número grande de autores.

Para finalizar, mesmo não tendo sido um dos aspectos analisados, verificou-se que quase todos os comitês chamam a atenção para o correto preenchimento do Currículo Lattes pelos pesquisadores, pois a avaliação baseia-se nas informações por eles prestadas. Alguns CA desconsideram registros incompletos ou classificados incorretamente na avaliação das propostas. Esse aspecto, além da pré-determinação de quanto e onde se deve publicar por parte da maioria dos comitês, leva ao entendimento de que as políticas do órgão quanto à comunicação da

produção científica são altamente baseadas em critérios quantitativos e parecem suplantar os qualitativos.

5.4 POLÍTICAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Segundo estatísticas disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), em 2008, a UFBA possuía 93 cursos de pós-graduação sendo 51 de mestrado acadêmico, 4 de mestrado profissional e 38 de doutorado, (dos quais 1 é interinstitucional), em 57 programas. Eles são regidos pelas *Normas Complementares para Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) na UFBA*, documento que determina a finalidade e o funcionamento dos cursos, atribuindo ao colegiado de cada um deles a elaboração de um regimento interno que deve ser aprovado pela Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa. Além do regimento, outros documentos são elaborados necessariamente para atender às determinações das Normas Complementares e, assim, orientar seus corpos docente e discente.

Assim, buscou-se, nos *sites* dos programas de pós-graduação da UFBA, localizar documentos que indicassem de que forma deve ser comunicada sua produção científica, bem como a maneira pela qual se dá o estímulo à publicação. No *site* do Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente (CIENAM), foi localizado um texto sobre o perfil do estudante, no qual se considera que um projeto de sucesso é aquele leva à publicação de artigos científicos em coautoria com o orientador, o que indica clara relação com os critérios de avaliação da CAPES em seu quesito III sobre perfil e produtividade do corpo discente.

O Mestrado em Engenharia Ambiental e Urbana da UFBA formou uma comissão para definir as regras de seu processo seletivo, estabelecendo pontuação nos critérios para seleção especificamente no que se refere à formação e produção técnico-científica do candidato. Considerar a produtividade e o potencial do discente é uma prática dos programas. Sua pontuação, no entanto, visa a tornar o processo mais transparente, mas não somente isso. Visa também a identificar dentre os candidatos aqueles com o melhor perfil para elevar a pontuação do programa para a avaliação da CAPES, embora isso não seja dito explicitamente. Além desses

documentos, três programas – Programa de Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – estabelecem e divulgam seus critérios nos *sites* para auxílio financeiro para discentes com uso de recursos do PROAP. Observou-se também que dois programas disponibilizam em seus *sites* planos de aplicação do PROAP e documentos de comprovação dos gastos: o Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Biomonitoramento e o Programa de Pós-Graduação em Música. Essa postura é muito positiva e demonstra transparência na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, com o questionário³ aplicado aos coordenadores dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos na UFBA⁴, buscou-se também conhecer os veículos utilizados para comunicar a produção científica, mas, principalmente, se possuem uma política formal, estabelecendo diretrizes para seus docentes e discentes divulgarem o que produzem.

Área	Quantidade de programas	Respondentes
Ciências Exatas – 1	15	13
Ciências da Saúde – 2	18	12
Ciências Sociais e Aplicadas – 3	19	17
Letras e Linguística – 4	1	1
Artes – 5	4	4
TOTAL	57	47

Quadro 6 – Quantidade de programas de Pós-graduação da UFBA por área

Dos 57 programas, 47 responderam o questionário, indicando, por ordem de prioridade, os cinco veículos mais utilizados para comunicação dos resultados de

³ Este mesmo instrumento de coleta de dados, além de servir a esta dissertação, foi também utilizado na tese da Profa. Flávia Rosa, desenvolvida no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, ambas componentes da equipe responsável pelo projeto financiado com recursos do Edital Interno UFBA 1/2008, para o desenvolvimento de pesquisa institucional. Do instrumento, composto por dez questões, duas foram utilizadas em ambas as pesquisas, embora com objetivos e abordagens diferentes.

⁴ Foi utilizada como base para o levantamento a Relação de Programas de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) disponibilizada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação UFBA em seu *site* (UFBA, [200-?]).

pesquisas desenvolvidas em seu âmbito. Os cinco mais citados, conforme tabela 2, foram artigo em periódico impresso nacional (93,6%), artigo em periódico impresso internacional (80,9%), livro em parte – capítulo – (66,0%), trabalho apresentado em reunião científica (59,6%) e livro no todo (46,8%).

Tabela 2 – Veículos mais utilizados pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFBA

	<i>f</i>	%*
Livro no todo	22	46,8
Livro em parte (capítulo)	31	66,0
Artigo em periódico impresso internacional	38	80,9
Artigo em periódico impresso nacional	44	93,6
Artigo em periódico impresso local	15	31,9
Artigo em periódico eletrônico internacional	13	27,7
Artigo em periódico eletrônico nacional	14	29,8
Artigo em periódico eletrônico local	3	6,4
Trabalho apresentado em reunião profissional	9	19,1
Trabalho apresentado em reunião científica	28	59,6
Resumo	7	14,9
Patente	4	8,5
Outros	2	4,3
Pesquisa em fase inicial	1	2,1

Assim, é possível notar que a prática de divulgação dos resultados de pesquisa dos programas de pós-graduação determinou como veículos preferenciais na UFBA os periódicos impressos nacionais. Essa prática está de acordo com o que a maior parte dos comitês de avaliação das agências de fomento e avaliação da pós-graduação estabelece, já que o artigo de periódico é declaradamente o veículo preferencial, especialmente aqueles publicados em periódicos internacionais. Esse resultado não corrobora os resultados de Silveira Júnior (2006), que indica, no caso da instituição estudada, que não obstante seus critérios de avaliação atribuírem maior pontuação a artigos publicados em periódicos internacionais classificados como A ou B, os critérios das áreas de avaliação da CAPES com os quais foi comparada – Arquitetura e Urbanismo, Comunicação e Ciência da Informação, Educação, Engenharias IV e Psicologia – pontuam mais a produção em livros.

Quanto à existência de uma política formal para a comunicação da produção científica, dentre 47 respondentes, 50% afirmaram que o programa possui. No entanto, apenas dois programas atenderam à solicitação de anexar uma cópia do documento ao questionário, demonstrando, dessa forma, que a maioria deles adota políticas informais e implícitas, apresentadas a seguir em nove categorias, conforme as descrições apresentadas:

- A – produção científica considerada como atividade obrigatória (7);
- B – trabalho de conclusão de mestrado pode ser apresentado em forma de artigo ou coletânea de artigos produzidos pelo discente (2);
- C – cumprimento às recomendações da CAPES (5);
- D – incentivo à participação em eventos (4);
- E – incentivo à publicação em periódicos (4);
- F – cooperação técnica com a Bireme, para disseminar a produção do programa na Base Lilacs (1);
- G – promoção e apoio a eventos que resultem em publicações (1);
- H – disponibilização de teses e dissertações na BDTD (2);
- I – disponibilização da produção docente e discente no site do programa (8).

Destacam-se os cinco programas que entendem que o cumprimento às recomendações da CAPES seja uma política de comunicação da produção científica do programa. Isso torna claro o quanto é complexo a mesma agência avaliar e financiar a pós-graduação, como aponta Ghiraldelli Júnior (2006). Evidentemente, os programas devem procurar atender a suas orientações, mas isso não impede que tenham suas próprias regras e metas e as explicitem.

Pelo menos sete programas consideram a produção científica como uma atividade curricular obrigatória, exigindo a comprovação de submissão de artigo a periódicos da área para homologação da defesa ou ainda solicitação de diploma, a exemplo do Programa de Pós-Graduação em Direito, do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Biomonitoramento e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. O Programa de Pós-Graduação em Enfermagem exige, para a defesa, a submissão de artigo em periódico avaliado como Qualis Internacional. Essa uma política que também

demonstra clara vinculação com as políticas da CAPES, pois procura elevar a pontuação do programa perante sua avaliação.

No caso do Programa de Ciência Animal nos Trópicos, algumas definições chamam a atenção: uma delas refere-se às exigências para solicitação de diploma e outra à utilização dos benefícios do PROAP. As normas internas do programa estabelecem como condições para a solicitação do diploma que, além de entregar comprovante de submissão de trabalho para publicação, no caso da dissertação ter gerado dois artigos, caso o segundo não seja publicado dentro do prazo de seis meses, o orientador poderá fazê-lo, modificando a autoria principal do trabalho. Ou seja, a pressão por produtividade parece ser tão forte nessa área que conduziu o programa a adotar uma política equivocada.

Essa questão pode trazer prejuízos à instituição. O parágrafo 1º do art. n. 15 da lei de direitos autorais em vigor no país – a Lei n. 9.610/98 (BRASIL, 1998) –, não considera como coautor alguém que prestou auxílio (revisando, atualizando, fiscalizando ou ainda dirigindo a edição ou apresentação em qualquer meio) ao autor na elaboração da obra, seja de natureza literária, artística ou científica.

Em 2009 a Universidade Federal do Paraná e seu coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências-Bioquímicas foram condenados por plágio num processo aberto por uma aluna de mestrado do programa que teve seu trabalho apresentado pelo orientador como primeiro autor num evento na África do Sul, onde foi, inclusive, premiado. A sentença emitida foi uma indenização por danos morais, além do repasse do valor do prêmio corrigido à ex-aluna.

No que se refere ao uso do benefício PROAP, além de ser empregado para a tradução de artigos para publicação em veículos internacionais e apoio à apresentação de trabalhos em eventos, o Programa de Ciência Animal nos Trópicos destina recursos para a participação de um professor de seu quadro que seja também integrante do conselho editorial da revista da unidade na reunião anual da Associação Brasileira de Editores Científicos. Essa iniciativa é bastante motivadora, pois integra os professores em torno do objetivo de melhorar a qualidade do veículo da unidade, o que, conseqüentemente, pode elevar a avaliação do periódico e do próprio programa.

Na Escola de Teatro, o programa de Pós-Graduação exige a produção de um artigo sobre a dissertação defendida para publicar no *site* do programa, o que demonstra uma visão endógena. Além disso, contraria as políticas da CAPES e do

CNPq, que valorizam mais publicações de outras instituições, especialmente as que possuem alcance internacional e são indexadas em bases de dados.

Alguns programas aceitam, enquanto outros exigem, que o trabalho final seja apresentado em forma de artigos ou coletânea de artigos produzidos pelo discente, algo previsto pelas Normas Complementares. O fato de alguns programas fazerem essa exigência deve-se, entre outros fatores, à avaliação da produção do programa e de seus docentes, o que eleva seus conceitos tanto na CAPES quanto no CNPq, embora isso nem sempre seja explicitado. Nesse sentido, vale mencionar o *Manual do Aluno*, do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, disponível em seu *site*, o qual considera que o formato tradicional da dissertação limita sua divulgação, por se tratar de material extenso e não indexado. Sendo assim, em razão do maior alcance social do trabalho e da redução do tempo de duração do mestrado, justificam a aceitação de trabalhos de conclusão em forma de artigos (modelo europeu), desde que o autor principal seja o mestrando, deixando claro não ser apenas uma questão de pontuação na produtividade.

Na busca realizada nos *sites*, foram localizados critérios para credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de professores em seis programas: Ciência da Computação, Geologia, Mecatrônica, Ciências Farmacêuticas, Ciência da Informação e Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Esses critérios estabelecem, em geral, a política editorial de cada programa, definindo quanto e em quês veículos os docentes devem publicar em determinado espaço de tempo.

A área de Ciência da Computação não disponibiliza um documento de área no portal da CAPES. Entretanto, analisando a Resolução n. 1/2007 do Programa de Pós-Graduação em Mecatrônica, que trata do credenciamento de docentes, percebeu-se que o documento da área encontra-se a ela anexado. Para sua manutenção no programa, entre outros pré-requisitos, o docente precisa ter participado de pelo menos um projeto de pesquisa durante o triênio, conforme os índices estabelecidos pelo Comitê da CAPES. Indicam ainda que essa produção não pode ser inferior ao estabelecido para atribuição do conceito bom para o quesito. Observa-se que a manutenção do credenciamento do pesquisador nesse programa é condicionada ao desempenho satisfatório do docente em relação ao que a CAPES exige, como em todos os outros reconhecidos e mantidos com recursos da CAPES.

Analisando o documento sobre descredenciamento e credenciamento de professores do Programa de Pós-Graduação em Geologia, observou-se que: privilegia-se a produção vinculada às linhas de pesquisa do programa em periódicos indexados com conselho editorial e avaliados por pares, exigindo-se produção mínima de três artigos num período de três anos por docente, e que pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq são credenciados para orientação de doutorado, naturalmente como professor permanente. No entanto, uma comparação das diretrizes do programa com o documento de área do Comitê de avaliação da CAPES em Geociências, no tocante à quantidade da produção científica por docente, não foi possível devido à utilização de fórmulas pelo CA para a contabilização da produção.

No caso do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, define-se no documento *Normas Específicas de Credenciamento de Docentes e Orientadores* que, para um docente ser credenciado na categoria permanente, dentre outras atividades, ele deve produzir pelo menos três artigos trienais em periódicos indexados, dos quais um mínimo de dois devem ser classificados como Qualis B2 ou superior na área. Essa definição confere exatamente com o estabelecido no documento de critérios de avaliação da área de Farmácia, especificamente quanto ao conceito regular dado ao item 1 do quesito IV – Produção Intelectual. Para o credenciamento, a mesma quantidade de produção é exigida, mas, como diferencial, pelo menos um dos artigos precisa ter como coautor um orientando e ser resultado de sua dissertação. Assim como no Programa de Pós-Graduação em Geologia, o docente que for bolsista de produtividade em pesquisa é automaticamente credenciado como orientador, bastando, para isso, que sua produção esteja vinculada às linhas de pesquisa do programa.

Um documento intitulado *Perfil do Professor* é disponibilizado no *site* do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Nele, no que tange à pesquisa e à produção intelectual, indica-se que, para compor o Núcleo de Referência Docente (NRD), dentre várias outras considerações relevantes, o docente, considerando a situação dos recém-doutores, deve: ter projetos apoiados por agências financiadoras que sejam, de preferência, em parceria com outras instituições; publicar anualmente, de forma individual ou em coautoria com docentes ou discentes do programa ou de parcerias interinstitucionais, o mínimo de um livro ou dois títulos, seja em artigos em periódicos no Qualis, em trabalhos completos em anais de eventos científicos, em capítulos de livros. Essa indicação atende ao

exposto no documento de critérios de avaliação da área de Ciências Sociais Aplicadas I da CAPES, no qual é considerado, inclusive, índice de excelência, a despeito de o mesmo documento informar que o critério de excelência deverá ser atribuído posteriormente, quando da comparação entre os programas da área.

O Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, no documento *Critérios para Credenciamento de Docentes no Programa*, define a adequação do perfil do corpo docente aos critérios de avaliação da CAPES, com o propósito de elevar o conceito do programa e otimizar suas atividades como um dos objetivos de sua criação. Determina que, para o candidato a credenciamento como docente permanente no programa, no que se refere à produção científica, deve publicar pelo menos três artigos em periódicos ou capítulos de livros, mas não há especificações quanto ao nível e qualidade das publicações. Para os docentes permanentes já credenciados, no entanto, recomenda que publiquem em periódicos classificados como IB e IA no Qualis da área multidisciplinar e encaminhem projetos com a participação de seus orientandos às agências de fomento. Essa última recomendação também é feita aos docentes participantes, bem como a indicação de que publiquem em periódicos classificados, dentre outras atividades. Os critérios de avaliação do CA Multidisciplinar não indicam explicitamente a quantidade de produção para atribuição de conceitos.

Dos dois programas que possuem, mas anexaram ao questionário respondido um documento que estabelece a política de comunicação de sua produção, um não apresenta critérios de credenciamento e credenciamento. O Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais possui um documento intitulado *Estratégias para a Difusão dos Conhecimentos Científicos e Artísticos Produzidos pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da EBA/UFBA*. Ele define a produção de três veículos para a comunicação científica e artística, diferenciando-os por nível do público-alvo: pesquisadores conceituados com resultados de pesquisa consolidada; pesquisadores em todos os níveis da pós-graduação para resultados de pesquisa na área de História da Arte e de Poéticas Artísticas; egressos do Programa e dos resultados das pesquisas de Iniciação Científica.

Esse último, assim como no Programa de Pós-Graduação em Teatro, demonstra uma visão endógena do programa. Além disso, produzir três veículos implica em duplicação de esforços. Seria menos dispendioso e trabalhoso o investimento em um único veículo com diferentes seções, diferenciadas por nível de

público-alvo. O documento estabelece também critérios para o apoio à participação de docentes e discentes em eventos e para apoio a publicações com verbas do PROAP. Outro ponto explorado pelo documento refere-se ao conteúdo do *site*. Percebe-se grande preocupação na disponibilização de sua produção em meio eletrônico para acesso livre.

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas anexou ao questionário a Resolução n. 1/2005, que regulamenta, no âmbito do programa, o perfil do professor-pesquisador. Esse perfil estabelece que os docentes permanentes do programa devem publicar anualmente, em média, dois artigos em periódicos indexados classificados no Qualis como A ou B nacional ou internacional, ou um livro ao ano, ou ainda dois capítulos em coletâneas de alto nível nacional ou internacional. Esse perfil demonstra coerência com as definições dos critérios da área de Ciências Sociais Aplicadas I, assim como o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, que também a compõe. Além disso, a Resolução indica que, como atividades de pesquisa, o docente deve ser engajado em projeto de pesquisa vinculado claramente às linhas de pesquisa do programa e registrado na PRPPG e nas agências de fomento, e ainda coordenar grupos de pesquisa credenciados no CNPq.

Dos seis programas que disponibilizam documentos que estabelecem políticas de comunicação da produção científica, quatro atendem rigorosamente às determinações dos comitês de área da CAPES. Diferentemente dos resultados de Silveira Júnior (2006), é possível afirmar, no caso da UFBA, que existe grande convergência entre os critérios dos programas e os da CAPES. A análise dos documentos localizados e dos dados levantados indica que o conjunto de programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFBA estabelece diretrizes, tanto para o corpo docente quanto para o discente, que buscam elevar e divulgar a produção científica. Algumas poucas diretrizes, no entanto, demonstram visões equivocadas perante o funcionamento do sistema de comunicação científica.

Para finalizar, o que pôde ser verificado em âmbito local é que, não obstante o pouco tempo de atuação da Fapesb, a agência tem contribuído com o desenvolvimento do estado da Bahia e, conseqüentemente, da própria UFBA. A Instituição e seus pesquisadores têm contado com o incentivo dessa agência no apoio a projetos para tornar-se mais competitiva diante de outras instituições e isso se reflete diretamente no desenvolvimento de sua pós-graduação, pois a divisão dos

recursos advindos da CAPES é diretamente proporcional ao número de programas. Se um programa tem docentes com projetos financiados, ele tem muito mais chance de crescer e se consolidar no cenário nacional e internacional.

Tanto a CAPES quanto o CNPq baseiam seu processo de avaliação em critérios quantitativos. Tanto que há uma grande preocupação dos comitês das duas agências em orientar os pesquisadores quanto ao preenchimento correto de seus Currículos Lattes, punindo com a desconsideração da publicação para contabilização, no caso de preenchimento incorreto ou incompleto. Os critérios quantitativos ajudam a tornar o processo de avaliação mais objetivo, todavia a análise deles ainda fica susceptível à subjetividade, principalmente porque, por mais neutro que se queira esse processo, há uma vinculação com a distribuição dos recursos.

Sendo assim, observa-se que essas agências, mais que fomentar e avaliar, indicam claramente a política editorial de cada programa e influenciam diretamente na produção dos docentes, ou seja, quanto devem produzir e onde devem publicar. As práticas de comunicação da produção científica das instituições de ensino e pesquisa são fortemente influenciadas pelos critérios dos comitês das agências, porque dependem de boa avaliação para que possam se manter em condições de funcionamento, recebendo os repasses do PROAP entre outras agências financiadoras, demonstrando uma relação de total dependência das políticas de comunicação da produção científica dos programas com as das agências.

6 MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE NO AMBIENTE DE PESQUISA DA UFBA

Este capítulo busca responder ao terceiro objetivo específico da pesquisa: verificar como a UFBA e seus pesquisadores se posicionam em relação ao acesso livre à informação científica. Ele reúne a análise dos dados coletados nas segunda, terceira e quarta etapas da pesquisa. A segunda etapa buscou levantar se os pesquisadores da UFBA conhecem o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica e se fazem uso de periódicos de acesso aberto para comunicação de seus resultados de pesquisa dentre outros aspectos. Na terceira, realizou-se um levantamento do total de artigos produzidos pelos pesquisadores da amostra, tendo como base seus Currículos Lattes, bem como os títulos de periódicos utilizados por eles para publicar os resultados de suas pesquisas, considerando-se o período de 2004 a 2008.

Para a quarta etapa, procurou-se, por meio de entrevistas com membros das instâncias superiores responsáveis pela pesquisa e pelo ensino de pós-graduação na UFBA – PRPPG e Câmara de Pós-Graduação do Consepe –, bem como pelos membros do Conselho Editorial da Edufba, verificar se conhecem e como se posicionam a respeito do acesso livre à informação científica. Esta organização tenta obedecer à descrição dos procedimentos empregados para melhor visualização do conjunto de dados. Na primeira parte da análise, expõe-se um perfil da amostra, os resultados e a discussão dos dados coletados com o questionário e o confronto com os dados levantados sobre os títulos utilizados pelos pesquisadores para divulgar suas pesquisas; na segunda, foi realizada a análise dos dados das entrevistas com os membros da Câmara de Pós-Graduação e da PRPPG primeiro e, em seguida, a análise com os membros do Conselho Editorial.

6.1 USO DE PERIÓDICOS DE ACESSO ABERTO PELOS PESQUISADORES

Em Salvador existiam, até abril de 2010, 214 bolsistas de produtividade em pesquisa, dos quais 192 estavam vinculados à UFBA, o que representava quase 90% do total. Internamente, as bolsas estavam distribuídas da seguinte forma:

Ciências Agrárias (3), Ciências Biológicas (18), Ciências da Saúde (30), Ciências Exatas e da Terra (42), Ciências Humanas (36), Ciências Sociais Aplicadas (28), Engenharias (8), Linguística, Letras e Artes (23) e Outras (4). Do total de pesquisadores-bolsistas na UFBA, 81 estão na categoria 1, distribuídos entre os níveis A, B, C e D e constituem a amostra para a qual foi enviado o questionário. O índice de retorno foi de aproximadamente 70%.

Considerados apenas os respondentes – 56 – têm-se que 64,4% são do gênero masculino, e que 30,4% pertencem à categoria 1C, conforme ilustra a tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição dos pesquisadores-bolsistas de PQ da UFBA, segundo categoria e gênero

Categoria/Nível	Masculino		Feminino		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
1A	12	21,5	1	1,8	13	23,3
1B	7	12,5	4	7,1	11	19,6
1C	10	17,9	7	12,5	17	30,4
1D	7	12,5	8	14,2	15	26,7
Total	36	64,4	20	35,6	56	100,0

A análise da titulação dos pesquisadores mostrou que 41% possuem exclusivamente o doutorado, enquanto 59% apresentam pós-doutorado. Observando a distribuição dos pesquisadores segundo categoria e titulação, percebe-se que o maior índice de bolsistas com pós-doutorado ocorre na categoria 1, nos níveis C e D (Tabela 4). Dos 17 pesquisadores-bolsistas 1C, 12 fizeram estágio pós-doutoral. Com base nesses dados, pode-se inferir que tem havido maior preocupação por parte de pesquisadores com menos tempo de permanência no sistema de bolsas de PQ com a própria formação nesse nível, mesmo porque, para a progressão no sistema de bolsas no CNPq, é preciso que eles adquiram experiência como doutores e pesquisadores.

Tabela 4 – Distribuição dos pesquisadores-bolsistas de PQ da UFBA, segundo categoria/nível e titulação

Categoria/Nível	Titulação				Total	
	Doutor		Pós-doutor			
	f	%	f	%	f	%
1A	8	61,5	5	38,5	13	23,2
1B	5	45,4	6	54,6	11	19,6
1C	5	29,4	12	70,6	17	30,4
1D	5	33,3	10	66,6	15	26,8
Total	23	41	33	59	56	100,0

No que se refere ao local de realização do doutorado, 53,6% da amostra cursou esse nível de formação no Brasil, enquanto 46,4% o fizeram no exterior, o que demonstra um relativo desequilíbrio nessa relação. No entanto, quando se observa o local de realização do pós-doutorado, mesmo considerando que 41% da amostra ainda não buscaram esse nível de formação, percebe-se que o desequilíbrio se acentua, pois a maior parte dos pesquisadores com pós-doutorado, 55,3%, cursou a pós-graduação no exterior e apenas 3,6% obteve essa titulação no Brasil. Isso confirma apenas que buscaram experiências exógenas, já que universidades e agências, bem como o sistema de comunicação científica valorizam aqueles pesquisadores que buscam aperfeiçoamento fora de suas instituições.

Diretamente relacionado com o tempo de atuação como pesquisador e como bolsista está o tempo de obtenção do título de doutor. Isso ocorre porque o título de doutor, ou perfil científico equivalente, é requisito mínimo para que um pesquisador ingresse no sistema de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq. Dessa forma, obteve-se uma média de 19 anos para o tempo de obtenção do título de doutor, em relação ao total da amostra, mas, por categoria, a média apresentou-se da seguinte forma: 1A - 24 anos, 1B – 19 anos, 1C – 19 anos e 1D – 13 anos.

De forma similar ao tempo de obtenção do título de doutor, apresenta-se a média do tempo de obtenção do título de pós-doutorado: 10 anos. Por categoria, a média é de 17 anos para os pesquisadores classificados na categoria 1A, 8 para os classificados em 1B e 1D e 10 para 1C.

Considerando que a capacidade de formação de recursos humanos – um dos critérios para classificação e progressão do pesquisador na categoria 1 do sistema de bolsas – e observando-se os três níveis: Iniciação Científica (IC), Mestrado (M) e

Doutorado (D), verificou-se que os pesquisadores de categoria 1B e 1D apresentam as maiores médias de orientações em andamento. Os pesquisadores de categoria 1B também apresentam maior média de orientações concluídas: 48,3% (Tabelas 5 e 6):

Tabela 5 – Distribuição dos pesquisadores segundo categoria/nível e número de orientações em andamento

Categoria/Nível	IC	M/D	Total	Média
1A	10	78	88	6,8
1B	27	77	104	9,4
1C	25	85	110	6,5
1D	32	102	134	9
Total	94	342	436	7,8

Tabela 6 – Distribuição dos pesquisadores segundo categoria/nível e número de orientações concluídas

Categoria/Nível	IC	M/D	Total	Média
1A	153	356	509	39,1
1B	279	253	532	48,3
1C	326	350	676	40
1D	229	292	521	34,7
Total	987	1251	2238	40

Considerando a divisão de áreas da UFBA – área I: Ciências Físicas, Matemática e Tecnologia; área II: Ciências Biológicas e Profissões da Saúde; área III: Filosofia e Ciências Humanas; área IV: Letras; e área V: Artes – a distribuição dos respondentes da amostra é a seguinte:

Tabela 7 – Distribuição da amostra por área

Área	f	%
I	11	19,6
II	15	26,8
III	19	33,9
IV	5	8,9
V	6	10,7
Total	56	100,0

Dentre as questões contempladas pelo instrumento, como introdução às outras questões, buscou-se saber se os pesquisadores conhecem o Movimento de Acesso à Informação Científica e a importância que a ele atribuem, do ponto de vista do acesso e da disseminação da produção científica. Metade dos pesquisadores tem conhecimento do Movimento de Acesso Livre à Informação Científica. Do total de respondentes, 49% afirmaram conhecer o Movimento, enquanto 62,5% o consideram muito importante (Tabelas 8 e 9). Este aspecto contribui para que não somente os periódicos eletrônicos que utilizam o modelo acesso aberto sejam legitimados pela comunidade científica, mas também para que outros mecanismos e canais de disseminação das pesquisas possam se consolidar.

Tabela 8 – Conhecimento do Movimento

Opções	<i>f</i>	%
Sim	28	50,0
Não	28	50,0
Total	56	100,0

Tabela 9 – Importância atribuída ao Movimento

Opções	<i>f</i>	%
Extremamente importante	35	62,5
Importante	8	14,3
Razoavelmente importante	2	3,6
Pouco importante	1	1,8
Não se aplica	10	17,9
Total	56	100,0

Esse resultado indica que uma parte significativa dos pesquisadores da amostra está receptiva a esses novos canais de comunicação científica. Esses dados reforçam a conclusão de Ferreira, Marchiori e Cristofoli (2009) quanto às razões para publicação em periódicos/repositórios de acesso aberto, pois eles perceberam que há uma disposição dos pesquisadores da área estudada em aderir ao Movimento de Acesso à Informação Científica.

Outra questão do instrumento refere-se ao estabelecimento de periódicos de acesso aberto como fonte de consulta prioritária. Essa questão solicitava uma justificativa. Como resposta, obteve-se que 64,3% dos respondentes consultam prioritariamente esses periódicos (Tabela 10). Dos que justificaram afirmativamente sobre a questão, a maior parte dos comentários indica a importância da gratuidade e facilidade de acesso. Esse resultado aproxima-se do alcançado por Ferreira, Marchiori e Cristofoli (2009) sobre os fatores considerados mais importantes em relação à qualidade de uma revista.

Tabela 10 – Utilização de periódicos de acesso aberto como fonte de consulta prioritária

Opções	<i>f</i>	%
Sim	36	64,3
Não	20	35,7
Total	56	100,0

Um respondente, porém, mostra-se insatisfeito, ao justificar que suas consultas a periódicos de acesso aberto se dão pela “[...] inexistência de fundos que se possa aplicar para cobrir as despesas [de assinaturas de periódicos]”, esquecendo-se ou invalidando, portanto, o Portal da Capes. Este, contudo, tem sido reconhecido por propiciar acesso a conteúdos de interesse de alguns respondentes. Dois deles revelaram maior envolvimento com os ideais do Movimento nas seguintes afirmações: “[...] todos [os periódicos] deveriam ser abertos, uma vez que investigadores e articulistas são (não só no Brasil) financiados com recursos públicos e ainda porque o meio eletrônico deve ser usado para preservar e contribuir para a democratização da informação” e “[...] para garantir maior impacto das publicações [de acesso aberto].”

Entre os que justificaram negativamente, três aspectos foram apontados com maior recorrência no que se refere à busca de fontes de consulta: a vinculação com a qualidade, ou seja, os periódicos de acesso pago são considerados fontes de melhor qualidade; utilização do Portal de Periódicos da Capes e; coerência com os tópicos de investigação. Considerar periódicos de acesso pago como de melhor qualidade corrobora os resultados de Swan e Brown (2004) sobre as razões que

seus respondentes apontaram para não publicar em periódicos de acesso aberto: eles acreditam que esses periódicos, além de menor fator de impacto têm também menor prestígio. Esses dados igualmente corroboram os de Ferreira, Marchiori e Cristofoli (2009) sobre as razões apontadas por sua amostra para não publicar em revistas científicas/repositórios de acesso aberto.

Sobre a utilização de periódicos de acesso aberto para publicação de resultados, 50% dos pesquisadores responderam que priorizam esse canal de comunicação para divulgar seus resultados de pesquisa (Tabela 11). Entre eles é quase unânime a consciência de que essa atitude favorece a divulgação de seus trabalhos, pois “[...] a repercussão entre os pares é maior” e “[...] por atingirem um público mais amplo”.

Tabela 11 – Utilização prioritária de periódicos de acesso aberto para publicação

Opções	<i>f</i>	%
Sim	28	50,0
Não	28	50,0
Total	56	100,0

Ressalta-se, porém, que alguns dos respondentes não priorizam esses periódicos para publicar seus resultados, demonstrando pouco conhecimento sobre a questão, quando afirmam, por exemplo, que “[...] a maioria de revistas de acesso aberto cobram para publicar e revistas fechadas cobram para tornar seu artigo aberto” ou ainda que “[...] o movimento do acesso livre se equivoca ao transferir o custo da publicação para pesquisadores.” Na realidade, existe um modelo de negócio que utiliza essa lógica, mas isso não corresponde aos ideais do Movimento.

Vários modelos têm surgido e as editoras comerciais estão numa fase de adaptação, porque começam a sentir os efeitos do Movimento, já que estudos revelam que os artigos publicados em periódicos de acesso aberto estão sendo mais citados que os publicados em periódicos assinados (HARNAD; BRODY, 2004; THE THOMSON CORPORATION, 2008; ALPSP, 2005 apud COSTA, 2006). A adoção de determinado modelo numa dada área pode ocorrer com maior força que em outras. Recorrente, no entanto, são as seguintes justificativas: a consideração do fator de impacto e a classificação do periódico no Qualis.

Também foram solicitados a indicar o nível de importância atribuída aos critérios que utilizam para selecionar periódicos nos quais desejam publicar (Tabela 12). Considerando que um dos participantes não respondeu, tem-se que o critério mais citado como extremamente relevante é a pertinência do assunto tratado no artigo em relação às linhas editoriais do periódico (67,9%), seguido de indexação do periódico em bases de dados (50%). A classificação Qualis do periódico é o critério mais citado como importante (41%). Esse resultado indica relação com os critérios estabelecidos pelos comitês avaliadores das agências de fomento. Observa-se que o acesso livre ao texto completo é considerado como de extrema importância por apenas 27,3% dos respondentes, o que demonstra que o mais valorizado pelos pesquisadores da UFBA é o atendimento aos critérios das agências financiadoras e avaliadora.

Tabela 12 - Nível de importância x critérios de seleção de periódicos para publicação

	Extremamente importante	Importante	Razoavelmente importante	Pouco importante	Irrelevante	Total
Classificação Qualis do periódico	18 (32,7%)	23 (41,8%)	7 (12,7%)	2 (3,6%)	5 (9,1%)	55 (100%)*
Indexação do periódico em bases de dados	28 (50,0%)	18 (32,1%)	8 (14,3%)	2 (3,6%)	0 (0,0%)	56 (100%)
Acesso livre ao texto completo	15 (27,3%)	19 (34,5%)	12 (21,8%)	5 (9,1%)	4 (7,3%)	55 (100%)*
Pertinência do assunto tratado no artigo em relação às linhas editoriais do periódico	38 (67,9%)	15 (26,8%)	2 (3,6%)	1 (1,8%)	0 (0,0%)	56 (100%)

Para confrontar os resultados obtidos com os questionários, levantou-se o total de artigos produzidos e os títulos de periódicos utilizados pelos pesquisadores da amostra para publicar os resultados de suas pesquisas, identificando-os quanto ao modelo de negócio acesso aberto total, independentemente do apoio que recebem.

O levantamento teve como principal limitação o preenchimento incompleto, e muitas vezes incorreto, dos dados das publicações na plataforma. Nesse aspecto, foram levantadas referências com títulos grafados de forma errônea e, em muitos casos, com ausência de dados importantes, dificultando a correta identificação e localização de muitos deles. Com base nessa limitação, é possível afirmar também que há dificuldade, falta de atenção ou descaso, por parte de alguns pesquisadores, em classificar o tipo de publicação no momento da inclusão de uma produção no Currículo Lattes.

Quanto à produtividade, foi levantado um total de 948 artigos de periódicos, sendo 50,4% produzidos e publicados por pesquisadores da área II (Tabela 13).

Essa relação, no entanto, é modificada, se consideradas as categorias em que os pesquisadores estão enquadrados (Tabela 14). Conforme mostra a tabela 5, a maior parte dos artigos publicados no período utilizou periódicos do modelo acesso aberto (51,9%). Ressalta-se, entretanto, que, em função das diferenças entre as áreas, os pesquisadores da área I foram os que mais utilizaram o modelo de assinatura total para publicar seus resultados de pesquisa, ou seja, 56,7% da produção no período foi publicada em periódicos desse modelo. Isso se deve ao fato de que, em determinadas áreas, o periódico científico de acesso aberto ainda não está legitimado. Dessa forma, essas áreas não têm iniciativa de criar periódicos no modelo acesso aberto, além de associarem baixa qualidade aos que são criados.

Tabela 13 - Distribuição da produção científica publicada em periódicos segundo área e modelos de negócio

Área	Acesso Aberto		Assinatura total		Acesso livre		Não Localizados		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
I	70	35,7	111	56,7	1	0,51	14	7,14	196	20,7
II	247	51,7	198	41,4	20	4,2	13	2,7	478	50,4
III	145	65,3	48	21,6	8	3,6	21	9,5	222	23,4
IV	12	50,0	4	16,7	-	-	8	33,3	24	2,5
V	18	64,3	6	21,4	-	-	4	14,3	28	3,0
Total	492	51,9	367	38,7	29	3,1	60	6,3	948	100,0

Considerando essas categorias e os modelos de negócio dos periódicos que eles utilizaram para publicar sua produção no período, verifica-se que os pesquisadores classificados na categoria 1D são os que mais publicam em periódicos de acesso aberto, com pequena variação entre as outras categorias. O modelo assinatura total é o mais utilizado por pesquisadores-bolsistas classificados na categoria 1B. O número de periódicos não localizados é significativo e representa o dobro do total de artigos publicados em periódicos de acesso livre.

Tabela 14 - Distribuição da produção científica publicada em periódicos segundo categoria e modelos de negócios

Categoria/ Nível	Acesso Aberto		Assinatura total		Acesso livre		Não Localizados		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
1A	138	52,9	100	38,3	9	3,4	14	5,4	261	27,5
1B	91	49,2	83	44,9	4	2,2	7	3,7	185	19,5
1C	131	51,8	104	41,1	6	2,4	12	4,7	253	26,7
1D	132	53,0	80	32,1	10	4,0	27	10,9	249	26,3
Total	492	51,9	367	38,7	29	3,1	60	6,3	948	100,0

Foram levantados ao todo 488 títulos de periódicos, utilizados pelos pesquisadores-bolsistas que compõem a amostra para publicar seus artigos. Dentre esses títulos, 50 não foram localizados devido tanto às limitações já apontadas quanto à ausência de versões eletrônicas de alguns deles.

Assim, conclui-se que, embora metade dos pesquisadores conheçam o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica e publiquem em periódicos de acesso aberto, quando questionados sobre o nível de importância que atribuem aos critérios de seleção, a opção acesso livre ao texto completo é a menos citada para o nível extremamente importante. Apesar de mais de 60% dos pesquisadores afirmarem consultar prioritariamente periódicos de acesso aberto e considerar o Movimento como extremamente importante, há indícios de que o grau de confiabilidade no conteúdo ainda é baixo.

Percebe-se que os pesquisadores parecem reconhecer as vantagens dos recursos eletrônicos na circulação da informação e que há um Movimento acelerado de adesão a periódicos de acesso aberto, pois, certamente, no início da década, a resistência para publicar em periódicos desse tipo devia ser bem maior.

É importante ressaltar que conhecer ou não o Movimento, sua filosofia e os benefícios de sua adesão implica, em grande medida, na construção de uma cultura na instituição que favoreça a real implantação de recomendações traçadas pelas declarações, especialmente a de Bethesda, na qual se discutiram as estratégias da Via Verde e da Via Dourada. A questão tratada na primeira estratégia, que diz respeito ao autoarquivamento, deve ser tratada com especial atenção. Nesse sentido, cabe à

Instituição orientar sua comunidade, conscientizando-a de seus papéis para o sucesso do estabelecimento de uma política de comunicação de sua produção.

6.2 CONHECIMENTO E IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA AO MOVIMENTO PELOS MEMBROS DA PRPPG, DA CÂMARA DE PÓS-GRADUAÇÃO E CONSELHEIROS DA EDUFBA

Os resultados expostos a seguir são provenientes das 19 entrevistas realizadas com membros da PRPPG, da Câmara de Pós-Graduação e conselheiros da Edufba. Os dados foram analisados separadamente, ou seja, primeiro foram analisados os dados da PRPPG e da Câmara e num segundo momento os dados do Conselho Editorial da Edufba. A análise das respostas sobre o conhecimento e a importância atribuída ao Movimento de Acesso Livre à Informação Científica revelou que é superficial, por parte da maioria dos membros dessas instâncias, o conhecimento sobre a questão. Dos 12 entrevistados da PRPPG e da Câmara, somente um conhece o Movimento, quatro afirmaram conhecê-lo pouco e sete não o conhecem.

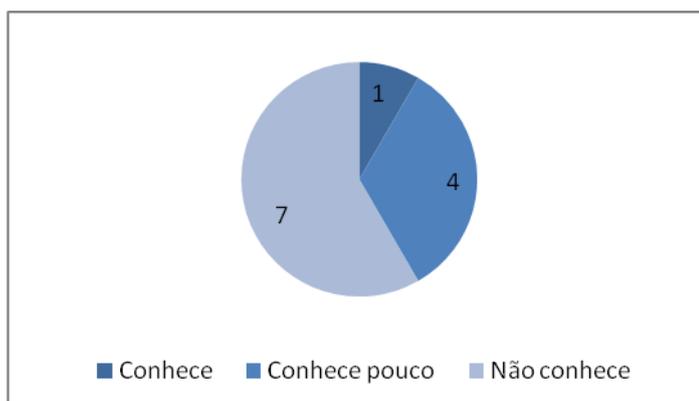


Gráfico 1 – Conhecimento e importância atribuída ao Movimento de Acesso Livre à Informação Científica

Quando solicitados a justificar a importância atribuída ao Movimento, a democratização do acesso foi um dos aspectos ressaltados. Sete entrevistados se apoiaram no discurso do retorno social da pesquisa científica. Há um entendimento de que, se a sociedade investe em pesquisa, ela tem que ter acesso aos resultados.

Um dos entrevistados demonstrou grande aproximação com o tema em função da editoria de um periódico científico, já que a CAPES, na área em que ele atua, valoriza periódicos de acesso livre: “Na minha área, a CAPES só avalia algum periódico como de primeira linha aqueles que são de acesso livre [...] Começa que pra ser classificado nos níveis mais altos você tem que estar no Scielo.” (Membro da PRPPG). Fica evidente, dessa forma, que o envolvimento com o tema é de ordem prática, demonstrando novamente a preocupação dos pesquisadores no atendimento às exigências da CAPES.

Percebeu-se uma visão equivocada sobre o modelo acesso aberto na resposta de um dos entrevistados sobre se conhecia o Movimento, ao afirmar que “[...] sem dúvida a CAPES [Portal de periódicos] é a maior iniciativa de acesso aos periódicos.” (Membro da Câmara de Pós-Graduação). Ora, o Portal da Capes é uma política diferenciada, pois o governo brasileiro paga pela assinatura de uma quantidade considerável de periódicos que não adotam o modelo acesso aberto.

Além disso, dois entrevistados questionaram a qualidade de periódicos de acesso aberto. Um deles aponta para a necessidade de existência de uma infraestrutura que garanta a qualidade por meio da avaliação por pares, posicionando-se favoravelmente ao Movimento “[...] desde que gere artigos confiáveis e que não se saia publicando tudo [...] pra você não ter publicações danosas, porque você sabe que o conhecimento é construído em cima do conhecimento” (Membro da Câmara de Pós-Graduação).

O outro, também Membro da Câmara de Pós-Graduação, considera utópico um movimento com essas características, pela existência de competitividade crescente entre pesquisadores. Ele acredita que “Na hora que você divulga muito livremente essas pesquisas, corre-se o risco maior de outras pessoas tentarem utilizar delas de forma, muitas vezes, até não muito escrupulosas.” No entanto, a publicação dos resultados em periódicos por assinatura não garante a sua não utilização indevida. A disponibilização gratuita obedece outra lógica. Entende-se que o que pode ser mais facilmente acessado é passível de localização e identificação mais rápida, o que possibilita inibir a utilização inescrupulosa do que é publicado.

Dos sete membros do conselho editorial, quatro afirmaram conhecer o Movimento, mas as justificativas sobre a importância atribuída a ele levantaram pontos diversos e, a despeito de reconhecerem sua importância, citaram aspectos que entendiam que deveriam ser considerados. São eles: remuneração do

pesquisador, excesso de informação e capacidade de seleção, crítica a um dos modelos de negócio e disponibilização de pesquisas financiadas com recursos privados ou com interesses comerciais.

Quanto à remuneração do trabalho do pesquisador, um dos entrevistados considera que o Movimento é válido, mas afirma que existem certas complexidades. Em sua opinião, é interessante que a produção esteja mais acessível, mas é preciso garantir a remuneração do trabalho, por meio da comercialização do produto, o que entende ser um estímulo à produção intelectual. No entanto, analisando objetivamente, se um professor-pesquisador tem um vínculo com uma instituição de ensino que coloca a pesquisa como uma de suas atividades, como é o caso da UFBA, significa que ele já está sendo remunerado por essa atividade. Nesse sentido, sua preocupação deveria girar em torno da captação de recursos para a publicação e de uma fonte que permitisse a disponibilização gratuita dos resultados da pesquisa.

Além desse aspecto, o mesmo entrevistado duvida que o resultado de uma iniciativa como essa seja positivo, apontando para o problema do excesso de informação. Ele acredita que, atualmente, é impossível manter-se ciente do que é desenvolvido em determinada área porque “[...] a quantidade do que é produzido extrapola a capacidade física e mental de um indivíduo conseguir se informar de tudo o que é produzido”; defende ainda que restringir o acesso pode ser positivo em função do controle de qualidade:

Se você tem certas restrições também tem um controle de qualidade [...] Os mecanismos restritivos podem funcionar primeiro pra isso, pra que você tenha um filtro, uma peneira, pra saber onde encontrar informação de melhor qualidade e de repente isso pode significar um custo pra se ter acesso a isso. (Membro do Conselho Editorial da Edufba).

Demonstrando também uma preocupação com o excesso de informação, mas em posição oposta, outro entrevistado afirma:

A questão é econômica. Se a questão é econômica e a gente consegue ampliar esse acesso, o acesso livre mesmo, então a gente está contribuindo para que as pessoas tenham de fato acesso à pesquisa. É claro que a gente sabe que é necessária toda uma formação para essas pessoas, até para que elas possam selecionar o que de fato é bom e do que é ruim. Porque na internet existem coisas boas e coisas ruins, coisas que não são verdadeiras...

Então como é que uma pessoa vai chegar ao ponto de saber selecionar isso? É preciso haver investimento, para que a formação dessas pessoas permita que elas façam essa seleção. (Membro do Conselho Editorial da Edufba).

Uma questão central nessa discussão sobre acesso aberto está relacionada à necessidade pesquisas, principalmente na área tecnológica e de inovação, terem um nível de divulgação menor e mais restrito já que, em muitos casos, envolve interesses de Estado. Em outros casos, envolve interesses econômicos de quem financiou a pesquisa, no caso de empresas privadas. Nesse sentido, um dos entrevistados indica que o Movimento considera, sobretudo, o ponto de vista acadêmico, mas que existem muitas limitações. Outro expõe que a ciência produzida atualmente é muito diferente da que se produzia antes e que se afasta dos ideais cada vez mais, não podendo, dessa forma, haver ingenuidade no tratamento dessas questões. Ele também pondera que existe o conhecimento financiado de modo privado, que não permite o acesso democrático, e que esse tipo de financiamento é parte da engrenagem de uma atividade industrial.

Com uma visão um pouco restrita do Movimento e dos modelos de negócio que têm surgido, um dos entrevistados afirma que existem dois tipos de acesso livre: um no qual ninguém está pagando, e outro no qual há uma transferência de custo do usuário para o pesquisador. Na verdade, não existe um modelo no qual ninguém esteja pagando, porque o fato de um periódico ser de acesso aberto não significa que não haja custo para alguém. Existe uma manutenção que, embora muitas vezes não envolva pagamentos diretos, é sustentada pelo governo, em geral com o financiamento dos cursos de pós-graduação de suas Universidades.

O outro tipo de acesso livre ao qual o entrevistado se refere é, na realidade, um dos modelos de negócio que tem surgido com a amplitude que o Movimento tem alcançado. Então, já que os artigos disponibilizados sem cobrança de taxas têm sido mais citados, alguns editores, ao invés de cobrarem pelo acesso aos leitores, oferecem a opção de o autor pagar uma taxa para disponibilizar seu artigo para acesso aberto.

Chamou a atenção o fato de somente um dos entrevistados ter indicado que um movimento dessa natureza favorece a visibilidade da produção científica da instituição. Isso demonstra que o assunto parece ser tratado num nível individual, ou seja, cada qual se baseando na percepção criada por suas próprias experiências.

Para concluir, entende-se que parece divergir o posicionamento da universidade, segundo suas instâncias responsáveis pela pesquisa e ensino de pós-graduação, e de seus pesquisadores em relação ao acesso livre à informação científica. Enquanto metade dos pesquisadores demonstra, por meio de suas práticas de publicação de resultados de pesquisa, que são favoráveis às publicações em acesso aberto, os membros da PRPPG, da Câmara e do Conselho Editorial da Eudfba, mostram-se pouco informados, bastante reticentes e descrentes, ainda que apontem seus benefícios, o que pode refletir o desconhecimento sobre o acesso livre à informação por parte dos entrevistados.

7 CONCLUSÃO

A incursão histórica sobre a construção do sistema de C&T brasileiro possibilita afirmar-se que o atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico que se alcançou no Brasil é resultado da atuação de sua comunidade científica e, sobretudo, da CAPES e do CNPq, instituições criadas após a Segunda Guerra, evento que despertou com mais intensidade a necessidade de investimentos em C&T. A adoção de ações de planejamento nessa área, a partir da década de 1970, permitiu melhor aproveitamento de recursos, pois a realização de diagnósticos e a definição de metas potencializaram os investimentos em pesquisa científica. Embora fosse autoritário, e em decorrência disso apresentasse uma série de deficiências, o governo dos militares entendia a necessidade de investir também nessa área e contribuiu significativamente para o crescimento do país.

Esse apanhado histórico permitiu também compreender de que forma o sistema de ensino superior brasileiro se desenvolveu, passando de um conjunto de instituições isoladas, com atuação restrita, a um conjunto de universidades institucionalizadas capazes de atender às necessidades de modernizar o Brasil associando ensino e pesquisa. Essa associação resultou no aumento crescente da produção científica e na criação de um Sistema Nacional de Pós-Graduação que se tornou referência na América Latina.

O aumento da produção científica, por conseguinte, produziu diversos efeitos: aumento da concorrência entre os pesquisadores por espaços para publicação; necessidade de maior eficiência e agilidade na divulgação dessa produção, mediante a criação e a manutenção de canais de comunicação avaliados por pares; maior dificuldade de internacionalização das pesquisas, entre outros. Posteriormente, com o desenvolvimento das TIC, alguns desses efeitos foram minimizados; novos canais e, recentemente, mecanismos no contexto da *web social* foram criados, bem como um movimento de busca pela ampliação e facilidade de acesso à informação científica surgiu.

O Movimento de Acesso Livre à Informação Científica tem possibilitado não apenas o reordenamento do sistema de comunicação científica, visando a igualdade de acesso aos resultados de pesquisa financiados com recursos públicos para produção de novas pesquisas e geração de desenvolvimento científico e

tecnológico. Ele tem potencializado uma interpenetração dos processos da comunicação e da divulgação científica, aproximando esses conceitos e possibilitando maior interação entre cientistas e leigos.

Sendo assim, num esforço que resulta da construção de conhecimentos acerca de um objeto, buscando sintetizar os resultados da investigação, apresenta-se aqui a leitura feita na realidade estudada. Essa realidade permitiu verificar aspectos em torno de um problema – quais as políticas e as práticas estabelecidas pela UFBA para a divulgação de sua produção científica e como a Instituição e seus pesquisadores se posicionam em relação ao acesso livre à informação científica? – que apresentou evidências abordadas nas seções anteriores.

Pode-se afirmar que inexistente uma política formulada voltada para a orientação da comunidade da UFBA sobre como divulgar sua produção científica. A Universidade trata a questão de uma forma muito fragmentada, uma vez que essas orientações constam de seus documentos legais. Esses documentos definem muito claramente os órgãos e as funções responsáveis pela pesquisa e pelo ensino de pós-graduação, bem como suas atribuições. No entanto, na prática, os dados da pesquisa revelaram pouca sistematização de ações específicas.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação juntamente com a Câmara de Pós-Graduação são as instâncias indicadas para tratar questões desse nível, no entanto as atividades desenvolvidas, sobretudo no âmbito da Câmara, têm-se limitado a pautas com questões emergenciais e burocráticas, não permitindo que se desenvolva um espaço para debates e formulações de políticas. Isso demonstra a falta de compreensão do real objetivo da Câmara e da necessidade de formulação de políticas claras.

Além disso, mesmo tendo sido localizados esforços de elaboração de uma política de comunicação, ainda que em termos amplos, eles parecem ter ficado esquecidos em detrimento de outras necessidades da Instituição. Ou ainda, parece não terem sido tratados com a merecida atenção, vez que a divulgação dos resultados de pesquisa de uma instituição universitária federal, além de trazer-lhe benefícios diretos, por resultar em sua visibilidade, é uma questão de responsabilidade social.

Muitas das diferentes alternativas de divulgação da produção científica localizadas na UFBA são resultado de iniciativas individuais, como o Portal de Periódicos da Instituição, ou ainda de seus órgãos e sistemas, como a Biblioteca

Digital de Teses e Dissertações e o Repositório Institucional, que não têm recebido acompanhamento sistemático dessas instâncias. Algumas ações advindas da PRPPG, na década de 1980, perduram, a exemplo do Seminário Estudantil ou do Prêmio Public, instituído mais recentemente. No entanto, é lamentável a descontinuidade da *Produção Científica, Literária e Artística da UFBA*, bibliografia especializada que reunia anualmente resumos de estudos realizados por seus pesquisadores para serem divulgados em outras instituições dentro e fora do país.

A pesquisa confirmou forte relação entre as políticas de comunicação da produção científica da UFBA e as políticas da CAPES e do CNPq, agências nacionais de pesquisa e pós-graduação mais importantes no contexto brasileiro. A UFBA, bem como essas agências, valorizam especialmente a produtividade dos docentes-pesquisadores, porque, mesmo declarando que a utilização de indicadores quantitativos de produtividade tem como objetivo subsidiar o processo de avaliação, eles são determinantes em vários aspectos, funcionando, por exemplo, como critério de desempate por diversos comitês.

Nesse sentido, destaca-se a importância de se criar, no âmbito da UFBA, espaços para debates sobre a questão, visando a formulação de diretrizes que indiquem o fortalecimento e a qualidade de sua produção, assim como de seus canais de comunicação, de forma que sua comunidade de pesquisadores não venha a ser prejudicada nas avaliações. O fato de os critérios de credenciamento de docentes nos programas de pós-graduação apresentarem convergência com os dos comitês das agências supracitadas não garante que lhes sejam atribuídos conceitos desejáveis. É necessário, além do investimento na qualidade da produção e em infraestrutura, que as avaliações periódicas dos programas, como determinam as normas complementares e os próprios regimentos, aconteçam e sejam rigorosas quanto aos objetivos que perseguem.

No que se refere ao posicionamento da instituição e de seus pesquisadores no tocante ao acesso livre à informação, percebeu-se uma discrepância entre o que esses últimos declaram e praticam e o que manifestaram aqueles que desenvolvem atividades administrativas na PRPPG, na Câmara e no Conselho Editorial da Eufba. Notou-se que os pesquisadores reconhecem que os recursos eletrônicos, sobretudo a internet e os novos canais de comunicação científica, representados aqui pelos periódicos eletrônicos de acesso aberto, apresentam vantagens para a divulgação de sua produção, visto que metade deles os utilizam. Apesar da

percepção de que o grau de confiabilidade em relação a esse canal ainda é baixo, vislumbra-se uma tendência de aumento de sua utilização nos próximos anos, mesmo considerando o comportamento de diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, estudos futuros poderão ser realizados.

Quanto às instâncias responsáveis pela pesquisa e pós-graduação na UFBA e aos conselheiros de sua editora, captou-se um sentimento de descrença não apenas em relação às questões que envolvem o acesso livre à literatura científica, mas também – e, sobretudo, por parte dos membros da Câmara de Pós-Graduação – em relação às perspectivas de atuação no tocante ao assunto. Além do desconhecimento, o baixo grau de confiabilidade que os entrevistados atribuem aos periódicos de acesso aberto é bastante representativo.

Embora apresente limitações de ordem metodológica no que se refere a generalizações, por se tratar de um estudo de caso, algumas características apresentadas pela pesquisa permitem sustentar que foi possibilitado o entendimento amplo e, ao mesmo tempo, detalhado, de como a UFBA trata a divulgação de sua produção e de como se posiciona com relação ao acesso livre à informação. Além disso, é possível afirmar que os objetivos perseguidos foram alcançados, de forma que os achados podem ser utilizados para subsidiar o desenvolvimento de ações de divulgação da produção científica e, especificamente, a implantação do repositório institucional da UFBA, como pretendido, no que se refere especificamente à identificação de comunidades mais resistentes ao uso de mecanismos de acesso aberto.

Entende-se a necessidade de aprofundamento de pesquisa bibliográfica, no que tange às políticas de divulgação da produção científica em outras instituições, como principal lacuna deixada pela pesquisa, de forma que se pudesse ter parâmetros estabelecidos como ponto de partida. Como recomendações para estudos posteriores, sugere-se o levantamento, para estudos comparativos, de políticas dessa natureza em outras instituições, podendo abranger os quatro diferentes tipos de universidades existentes no Brasil: estatais, confessionais, empresariais e de iniciativa civil organizada sem fins lucrativos. Os indicadores de avaliação de desempenho dos docentes é outro ponto que pode ser destacado para futuras pesquisas, também numa perspectiva de comparação entre diferentes tipos de universidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964). 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. Apud JAMBEIRO, Othon. **Tempos de Vargas**: o rádio e o controle da informação. Salvador: EDUFBA, 2004.

ALCARÁ, Adriana Rosecler; CURTY, Renata Gonçalves. Blogs: dos diários egocentristas aos espaços de comunicação científica. In: TOMAÉL, M. I. (Org.). **Fontes de informação na internet**. Londrina: EDUEL, 2008. p. 81-96.

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves. Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico. In: SIMPÓSIO BAIANO DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2009, Salvador. **Anais...**, Salvador: Associação do Arquivistas da Bahia, 2009.

ALPSP - ASSOCIATION OF LEARNED AND PROFESSIONAL SOCIETIES PUBLISHERS. **The facts about open access**: a study on financial and non-financial effects of alternative business models for scholarly journals. Disponível em: <<http://www.alpsp.org/publications/FAOAccompleteREV.pdf>>. Acesso em: 2005. Apud COSTA, Sely Maria de Souza. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BAIARDI, Amílcar; BARRAL NETO, Manoel; FREIRE JÚNIOR, Olival. **Ciência, tecnologia e inovação**: uma agenda para o desenvolvimento da Bahia. Salvador, 2008. Não publicado. Versão preliminar de documento a ser apresentado, por solicitação, à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) do Estado da Bahia.

BARRETO, Aldo Albuquerque. **Uma nova medida de valor para a produção intelectual**. [200-?]. Lista de discussão Bib_Virtual. Disponível em: <http://listas.ibict.br/pipermail/bib_virtual/2009-September/005192.html>. Acesso em: 7 set. 2009.

BARROS, Lícia Margarida Senna Borges de. **A pesquisa na graduação**. Trabalho apresentado ao 4º. Seminário Estudantil de Pesquisa, Salvador, 1983.

BELLONI, Isaura. A GED e a política de educação superior. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 22., 1999,

Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 1999. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/22/BELLONI.htm>>. Acesso em: 21 set. 2009.

BRASIL. **Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951**. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cnpq.br/normas/lei_1310.htm>. Acesso em: 17 jun. 2009.

_____. Presidência da República. **Decreto N. 94.664, de 23 de julho de 1987**. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D94664.htm>. Acesso em: 18 jul. 2009.

_____. **Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/legis/leis/9610_98.htm>. Acesso em: 24 abr. 2004.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília, 2004.

_____. Ministério de Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Programa Institutos Nacionais de C&T**: documento de orientação aprovado pelo comitê de coordenação. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cnpq.br/editais/ct/2008/docs/015_anexo.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2009.

BRITO, Vera Lúcia Alves de. Autonomia universitária: luta histórica. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.). **Universidade pública**: políticas e identidade institucional. Campinas: Autores Associados; Goiânia: Editora da UFG, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 70).

BOAI - BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Important Open Access Initiatives**. Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/initiatives.shtml>>. Acesso: 8 maio 2006.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **História e missão**. [200-?]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 12 maio 2009.

_____. **Portaria n. 10**, de 27 de março de 2002. Aprova o novo Programa de apoio à pós-graduação. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/relatorios/PortariaPROAP_10_27032002.pdf>. Acesso em: 27 out. 2009.

_____. **Mestrados/Doutorados reconhecidos**. 2010. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiao>>. Acesso em: 31 jan. 2010.

CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, dez. 2007.

CASTRO, Cláudio Moura. **Ciência e universidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (coleção Brasil: os anos de autoritarismo).

CAVALCANTI, Marcos; NEPOMUCENO, Carlos. **O conhecimento em rede**: Como implantar projetos de inteligência coletiva. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

CENDÓN, Beatriz Valadares. Serviços de indexação e resumo. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 217-248.

CHRISTÓVÃO, Heloísa Tardin; BRAGA, Gilda Maria. Ciência da Informação e Sociologia do Conhecimento científico: a intertematicidade plural. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 33-45, set./dez. 1997.

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **História do CNPQ**. [200-?]a. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html>>. Acesso em: 22 set. 2008.

_____. **Comitês de Assessoramento**. Corpo de Assessores. [200-?]b. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/cas/index.htm>>. Acesso em: 22 set. 2008.

_____. **A Plataforma Lattes**. [200-?]c. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/conteudo/aplataforma.htm>>. Acesso em: 12 set. 2009.

_____. **Mapa de investimentos do CNPq**. [200-?]d. Disponível em: <<http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

_____. **Resolução Normativa n. 022, de 10 de outubro de 2005**. Estabelece as atribuições, finalidades, composição e funcionamento do Corpo de Assessores, dos Comitês de Assessoramento, dos Comitês Temáticos, do Núcleo de Assessores em Tecnologia e Inovação e da consultoria Ad Hoc. Disponível em: <http://www.cnpq.br/normas/rn_05_022.htm>. Acesso em: 24 fev. 2009.

_____. **Resolução Normativa n. 016, de 6 de julho de 2006**. Estabelece as normas gerais e específicas para modalidades de bolsas individuais no país. Disponível em: <http://www.cnpq.br/normas/rn_06_016.htm>. Acesso em: 24 fev. 2009.

CÔRTEZ, Pedro Luiz. Considerações sobre a evolução da ciência e da comunicação científica. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto;

SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 34-55.

COSTA, Sely Maria de Souza. **The impact of computer usage on scholarly communication amongst academic social scientists**. 1999. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Department of Information Science, Loughborough University, Inglaterra, 1999.

_____. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006.

CSIC - CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS. **Ranking mundial de universidades em la red**. Jul. 2009. Disponível em: <http://www.webometrics.info/top6000_es.asp>. Acesso em: 12 set. 2009.

DAGNINO, Renato. **Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. Trabalhadores do Brasil. In: _____. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

DIAS, André Luís Mattedi. A universidade e a modernização conservadora na Bahia: Edgard Santos, o Instituto de Matemática e Física e a Petrobras. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 125-145, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.mast.br/arquivos_sbhc/7.pdf> Acesso em: 17 dez. 2009.

DOMINGOS NETO, Manuel. A trajetória do CNPq. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/domingos1.html>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia. **Apresentação de originais: procedimentos**. Salvador, 2009.

FAPESB – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA. **Home Page**. Disponível em: <<http://www.fapesb.ba.gov.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. (Org.). **Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília, DF: Capes, 2002.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; MARCHIORI, Patrícia Zeni; CRISTOFOLI, Fulvio. **Fatores motivacionais da comunidade científica para publicação e divulgação de sua produção em revistas/repositórios científico-acadêmicos: um estudo com grupos de autores-pesquisadores em Ciências da Comunicação e Ciência da Informação/Biblioteconomia.** São Paulo: ECA/USP; Curitiba: DECIGI/UFPR, 2009. Relatório final de projeto.

FIGUEIREDO, N. M. de. O processo de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 119-138, 1979. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1536/1153>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

FIORIN, José Luiz. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. **RBPG**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 263-281, dez. 2007. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.4_8dez2007_/Debates_artigo2_n8.pdf>. Acesso em: 13 out. 2009.

FRAUCHES, Celso da Costa. A livre iniciativa e reforma universitária brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4., 2004, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/a8.htm>>. Acesso em: 22 dez. 2009.

GARVEY, William D. **Communication: the essence of science.** Oxford: Pergamon, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILSTER, Paul. Digital fusion: defining the intersection of content and communications. In: MARTIN, Allan; MADIGAN, Dan. (Eds.). **Digital literacies for learning.** London: Facet, 2006. p. 43-50.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Treze “teses” sobre a pós-graduação no Brasil em Filosofia, Ciências Sociais e Educação. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações.** 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006. p. 301-327.

GUIMARÃES, Reinaldo. **Avaliação e fomento de C&T no Brasil: propostas para os anos 90.** Brasília: MCT; CNPq, 1994. (Série Acompanhamento e Avaliação de C&T).

HARNAD, Stevan. **Open access: “strong” and “weak”.** American Scientist Open Access Fórum. 2008. Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/index.php?/archives/399-guid.html>>. Acesso em: 13 maio 2009.

HARNAD, Stevan; BRODY, Tim. Comparing the impact of open access (OA) vs. non-OA articles in the same journals. **D-Lib Magazine** v.10, n. 6, june 2004. Disponível em: <[http:// webdoc.sub.gwdg.de/edoc/aw/d-lib/dlib/june04/harnad/06harnad.html](http://webdoc.sub.gwdg.de/edoc/aw/d-lib/dlib/june04/harnad/06harnad.html)>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. et al. **The access/impact problem and the green and gold roads to open access**. 2001. Disponível em: <<http://www.ecs.soton.ac.uk/~harnad/Temp/impact.html>>. Acesso em: 18 jul. 2008.

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. Brasília, 2005.

JAMBEIRO, Othon et al. Introdução. In: _____. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 6-22.

JAMBEIRO, Othon et al. Nasce a radiodifusão no Brasil. In: _____. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 24-54.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre: um caso de soberania nacional? In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Sala de aula, 6). p. 145-162.

_____. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em revista**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 155-158, set. 2008.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steven. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. São Paulo: Relumê-Dumará, 1999.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Tradução de Maria Yêda F. S. Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEITE, Fernando Cesar Lima. **Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico: proposta de um modelo conceitual**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LÉVY, Pierre. Os três tempos do espírito: a oralidade primária, a escrita e a informática. In: _____. **As tecnologias da inteligência**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. p. 75-132. (Coleção TRANS).

LIEVROUW, Leah Anne. Communication, representation, and scientific knowledge: a conceptual framework and case study. **Knowledge, Technology & Polity**, v. 5, n. 1, p. 6-28, mar. 1992. Disponível em: <<http://web.ebscohost.com/ehost/detail?vid=3&hid=101&sid=01677032-8edf-40dd-ebc94f0be1661a%40sessionmgr111&bdata=JnNpdGU9ZWWhvc3QtbGl2ZQ%3d%3d#toc>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

LOPES, Antônio Alberto. **Pós-graduação e pesquisa científica na UFBA**. Trabalho apresentado ao 28º. Seminário Estudantil de Pesquisa, 2009.

MANESS, Jack M. Teoria da Biblioteca 2.0: Web 2.0 e suas implicações para as bibliotecas. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 44-55, jan./abr. 2007. Disponível em: <www.cipedia.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=102055>. Acesso em: 5 ago. 2009.

MARQUES, Fabrício. Academias da internet. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 134, p. 26-27, abr. 2007.

MARQUES, Maria Inês Corrêa. **UFBA na memória: 1946-2006**. 2005. 389 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MEIRELLES, Rodrigo França. **Gestão do processo editorial eletrônico baseado no modelo acesso aberto**: estudo em periódicos científicos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_09_ANA_WALESKA_P_C_MENDONCA.pdf>. Acesso em: 20 set. 2009.

MERTON, Robert King. La estructura normativa de la ciência. In: _____. **La Sociología de la ciência**. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, [1942]. p. 355-368. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/antilia/lecturas/merton.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Avaliação na pós-graduação brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. (Org.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006. p. 187-214.

MOTOYAMA, Shozo et al. 500 anos de ciência e tecnologia no Brasil. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, v. 52, abr. 2000. Suplemento Especial.

MOTOYAMA, Shozo. Introdução: o CNPq e o desafio da C&T. In: _____ et al. (Orgs.). **50 anos do CNPq**: contatos pelos seus presidentes. São Paulo: Fapesp, 2002. p. 17-29.

MOTOYAMA, Shozo et al. Conclusão. In: _____. et al. (Orgs.). **50 anos do CNPq: contatos pelos seus presidentes**. São Paulo: Fapesp, 2002. p. 653-711.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 309-317, set./dez. 1994.

_____. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

NASCIMENTO, Antônio Dias et al. **Subsídios para uma política de comunicação da UFBA**. Salvador, 1993.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de. Análise do discurso na divulgação científica: uma reflexão na Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--074.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2008.

ORTELLADO, P. As políticas nacionais de acesso à informação científica. **Liinc em revista**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 185-193, set. 2008.

PRESA, Erundino Pousada; OLIVEIRA, Eulógio Moreira. Apresentação. In: SEMINÁRIO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DE DOCENTES DA UFBA, 1., 1986, Salvador. **Anais...** Salvador: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1986.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. In: ANTOUN, Henrique. (Org.). **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 101-122.

ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Brique de Lemos, 2002.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. **Universidade e a disseminação da comunicação científica**. Salvador, 2009. Não publicado.

_____. et al. Universitas: revista de cultura da Universidade Federal da Bahia, 1968-1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: PPGCI/UFBA, 2005. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/FlaviaSoniaKatiaNanci.pdf>. Acesso em: 13 out. 2009.

SANCHEZ TARRAGÓ, Nancy. La comunicación de la ciência em los países em vias de desarrollo y el Movimiento Open Access. **Biblios**, ano 8, n. 27, ene./mar., 2007. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=16102703>> Acesso em: 16 jun. 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.

SCIELO - SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. **Projeto piloto para o desenvolvimento as coleção Scielo livros**. São Paulo, maio de 2008.

SCIENCEBLOGS: ciência, cultura, política. **Sobre**. [200-?]. Disponível em: <<http://scienceblogs.com.br/sobre.php>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

SMAILI, Soraya. Ciência e Tecnologia na Era Lula: retórica e prática sucumbem à política econômica. **Revista Adusp**, São Paulo, maio 2005. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/revista/34/r34a05.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

SILVEIRA JÚNIOR, Antônio Carlos da. **Avaliação da produção científica em universidade**: a convergência entre os critérios de avaliação universitários e os da Capes. 2006. 255 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2006.

SOUZA, Maria da Paixão Neres de. Efeito das tecnologias da informação na comunicação de pesquisadores da Embrapa. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 135-143, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15980.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2009.

SWAN, Alma; BROWN, Sheridan. Authors and open access publishing. **Learned Publishing**, v. 17, n. 3, jul. 2004.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: MCT, 2000. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4795.pdf>. Acesso em: 15 set. 2008.

THE THOMSON CORPORATION. **The impact of open access journals**: a citation study from Thomson ISI. 2004. Disponível em: <<http://www.thomsonscientific.jp/event/oal/impact-oa-journals.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2008.

TRISKA; Ricardo; CAFÉ, Ligia. Arquivos abertos: subprojeto da biblioteca digital brasileira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 92-96, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/207/184>>. Acesso em: 3 set. 2009.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Regimento do Conselho de Coordenação**. Salvador, 13 de agosto de 1969.

_____. Biblioteca Digital UFBA. **Portaria 515/84, de 20 de agosto de 1984.** Memória da UFBA. Salvador, 1984. Disponível em: <http://www.btdt.ufba.br/new_legislacao.htm>. Acesso em: 13 set. 2009.

_____. Conselho de Coordenação e Conselho Universitário. **Resolução n. 4/89, 19 de outubro de 1989.** Progressão funcional de docentes – Regulamentação do Decreto 94.664/87. Salvador, 1989a.

_____. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 1/89, de 10 de outubro de 1989.** Fixa normas para concurso de professor auxiliar na Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1989b.

_____. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 7/89, de 30 de outubro de 1989.** Professor visitante – Regulamentação do Decreto 94.664/87. Salvador, 1989c.

_____. Conselho de Coordenação e Conselho Universitário. **Resolução n. 9/89, de 30 de outubro de 1989.** Cria a Comissão Permanente de Pessoal Docente. Salvador, 1989d.

_____. Conselho de Coordenação e Conselho Universitário. **Resolução n. 2/90, de 5 de março de 1990.** Licença Sabática - Regulamentação do Decreto 94.664/87. Salvador, 1990a.

_____. Conselho de Coordenação e Conselho Universitário. **Resolução n. 4/90, de 28 de março de 1990.** Afastamento de docentes (Regulamentação do Decreto 94.664/87). Salvador, 1990b.

_____. Conselho Universitário. **Resolução n. 2/91, de 22 de janeiro de 1991.** Estabelece a Política de Pessoal Docente. Salvador, 1991.

_____. **Portaria n. 2.759, de 4 de novembro de 1993.** Designa professores para comissão de trabalho para elaboração de relatório sobre linhas orientadoras da Política de Comunicação da UFBA. Salvador, 1993.

_____. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 1/95, de 7 de março de 1995.** Normas e critérios para alocação de vagas e transferência de docentes do quadro da UFBA. Salvador, 1995a.

_____. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 5/95, de 19 de setembro de 1995.** Altera a resolução n. 1/95 dando nova redação ao Art. 11 do anexo I e seus parágrafos. Salvador, 1995b.

_____. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 6/95, de 18 de outubro de 1995.** Disciplina o regime de trabalho do pessoal do magistério superior, no âmbito da Universidade Federal da Bahia, e dá outras providências. Salvador, 1995c.

_____. Conselho de Coordenação e Conselho Universitário. **Resolução n. 3/95, de 30 de agosto de 1995**. Dispõe sobre custeio e indenizações de despesas de viagem e dá outras providências. Salvador, 1995d.

_____. **Regimento do Conselho Universitário**. Salvador, 21 de novembro de 1995e.

_____. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 2/96, de 7 de maio de 1996**. Regulamenta o Art. 9º da resolução 004/89, estabelecendo os critérios e escalas para aferição de pontos atinentes à avaliação para fins de progressão e ascensão funcionais. Salvador, 1996.

_____. **Regimento Geral**. Salvador, 1997a.

_____. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 2/97, de 27 de junho de 1997**. Altera a Resolução Nº 1/95 do Conselho de Coordenação da Universidade Federal da Bahia, dando nova redação ao Campo 11-A do Anexo III. Salvador, 1997b. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol_972cc.html>. Acesso em: 13 set. 2009.

_____. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 3/97, de 27 de junho de 1997**. Altera a resolução 06/95 do Conselho de Coordenação, acrescentando ao Artigo 17 do capítulo IV os parágrafos 3º e 4º. Salvador, 1997c. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol_973cc.html/resol_973>. Acesso em: 13 set. 2009.

_____. Conselho de Coordenação. Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa. **Normas complementares para cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) na UFBA**. Salvador, 1998. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/camara_pos_grad>. Acesso em: 23 set. 2009.

_____. Conselho Universitário. **Resolução n. 4/99, de 20 de janeiro de 1999a**. Institui a política de apoio, orientação e assistência estudantil para a UFBA. Salvador, 1999a. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consuni/resolucoes/resol_994.html>. Acesso em: 13 set. 2009.

_____. Conselho de Coordenação. **Resolução n. 3/99, de 27 de outubro de 1999**. Estabelece os critérios e procedimentos para avaliação do desempenho dos docentes, para efeito do pagamento da gratificação de estímulo à docência na Universidade Federal da Bahia, relativa ao ano de 1999. Salvador, 1999b.

_____. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Relação de programas de Pós-Graduação (stricto Sensu)**. Salvador, [200-?]. Disponível em: <<http://www.prppg.ufba.br/mestredoutor.html>> Acesso em: 17 ago. 2009.

_____. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 4/2001, de 13 de dezembro de 2001**. Estabelece os critérios e procedimentos para avaliação do desempenho dos docentes, para efeito do pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência na Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol_0104cc.html>. Acesso em: 23 set. 2009.

_____. Biblioteca Digital UFBA. **Portaria n. 332, de 8 de julho de 2002**. Estabelece o depósito obrigatório de toda a produção científica da Universidade Federal da Bahia na Biblioteca Central Reitor Macedo Costa / Seção Memória da UFBA. Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www.bdttd.ufba.br/Portaria%20332.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2009

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2004/2008**. Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.proplad.ufba.br/docs/PDI2004-20081.PDF>>. Acesso em 12 nov. 2009g.

_____. **Portaria n. 80, de 8 de março de 2005**. Cria a Biblioteca Digital da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005a. Disponível em: <http://www.bdttd.ufba.br/portaria080_05.pdf>. Acesso em: 10 set. 2009.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 5/05, de 27 de dezembro de 2005**. Estabelece e consolida normas e critérios para a política de alocação de vagas para docentes do quadro de magistério superior da UFBA, revogando as resoluções 01/95, 05/95 e 02/97 e as demais disposições em contrário. Salvador, 2005b. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol%200505>. Acesso em: 13 set. 2009.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 1/06, de 3 de janeiro de 2006**. Regulamenta o regime de trabalho dos docentes do magistério superior. Salvador, 2006a. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol%200106>. Acesso em: 13 set. 2009.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 3/06, de 23 de agosto de 2006**. Dispõe sobre a progressão funcional da classe de professor adjunto para a classe de professor associado, em conformidade com a MP n. 295 de 29/05/2006 e a Portaria/MEC n. 7 de 29/06/2006. Salvador, 2006b. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol%200306>. Acesso em: 13 set. 2009.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 1/07, 28 de maio de 2007**. Dispõe sobre as progressões vertical e horizontal referentes à classe de professor associado, em substituição à Resolução 3/06 do Consepe. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol_0107>. Acesso em: 13 set. 2009.

_____. **Portaria n. 189, de 1 de abril de 2009.** Salvador, 2009a.

_____. **Resolução nº 2, de 27 de julho de 2009.** Estabelece a padronização dos módulos dos componentes curriculares dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009b. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/conselhos_superiores/consepe/resolucoes/resol_022/resol_022>. Acesso em: 23 set. 2009.

_____. **Novo Estatuto da UFBA.** Salvador, 23 de novembro de 2009c. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/legislacao/novo_estatuto_ufba/>. Acesso em: 23 maio 2010.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Proposta de minuta de resolução 00/2009.** Regulamenta o quadro permanente, o regime de trabalho e o planejamento das atividades dos docentes do magistério superior. Regulamenta a mudança de regime de trabalho. Publicação eletrônica em que circulou na lista de discussão Apubdebates-I em 21 out. 2009d [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <susanesb@yahoo.com.br> em 22 de out. 2009d.

_____. **Regimento Geral da Universidade Federal da Bahia.** Salvador, março, 2010a. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/conheca/legislacao/regimento_geral>. Acesso em: 23 maio 2010.

_____. Proplad. **UFBA em números.** Salvador, 2010b. Disponível em <http://www.proplad.ufba.br/numeros_ufba_2008-f.html>. Acesso em: 5 jan. 2010.

_____. **Portaria n. 24/2010,** de 7 de janeiro de 2010c. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <susanesb@yahoo.com.br> em 8 jan. 2010.

VALÉRIO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=302>> Acesso em: 20 set. 2008.

VIEIRA, Sônia Chagas. **Revistas científicas:** estudo de visibilidade das revistas publicadas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

WALMSLEY, Angela C. **Libraries using del.icio.us.** [200-?]. Disponível em: <<http://angelacw.wordpress.com/2007/06/04/delicious-libraries/>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. **O que é universidade.** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos; 91).

WATERS, Lindsay. **Inimigos da esperança**: publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

WEITZEL, Simone da Rocha. E-prints: modelos da comunicação científica em transição. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças. (Org.). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 161-193.

_____. Fluxo da informação científica. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto (Orgs.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 81-114.

WIKIPEDIA – A enciclopédia livre. **Web 2.0**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Web_2.0>. Acesso em: 26 abr. 2010.

WILLINSKY, John. The nine flavours of open access scholarly publishing. **Journal of Postgraduate Medicine**, v. 49, p. 263-267, 2003. Disponível em: <<http://www.jpgmonline.com/article.asp?issn=0022-3859;year=2003;volume=49;issue=3;spage=263;epage=267;aulast=Willinsky>>. Acesso: 15 abr. 2009.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAGO, Marco Antônio. **O CNPq e o Plano de C,T&I para o desenvolvimento**. Brasília, 2007. Apresentação em Power Point. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/publicacoes.html>>. Acesso em: 08 ago. 2009.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1979. (Coleção o Homem e a Ciência).

ZIMAN, John M. What is happening to science? In: COZZENS, Susan E. et al. (Eds.). **The research system in transition**. Dordrecht: Kluwer Academic, 1990. p. 23-33. Apud DAGNINO, Renato. **Ciência e tecnologia no Brasil**: o processo decisório e a comunidade de pesquisa. Campinas: Editora Unicamp, 2007.